



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
CENTRO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

O QUE É A ECONOMIA VERDE?
Mapeando a disputa pelo conceito.

Márcio Lino de Almeida
Dissertação de Mestrado

BRASÍLIA-DF
2018



**UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
CENTRO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL**

***O QUE É A ECONOMIA VERDE?
Mapeando a disputa pelo conceito.***

Márcio Lino de Almeida

Dissertação de Mestrado

Dissertação de Mestrado apresentada como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento Sustentável pelo Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável da Universidade de Brasília (UnB).

Orientador: Prof. Dr. Elimar Pinheiro do Nascimento

**BRASÍLIA-DF
2018**

ALMEIDA, Márcio Lino.

O que é a economia verde?

Mapeando a disputa pelo conceito.

Brasília, 2018.

(110 páginas)

Dissertação de Mestrado. Centro de Desenvolvimento Sustentável. Universidade de Brasília.

1. Economia Verde 2. Sustentabilidade 3. Desenvolvimento Sustentável 4. Crescimento Econômico

I. UnB/CDS

É concedida à Universidade de Brasília permissão para reproduzir cópias desta dissertação e emprestar ou vender tais cópias, somente para propósitos acadêmicos e científicos. O autor reserva outros direitos de publicação e nenhuma parte desta dissertação de mestrado pode ser reproduzida para fins comerciais sem a autorização por escrito do autor.

Assinatura

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
CENTRO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

O QUE É A ECONOMIA VERDE?
Mapeando a disputa pelo conceito.

Márcio Lino de Almeida

Dissertação de Mestrado submetida ao Centro de Desenvolvimento Sustentável da Universidade de Brasília como parte dos requisitos necessários para a obtenção do Grau de Mestre em Desenvolvimento Sustentável, área de concentração em Política e Gestão Ambiental, opção acadêmica.

Aprovado por:

Orientador: Prof. Dr. Elimar Pinheiro do Nascimento
(Centro de Desenvolvimento Sustentável da Universidade de Brasília)

Banca Examinadora: Prof. Dr. José Augusto Leitão Drummond
(Examinador interno, Centro de Desenvolvimento Sustentável da Universidade de Brasília)

Banca Examinadora: Prof. Dr. Andrei Domingues Cechin,
(Examinador externo, Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Gestão de Políticas Públicas da Universidade de Brasília)

Brasília, 5 de outubro de 2018

AGRADECIMENTOS

À minha querida esposa, Fernanda, pelo apoio incondicional; por estar sempre ao meu lado nessas andanças da vida; por dividir comigo sua experiência; por ser minha ouvinte mais assídua; pelo incansável esforço de me mostrar o lado bom das situações mais aflitas; pelo companheirismo; pelo amor; pelo carinho; por servir como um exemplo de dedicação e força e por sempre me ensinar a ser alguém melhor, mesmo que não perceba.

Ao meu filho, Theo, por seu carinho e seus sorrisos, que me renovam as energias e me lembram que existem coisas mais importantes nesse mundo do que uma dissertação de mestrado.

Ao meu orientador, Elimar Pinheiro do Nascimento, pelos ensinamentos, pelas conversas, pela leveza da orientação, pela confiança e, principalmente, pela liberdade concedida para que eu pudesse explorar esse vasto universo de conhecimentos e escolher o meu destino. Obrigado por ter sido um excelente guia e se tornado um querido amigo.

Aos meus pais, Lino e Cida, por todo apoio e ajuda, e por saber que posso contar com vocês a qualquer momento, mesmo que distantes. Agradeço também por terem me ensinado valores de honestidade, respeito e responsabilidade. Hoje, como pai, reconheço a importância de uma boa criação.

Aos meus sogros, Sergio e Clara, pelo apoio e pela ajuda, tão fundamentais nesse período conturbado de muitas mudanças.

Aos meus colegas de mestrado, pela companhia nos últimos dois anos e por compartilharem – e me deixarem compartilhar – das alegrias e tristezas que vivemos ao longo desse árduo caminho que escolhemos trilhar.

Aos professores e funcionários do CDS, em especial Fabiano Toni, Saulo Rodrigues Pereira Filho, José Luiz de Andrade Franco, Maurício de Carvalho Amazonas, Doris Aleida Villamizar Sayago, José Augusto Leitão Drummond e Elimar Pinheiro do Nascimento, que participaram da minha passagem por este centro e muito me ensinaram.

Aos autores Edward B. Barbier, Alan C. Brent, Federico Caprotti, Nils Droste, David Gibbs e Andrea M. Bassi por contribuírem cordialmente para a construção do *corpus* básico deste trabalho.

À CAPES, pela concessão de uma bolsa de estudos que ajudou a manter minha família segura e alimentada, e sem a qual esse trabalho nunca teria se concretizado.

Por fim, a Alexandra Elbakyan, criadora da plataforma Sci-Hub, e aos criadores do LibGen por contribuírem para o acesso e à disseminação do conhecimento científico.

RESUMO

A persistência da degradação ambiental, o aprofundamento das desigualdades sociais e o deflagrar da crise financeira de 2008 motivaram o United Nations Environment Programme (UNEP) a lançar a economia verde (EV) como uma estratégia de sustentabilidade inovadora, capaz de promover a retomada do crescimento econômico juntamente com a redução dos impactos ambientais e a redução das desigualdades sociais. Contudo, críticos da EV questionam o seu caráter inovador e a acusam de reformular políticas antigas e comuns ao desenvolvimento sustentável (DS). Para compreender a identidade de EV e DS e a relação entre eles, este trabalho parte do princípio de que ambos são conceitos em disputa, cujos significados são múltiplos e concorrentes. Com o objetivo de identificar as diferentes concepções de EV presentes na literatura pertinente e compará-las às daquelas de DS, 12 textos sobre EV foram selecionados e submetidos ao método da análise de conteúdo direcionada, que buscou identificar como a EV é descrita dentro de três categorias analíticas: crescimento econômico, proteção ambiental e justiça social. Os resultados mostram a predominância das concepções de EV construídas a partir da perspectiva das categorias de sustentabilidade fraca e forte, as mesmas que informam as concepções concorrentes de DS. Isso indica que ambos os conceitos – e as suas respectivas disputas – se constroem dentro do mesmo contexto teórico-conceitual do campo da sustentabilidade. Contudo, enquanto a disputa pelo DS se dá em torno da substituíbilidade do capital natural pelo capital artificial e da dicotomia do espectro antropocentrismo-ecocentrismo, as concepções de EV partem do princípio da substituíbilidade restrita do capital natural e de uma postura antropocêntrica. A disputa pelo conceito de EV gira em torno da aceitação ou não de políticas de crescimento econômico como estratégia fundamental para a promoção dos seus objetivos econômicos, ambientais e sociais. Logo, as disputas em torno dos dois conceitos divergem em suas organizações por estarem centradas em temas distintos.

ABSTRACT

The persistence of environmental degradation, the deepening of social inequalities and the outbreak of the financial crisis of 2008 motivated the United Nations Environment Programme (UNEP) to launch the green economy (GE) as an innovative sustainability strategy capable of promoting the resumption of economic growth along with the reduction of environmental impacts and social inequalities. However, critics of the GE question its innovative character and accuse it of reformulating old and common policies to the sustainable development (SD). To understand the identity of GE and SD and the relationship between them, this research assumes that both are disputed concepts, whose meanings are multiple and competing. In order to identify the different conceptions of GE present in the relevant literature and to compare them with those of SD, 12 texts about GE were selected and submitted to the directed content analysis method, which sought to identify how GE is described within three analytical categories: economic growth, environmental protection and social justice. The results show the predominance of GE conceptions constructed from the perspective of weak and strong sustainability categories, the same ones that inform the competing conceptions of SD. This indicates that both concepts - and their respective disputes - are built within the same theoretical-conceptual context of the field of sustainability. However, while the dispute for the SD concept is based on discussions about the substitutability of artificial capital for natural capital and the dichotomy of the anthropocentrism-ecocentrism spectrum, the GE conceptions depart from the principle of restricted natural capital substitutability and from an anthropocentric attitude, and the dispute for the GE concept revolve around the acceptance or not of economic growth policies as a fundamental strategy to the promotion of its economic, environmental and social goals. Therefore, the disputes over the two concepts (GE and SD) diverge in their organizations because they are focused on different themes.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1) Série histórica entre os anos 1960 e 2016 para diversos parâmetros ambientais, com destaque para o intervalo 1992-2016	12
Figura 2) Diagrama de Venn e as três dimensões da sustentabilidade - ambiental, social e econômica	34
Figura 3) Ilustração do eixo da sustentabilidade fraca-forte, com o subconjunto do DS em destaque.....	36
Figura 4) Mapa do campo da sustentabilidade.....	39
Figura 5) Exemplo de composição do mapa do campo da sustentabilidade.....	40
Figura 6) Projeção do eixo da sustentabilidade fraca-forte dentro do mapa do campo da sustentabilidade.....	41
Figura 7) Proposta de posicionamento das diversas categorias de discurso da EV dentro do mapa do campo da sustentabilidade	64
Figura 8) Posicionamento das concepções de EV identificadas nos textos do <i>corpus</i> básico no mapa do campo da sustentabilidade.....	96

LISTA DE QUADROS

Quadro 1) <i>Corpus</i> básico, com a quantidade de citações, indicações e citações pelos mais citados para cada texto, respectivamente.	18
Quadro 2) Categorias analíticas e respectivas perguntas orientadoras	19
Quadro 3) Características principais das categorias de sustentabilidade muito-fraca, fraca, forte e muito-forte.....	25
Quadro 4) Tipologia dos discursos da EV segundo Ferguson (2014)	60
Quadro 5) Equiparação das categorias de sustentabilidade com as categorias de discurso de EV	63
Quadro 6) Classificação dos textos do <i>corpus</i> básico e das suas respectivas concepções de EV entre favoráveis e críticas ao crescimento.....	97

LISTA DE SIGLAS E ABREVIACÕES

BGE – Blueprint for a Green Economy

CV – Crescimento Verde

DS – Desenvolvimento Sustentável

EV – Economia Verde

GER – Green Economy Report

IDH – Índice de Desenvolvimento Humano

IGER – Inclusive Green Economy Report

NBGE – New Blueprint for a Green Economy

OECD – Organization for Economic Cooperation and Development

ONG – Organização Não Governamental

PIB – Produto Interno Bruto

UNDESA – United Nations Division for Sustainable Development

UNEP – United Nations Environment Programme

UNRISD – United Nations Research Institute for Social Development

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
1. METODOLOGIA	16
1.1 CONSTRUÇÃO DO CORPUS BÁSICO	16
1.2 SELEÇÃO DAS CATEGORIAS ANALÍTICAS	18
1.3 SELEÇÃO DAS UNIDADES DE ANÁLISE	19
1.4 LIMITAÇÕES METODOLÓGICAS	21
2. DIVERSIDADE E DISPUTA NO CAMPO DA SUSTENTABILIDADE	22
2.1 TIPOLOGIAS DE SUSTENTABILIDADE	23
2.2 A DISPUTA PELO CONCEITO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL	32
2.3 O MAPA DO CAMPO DA SUSTENTABILIDADE	37
2.4 CRITÉRIOS DE MAPEAMENTO: VALORES, MEIOS OU FINS?	42
3. ORIGEM E SIGNIFICADO DA ECONOMIA VERDE	46
3.1 FORMAÇÃO DO CONCEITO DE EV	46
3.1.1 Modernização Ecológica	46
3.1.2 Economia Ambiental	47
3.1.3 <i>Global Green New Deal</i>	49
3.1.4 <i>Green Economy Report</i>	50
3.1.5 Crescimento verde	51
3.1.6 Inclusive Green Economy Report	54
3.2 A DISPUTA PELO CONCEITO DA EV	54
4. RESULTADOS E DISCUSSÃO	66
4.1 CRESCIMENTO ECONÔMICO	66
4.1.1 EV favorável ao crescimento econômico	67
4.1.2 EV crítica ao crescimento econômico	70
4.1.3 Concepções de EV na categoria de crescimento econômico	77
4.2 PROTEÇÃO AMBIENTAL	79
4.2.1 Concepções de EV na categoria de proteção ambiental	86
4.3 JUSTIÇA SOCIAL	87
4.3.1 O significado de justiça social	87
4.3.2 Resultados e discussão da categoria ‘justiça social’	88
4.3.3 Concepções de EV na categoria da justiça social	95
4.4 DISCUSSÃO FINAL	95
CONSIDERAÇÕES FINAIS	101
REFERÊNCIAS	104

INTRODUÇÃO

By failing to adequately limit population growth, reassess the role of an economy rooted in growth, reduce greenhouse gases, incentivize renewable energy, protect habitat, restore ecosystems, curb pollution, halt defaunation, and constrain invasive alien species, humanity is not taking the urgent steps needed to safeguard our imperilled biosphere. (RIPPLE et al., 2017, p. 1026).

O trecho acima poderia ser facilmente atribuído a algum dos diversos textos alarmistas que foram publicados entre as décadas de 1970 e 1980, quando as denúncias da degradação ambiental causada pela ação humana ganharam a atenção de cientistas naturais e da mídia. Naquela época, muito se falava sobre a necessidade de mudar os rumos do desenvolvimento¹ para evitar catástrofes ambientais. Contudo, o trecho acima pertence a um artigo de 2017, que expõe a persistência e o agravamento da degradação ambiental entre 1992 e 2016 (Figura 1). Esse artigo é a atualização de outro artigo publicado em 1992. Ele mostra que, com exceção dos danos à camada de ozônio, todos os parâmetros avaliados apresentaram piora de lá para cá.

Ripple et al. (2017) mostram que apenas um dos nove parâmetros ambientais monitorados entre 1992 e 2016 apresentou melhora. Esse parâmetro foi a emissão de gases depletors da camada de ozônio, que diminuiu a um nível equivalente à emissão da década de 1960 (Figura 1a). Todos os outros oito parâmetros pioraram: o volume de água potável *per capita* diminuiu (Figura 1b); a massa total do pescado declinou após anos de crescimento (Figura 1c); o número de regiões oceânicas com baixa concentração de oxigênio (*dead zones*) aumentou (Figura 1d); a cobertura florestal diminuiu (Figura 1e); a abundância de espécies de vertebrados diminuiu (Figura 1f); a emissão de CO₂ por ano aumentou (Figura 1g); a temperatura média global aumentou (Figura 1h); e a população humana cresceu, assim como a população de ruminantes (Figura 1i).

¹ Neste trabalho utilizaremos o termo **desenvolvimento** no sentido de melhoria; aprimoramento. Desenvolvimento não será utilizado no sentido de crescimento econômico. Ao nos referirmos ao crescimento econômico, utilizaremos a expressão **crescimento econômico**.

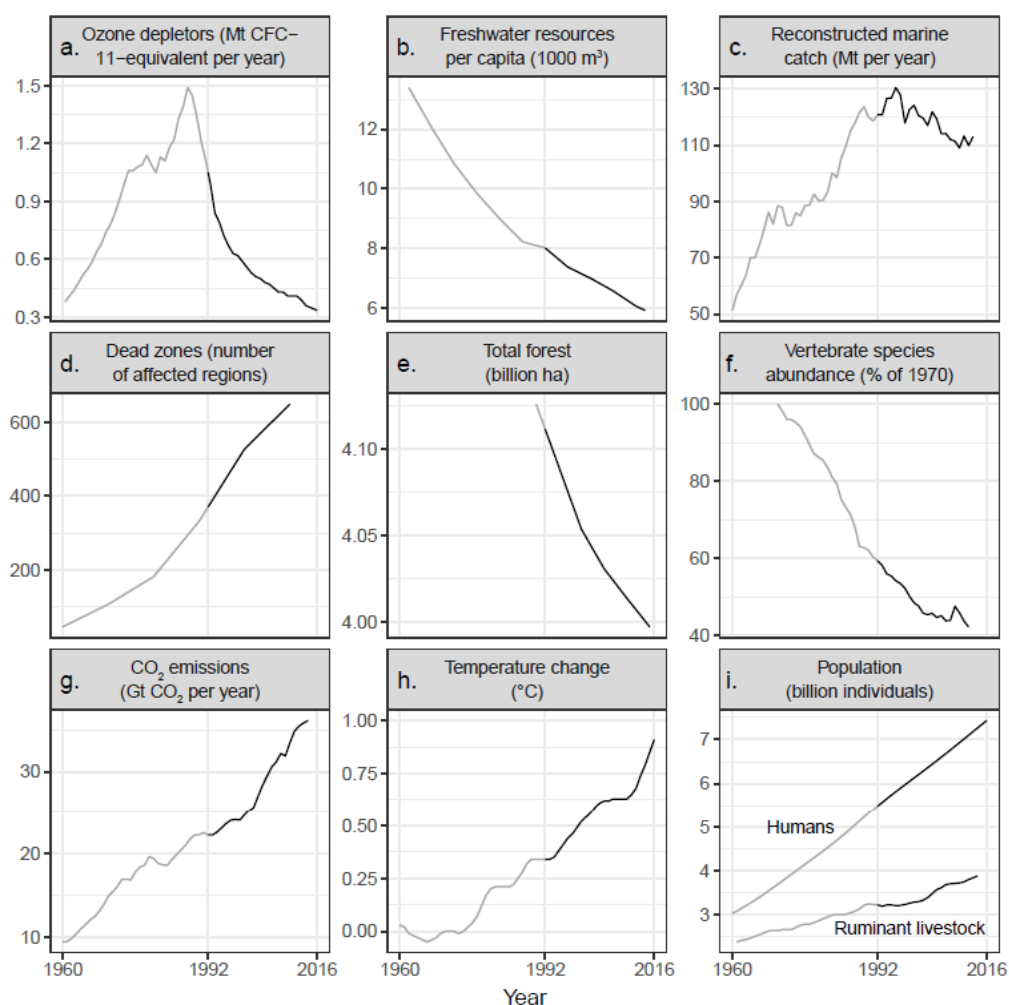


Figura 1: Série histórica entre os anos 1960 e 2016 para diversos parâmetros ambientais, com destaque para o intervalo 1992-2016. a) emissão de gases destruidores da camada de ozônio; b) volume de água potável *per capita*; c) captura de pescado marinho; d) zonas mortas; e) cobertura florestal; f) abundância de espécies de vertebrados; g) emissão de CO₂; h) mudança climática e i) população de humanos e bovinos.

Retirado de RIPPLE et al., 2017, p. 1.027.

Na época da publicação do primeiro artigo, quando acontecia a famosa Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (Rio 92), muita esperança era depositada sobre a proposta do desenvolvimento sustentável (DS) para lidar com o impasse entre o crescimento econômico e a proteção ambiental ². Contudo, a persistência da degradação ambiental e do discurso alarmista mostra que mais de 20 anos de debates, acordos e conferências sobre sustentabilidade e DS não surtiram os efeitos desejados.

² Neste trabalho, as expressões **proteção ambiental** e **proteção do meio ambiente** serão utilizadas no sentido de redução das degradações ambientais.

Frente à ineficácia das estratégias de DS e à pressão da crise financeira de 2008, outro conceito começou a ganhar destaque à partir de 2009: a economia verde (EV). Protagonista da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (Rio+20), a EV passou a ser promovida como uma nova estratégia para a sustentabilidade, necessária para a viabilização do DS, ou mesmo como a sua substituta (EHRESMAN; OKEREKE, 2014, p. 17). Retratada por alguns como um novo paradigma de desenvolvimento (UNEP, 2011, p. 14; UNEMG, 2011, p. 153), a EV traz consigo o objetivo de conciliar progresso econômico, proteção do meio ambiente e redução das desigualdades sociais por meio da valoração do capital natural, da realização de reformas fiscais e institucionais e da formulação de legislações ambientais que deem ênfase ao uso de instrumentos de mercado.

Contudo, as novidades trazidas pela EV sofreram contestação. Ao comentar os seus objetivos e estratégias, Brand (2012, p. 29) questiona: “Was this not –more or less exactly – the wording 20 years ago when the term “sustainable development” was first promoted?” Lorek e Spangenberg também demonstram descrença ao afirmarem que “**Greening the economy** is an old demand, and a re-emerging issue of the policy debate every ten years since the early 1970s” (2014, p. 34, negrito dos autores). Logo, surge a dúvida: seria a EV uma proposta inovadora, capaz de revigorar o DS e promover avanços na agenda da sustentabilidade, ou somente uma reformulação das mesmas ideias discutidas há mais de 40 anos? Afinal, o que é a EV?

Uma resposta bem fundamentada a essa pergunta exige a análise cuidadosa de como a EV, os seus princípios, objetivos e políticas, são descritos na literatura, e a sistemática comparação com os mesmos elementos do DS. Tal análise deve ultrapassar o senso comum e as definições superficiais. No entanto, qualquer um que se dedique a fazê-la deparar-se-á com uma pluralidade de significados e proposições de ambos os conceitos. Isso ocorre porque a EV e o DS são conceitos políticos complexos, dotados de dois níveis de significado: o primeiro é superficial, vago e consensual, enquanto o segundo é profundo e busca atribuir-lhe princípios e pressupostos omitidos no primeiro nível, o que o torna passível de apropriações e, portanto, diverso. Além disso, por terem caráter político-normativo, os seus significados exercem influência nas políticas nacionais e globais, e são alvo de grandes interesses políticos e econômicos. Tal pluralidade de concepções abre espaço para uma disputa pelo “verdadeiro” (ou mais aceito) significado de cada termo, que é intensificada pelos interesses subjacentes a cada

interpretação. Um bom exemplo dessa disputa e das suas consequências político-econômicas é a postura quanto às medidas de incentivo ao crescimento econômico: a depender da interpretação do proponente, DS e EV podem ser descritos tanto como favoráveis quanto como críticos, e até mesmo contrários, a essas medidas, como veremos ao longo deste trabalho.

Contudo, diante da persistência e do aprofundamento da crise socioambiental, a proposição da EV como uma nova forma de promover a agenda da sustentabilidade requer atenção. Avaliar a relação entre as propostas do DS e da EV não é tarefa simples e direta. Ela exige conhecimento das diversas proposições conceituais, do significado de ambas as expressões, da arena e dos termos da disputa. É para esse fim que este trabalho se presta.

OBJETIVOS

Os objetivos gerais deste trabalho são: i) promover o entendimento da EV em sua condição de um conceito em disputa e portador de diversos significados e ii) contribuir para a compreensão das semelhanças e diferenças entre a EV e o DS. A forma como estes conceitos se apresentam na literatura acadêmica é o nosso campo de pesquisa.

Os objetivos específicos são: i) identificar as concepções de EV presentes na literatura mais relevante sobre o tema; ii) comparar as concepções de EV às de sustentabilidade e DS, tomando em consideração três categorias principais: crescimento econômico, proteção ambiental e justiça social; e iii) promover um esquema de mapeamento conceitual – ao qual chamamos de “mapa do campo da sustentabilidade” – que permita ilustrar e comparar o posicionamento das diversas propostas de solução para a crise socioambiental em relação às três categorias mencionadas: o crescimento econômico, a proteção ambiental e a justiça social.

HIPÓTESES

- (i) as concepções de EV mais frequentes na literatura se assemelham às concepções mais comuns de DS;
- (ii) as propostas da EV não são propriamente inovadoras e, portanto, não caracterizam um novo paradigma de desenvolvimento;

(iii) as diferentes “concepções do conceito” de EV refletem uma disputa, ainda incipiente, pelo seu significado.

Para além da introdução e da conclusão, essa dissertação apresenta quatro capítulos. O primeiro apresenta os conceitos e procedimentos metodológicos empregados na pesquisa. O segundo trata das categorias de sustentabilidade, apresenta a disputa pelo conceito de DS e introduz o mapa do campo da sustentabilidade. O terceiro capítulo traça um histórico do conceito de EV e expõe as suas diversas concepções encontradas na literatura. Os resultados são apresentados e discutidos no quarto capítulo.

1. METODOLOGIA

O presente trabalho constitui uma análise teórico-conceitual das diversas descrições, interpretações e caracterizações do conceito de EV encontradas nos principais textos sobre o tema. O principal objetivo é identificar as diferentes posturas atribuídas à EV em relação ao crescimento econômico, à proteção ambiental e à justiça social, e, a partir dessa caracterização, posicionar as diferentes concepções de EV no mapa do campo da sustentabilidade. Para esse fim, utilizou-se o método de análise de conteúdo qualitativa, apresentado a seguir (ELO; KYNGAS, 2008; HSIEH; SHANNON, 2005; BARDIN, 2011).

A presente pesquisa se deu em cinco passos: i) construção do *corpus* básico a ser analisado (Quadro 1); ii) leitura prévia, “flutuante”, do material selecionado e determinação das categorias analíticas (Quadro 2); iii) segunda leitura e seleção das unidades de análise³; iv) análise e interpretação dos dados; v) discussão e vi) conclusão.

1.1 CONSTRUÇÃO DO CORPUS BÁSICO

No primeiro passo, selecionou-se um conjunto de textos a ser analisado – o *corpus* básico de nossa pesquisa (BARDIN, 2011). A seleção dos textos foi guiada por seis critérios: 1) textos publicados entre 2008 e o presente; 2) textos publicados nas línguas inglesa, portuguesa e espanhola; 3) número de citações na base de busca selecionada – com preferência pelos textos mais citados; 4) indicações por especialistas – preferência pelos mais indicados; 5) frequência de aparecimento nas referências dos textos selecionados pelo critério 1 (os “mais citados pelos mais citados”); e 6) relevância quanto aos interesses teóricos e quanto aos objetivos do estudo (princípio da pertinência). Não houve preferência por tipo de publicação (livro, artigo científico, dissertação etc.).

Ao longo da pesquisa outros textos foram consultados a fim de auxiliar na compreensão das informações retiradas do *corpus* básico. Este segundo conjunto compõe o *corpus* complementar e esteve sujeito apenas ao princípio da pertinência.

O ano inicial de 2008 (critério 1) foi definido por ser um marco na construção do conceito atual da EV. Foi nesse ano em que o United Nations Environment Programme

³ Categorias analíticas e unidades de análise são elementos diferentes nessa mesma metodologia (ver seções 1.2 e 1.3).

(UNEP) relançou a ideia de economia verde e criou a *Green Economy Initiative* (UNDESA, 2012a).

As línguas em que os textos foram selecionados (critério 2) foram as duas predominantes no Ocidente, inglês e espanhol, e a língua nativa do autor, o português. O banco de dados escolhido para a seleção dos textos apresenta uma predominância da língua inglesa.

Para o critério 3 (número de citações), o levantamento das citações foi feito utilizando o mecanismo de busca do SciVerse Scopus®, um banco de dados de citações da editora Elsevier. Buscou-se textos que continham em seu título ou palavras-chave as expressões “*green economy*”, “*economía verde*” ou “economia verde” – sempre entre aspas para garantir que a expressão fosse conservada. Foram realizadas três buscas consecutivas: uma cobrindo apenas títulos, outra apenas palavras-chave e outra a intersecção entre títulos e palavras-chave. Os títulos dos 20 textos mais citados em cada busca foram copiados para uma planilha. Dentre eles, com base em seus resumos, foram escolhidos aqueles mais pertinentes aos interesses teóricos e aos objetivos do estudo.

Quanto ao critério 4, a seleção dos especialistas consultados também foi feita por meio da plataforma Scopus e da análise das referências dos textos mais citados. Foram escolhidos os 10 primeiros autores que mais haviam publicado textos cujos títulos ou palavras-chave incluíam as expressões “*green economy*”, “*economía verde*” e “economia verde”, e aqueles que mais figuravam entre os autores dos textos “mais citados pelos mais citados” – este último procedimento resultou em apenas um autor ainda vivo. A todos estes autores foram enviados e-mails requisitando a sugestão de ao menos três referências que eles considerassem essenciais para a compreensão da EV. Dos onze autores consultados, seis responderam.

Após selecionar os textos mais citados (critério 3), foi realizada, nesse conjunto, uma busca manual pelas referências mais frequentes cujo assunto principal era a EV (“mais citados pelos mais citados”, critério 5). Esse procedimento permite identificar as principais obras em que se baseiam os textos mais citados. Textos sobre crescimento verde não foram incluídos, pois este conceito se distingue do da EV (ver seção 3.1.5).

O critério 6 (princípio da pertinência) foi adotado para filtrar e flexibilizar a seleção dos textos, tornando o *corpus* básico mais adequado aos fins desta pesquisa.

Este critério é o mais subjetivo de todos os seis e foi o último a ser aplicado na formação do *corpus* básico.

Este é o *corpus* básico a ser trabalhado, conforme mostra o Quadro 1.

Quadro 1: *Corpus* básico, com a quantidade de citações, indicações e citações pelos mais citados para cada texto, respectivamente.*

Nº de referência	Títulos dos textos	Número de Citações	Número de Indicações	Número de Citações pelos mais citados
1	Green Economy - The Next Oxymoron? No lessons learned from failures of implementing sustainable development (BRAND, 2012)	83	0	1
2	Sustainable consumption within a sustainable economy: Beyond green growth and green economies (LOREK; SPANGENBERG, 2014)	78	0	0
3	Productivity and work in the 'green economy': Some theoretical reflections and empirical tests (JACKSON; VICTOR, 2011)	47	0	0
4	The green economy and sustainable development: An uneasy balance? (BINA, 2013)	46	2	0
5	The Consumption of a Finite Planet: Well-Being, Convergence, Divergence and the Nascent Green Economy (PRETTY, 2013)	38	0	0
6	The policy challenges for green economy and sustainable economic development (BARBIER, 2011)	38	0	0
7	A Radically Conservative Vision? The Challenge of UNEP's Towards a Green Economy (BROCKINGTON, 2012)	26	0	1
8	Pillars for a flourishing Earth: Planetary boundaries, economic growth delusion and green economy (KOSOY et al., 2012)	25	0	0
9	The green economy: Incremental change or transformation? (BOREL-SALADIN; TUROK, 2013)	24	1	0
10	A new blueprint for a green economy [NBGE] (BARBIER; MARKANDYA, 2013)	23	3	2
11	Towards a green economy: pathways to sustainable development and eradication of poverty [GER] (UNEP, 2011)	0	3	6
12	Uncovering Pathways Towards an Inclusive Green Economy: A Summary for Leaders [IGER] (UNEP, 2015)	0	2	0

*Foi atribuído um número de referência a cada um para facilitar o mapeamento na Figura 8, Capítulo 4.

1.2 SELEÇÃO DAS CATEGORIAS ANALÍTICAS

As categorias analíticas escolhidas para esta pesquisa foram **crecimento econômico**, **proteção ambiental** e **justiça social** (Quadro 2). Tal escolha foi informada

pelo conhecimento prévio sobre o embate entre posturas de sustentabilidade fracas e fortes, sobre a incipiente disputa pelo conceito de EV e sobre a proposição de utilizar os fatores crescimento econômico, proteção ambiental e justiça social como delimitadores do mapa do campo da sustentabilidade (CONNELLY, 2007), no qual é possível localizar, com maior clareza, as diferentes concepções de EV. Esse procedimento está de acordo com a metodologia de análise de conteúdo **qualitativa direcionada** (HSIEH; SHANNON, 2005) – também chamada de **dedutiva** (ELO; KYNGAS, 2008) –, na qual a escolha das categorias analíticas e a análise propriamente dita são feitas com base em teoria ou conhecimento existentes. Tal metodologia é apropriada para pesquisas que objetivam testar hipóteses (ELO; KYNGAS, 2008; HSIEH; SHANNON, 2005), como no caso do presente trabalho.

A primeira leitura (leitura “flutuante”) do *corpus* básico também contribuiu para a determinação das categorias, pois foi com ela que se formou uma primeira familiarização com os textos. Este procedimento permitiu identificar os objetos de particular interesse de cada um dos textos, compreender os argumentos centrais e verificar a sua adequabilidade aos objetivos da pesquisa.

1.3 SELEÇÃO DAS UNIDADES DE ANÁLISE

Feita a primeira leitura e escolhidas as categorias analíticas, o próximo passo foi selecionar as unidades de análise, que são frases ou trechos extraídos dos textos escolhidos para serem submetidos à análise propriamente dita (ELO; KYNGAS, 2008). Tal seleção é importante para manter o foco da pesquisa sobre os temas de interesse frente à grande quantidade de informações, nem sempre relevantes ao estudo, presente no *corpus* básico. Nesse sentido, a segunda leitura foi feita tendo em mente algumas perguntas orientadoras sobre aspectos descritivo (o quê), explicativo (por quê) e procedimental (como), baseadas nas categorias analíticas previamente escolhidas, que auxiliaram na identificação e seleção das unidades de análise, como mostra o Quadro 2.

Quadro 2: Categorias analíticas e respectivas perguntas orientadoras

Categorias analíticas	Perguntas orientadoras
Crescimento econômico	<p>O crescimento econômico é considerado componente inerente da EV?</p> <p>O crescimento econômico é visto como fim ou como meio de construção da EV?</p> <p>Quais as justificativas para o crescimento econômico?</p>

	<p>Existe construção de relação entre crescimento econômico e variação do bem-estar? Sob quais condições?</p> <p>É feita alguma distinção entre a relevância do crescimento econômico para países desenvolvidos e em desenvolvimento?</p> <p>Quais as medidas propostas para promover o crescimento econômico?</p> <p>Há alguma menção à redução voluntária do consumo dentro do contexto da EV?</p> <p>Quais as medidas propostas para promover a redução do consumo?</p>
Proteção ambiental	<p>A proteção ambiental é explicitamente apontada como parte da EV? Como fim ou como meio da sua estratégia?</p> <p>Como o meio-ambiente é definido pela EV: enquanto capital, recursos, sumidouros e serviços de sustentação da economia ou como entidade dotada de história, significado e valor próprios?</p> <p>Quais as razões apontadas para a proteção ambiental? Ela se alinha mais aos valores antropocêntricos ou ecocêntricos?</p> <p>Quais as medidas apontadas para proteger o meio ambiente?</p>
Justiça social	<p>A justiça social é descrita, direta ou indiretamente, como parte integrante da EV?</p> <p>A justiça social é apontada como meio ou como fim da estratégia de EV?</p> <p>Quais as razões citadas para a promoção da justiça social ou para o combate da desigualdade?</p> <p>Quais as medidas propostas para reduzir a desigualdade social?</p> <p>É feita alguma menção à redistribuição de riqueza ou renda enquanto política de EV?</p> <p>É feita alguma menção à reconfiguração das relações de poder como política da EV?</p> <p>A EV se preocupa com desigualdades de gênero e de etnia?</p> <p>É feita alguma menção à justiça intergeracional? E quanto à justiça entre países?</p>

Elaboração do autor

As unidades de análise foram posteriormente reproduzidas, por meio de citações diretas ou indiretas, ao longo da discussão, sob uma perspectiva descritivo-analítica que buscou caracterizar as diferentes posturas atribuídas à EV em relação ao crescimento econômico, à proteção ambiental e à justiça social.

1.4 LIMITAÇÕES METODOLÓGICAS

A adoção do número de citações como critério de seleção do *corpus* básico (critério 3) pode ter contribuído para uma maior frequência de textos mais antigos dentro do intervalo temporal escolhido. Isso ocorre porque publicações mais antigas oferecem mais tempo hábil para o acúmulo de citações do que publicações mais recentes.

As buscas pelas expressões em português e espanhol renderam pouquíssimos resultados e com poucas citações, de forma que não foram incorporados ao *corpus* básico. Além disso, apesar de não discriminarmos o tipo de publicação, o fato de utilizarmos a plataforma Scopus pode ter resultado numa predominância de artigos científicos.

A escolha da análise de conteúdo qualitativa direcionada como método de pesquisa oferece duas limitações: a primeira é que o viés teórico que informa a escolha das categorias e das unidades de análise pode levar o pesquisador a encontrar mais suporte do que rejeição à sua hipótese (HSIEH; SHANNON, 2005, p. 1.283); a segunda é que demasiada ênfase teórica pode cegar o pesquisador para aspectos contextuais de seu objeto que se situam fora da abrangência da teoria guia (HSIEH; SHANNON, 2005, p. 1283). Contudo, como o nosso trabalho é meta-teórico, ou seja, estuda e avalia teorias concorrentes ao invés de se guiar por uma delas, acreditamos que tais limitações podem ser minimizadas.

2. DIVERSIDADE E DISPUTA NO CAMPO DA SUSTENTABILIDADE

O campo da sustentabilidade pode ser descrito como um espaço social que reúne diversos atores em torno do debate sobre a possível incapacidade de reprodução das civilizações modernas. O debate percorre as causas e consequências da degradação ambiental e da desigualdade social registradas, sobretudo, desde meados do século XX, assim como, as propostas de solução destes problemas. Diversos são os atores que dele participam: empresários, cientistas, mídia, governos, políticos com e sem mandatos, ONGs, instituições multilaterais, *think tanks* etc. Os saberes que informam o campo da sustentabilidade são igualmente múltiplos, desde os científicos (como ecologia, economia, ciências sociais e biologia, por exemplo) até os técnicos (engenharia, agronomia) e tradicionais. Toda essa diversidade se mantém coesa em torno da percepção comum de que o futuro da sociedade, da humanidade ou mesmo do planeta está ameaçado, e de que algo precisa ser feito para evitar um colapso. O campo da sustentabilidade trata, portanto, da definição da natureza da crise socioambiental global e das possíveis formas de sair da crise (NASCIMENTO, 2012).

As origens desse campo podem ser encontradas na década de 1960 e 1970, época em que diversos pensadores publicaram obras cujo conteúdo denunciava danos ambientais causados pelo padrão de produção e consumo das sociedades modernas e industriais. Alguns exemplos de destaque são os livros *Silent Spring*, de Rachel Carlson, *The Population Bomb*, de Paul R. Ehrlich, e o polêmico *Limits to Growth*, do grupo liderado por Donella Meadows (com apoio do Clube de Roma). Esses autores criticavam elementos como o desenvolvimento tecnológico inescrupuloso – em particular da indústria química –, o crescimento populacional irrestrito e a crença na possibilidade de crescimento econômico infundável, respectivamente. Essas obras, assim como outras do mesmo período, levantavam a possibilidade de um colapso civilizacional caso o relacionamento entre sociedade e natureza não passasse por mudanças significativas. Dessa forma, trouxeram à atenção do público, da comunidade científica e dos agentes políticos e econômicos preocupações com a degradação ambiental, com o futuro do bem-estar humano e, sobretudo, com a noção da finitude dos recursos naturais e as suas implicações futuras.

As décadas de 1970 e 1980 foram palco de muita contenda entre aqueles que defendiam a proteção do meio ambiente e aqueles que defendiam a manutenção do

crescimento econômico. Para alguns estudiosos, como Georgescu-Roegen (1971), tais movimentos eram incompatíveis e sujeitos a “*trade-offs*” inevitáveis.

Ao final dos anos 1980, conceitos como o ecodesenvolvimento⁴ e a modernização ecológica⁵, sintetizados posteriormente na ideia de desenvolvimento sustentável (DS), romperam com essa disputa. Seus proponentes defendiam, cada qual de sua maneira, que a proteção ambiental e o crescimento econômico poderiam ser promovidos em paralelo por meio de medidas que favorecessem ambos – chamadas de medidas “*win-win*”. Essa perspectiva conciliadora rapidamente ganhou destaque e o DS foi alçado a uma posição hegemônica dentro do campo da sustentabilidade.

Isso não significa, contudo, que propostas alternativas ao DS deixaram de existir. Muitos participantes do campo da sustentabilidade rejeitaram tal conceito por considera-lo desnecessário ou ilusório, e seguem defendendo formulações alternativas às questões de sustentabilidade. Mesmo aqueles que concordam com o DS disputam entre si qual a melhor forma interpreta-lo e coloca-lo em prática. Em geral, atores com diferentes valores e crenças defendem diferentes estratégias para resolver o impasse entre crescimento econômico e proteção ambiental. Isso faz com que o campo da sustentabilidade seja um espaço diverso e plural, que não pode ser reduzido ao aparente consenso ao redor do DS, como será exposto a seguir.

2.1 TIPOLOGIAS DE SUSTENTABILIDADE

Frente a tamanha diversidade, muitos autores se dedicaram a esclarecer e ordenar o campo da sustentabilidade. Apesar de essa ordenação ter sido feita de várias maneiras, a mais frequente talvez seja a tipologia monoaxial fraco-forte, conhecida também como sustentabilidade fraca-forte.⁶ Nessa tipologia, a pluralidade do campo da sustentabilidade é reduzida e as perspectivas semelhantes são aglutinadas em algumas poucas categorias. Mais de uma versão dessa tipologia monoaxial foi proposta (por

⁴ O ecodesenvolvimento é uma estratégia de desenvolvimento socioeconômico que pretende evitar as degradações ambientais resultantes do tradicional modelo de crescimento capitalista dos países industrializados. A estratégia do ecodesenvolvimento enfatiza as atividades econômicas locais, a gestão sustentável dos recursos naturais e o atendimento das necessidades básicas das populações dos países em desenvolvimento (SACHS, 1986).

⁵ Ver seção 3.1.1 para uma descrição detalhada da modernização ecológica.

⁶ Exemplos de outras formas de ordenação podem ser encontrados em O’Riordan (1989), que organiza o campo da sustentabilidade de acordo com valores tecnocêntricos e ecocêntricos; em Harrison (2000), que sistematiza as perspectivas de acordo com suas narrativas políticas – de eficiência, de equidade e de ética – e em Hopwood et al. (2005), que organiza a diversidade do campo de acordo com a ênfase na proteção ambiental e na igualdade social.

exemplo, PEARCE, 1993; TURNER, 1993; DOBSON, 1996; BAKER et al., 1997)⁷, mas a sua estrutura geral tende a ser semelhante: consiste num eixo polarizado (fraco-forte) sobre o qual as diferentes categorias de sustentabilidade são posicionadas pelos autores proponentes dessas tipologias, de acordo com os critérios escolhidos, que podem incluir valores, objetivos, estratégias de ação, formas de governança etc. Na metade fraca do eixo, são posicionadas categorias cujos valores se alinham mais ao tecnocentrismo e ao antropocentrismo, assumindo posturas utilitaristas e dominantes em relação à natureza, geralmente priorizando o crescimento econômico como fim prevalecente e propondo políticas voltadas ao mercado como meios de promover a sustentabilidade. Na metade forte são posicionadas as categorias cujos valores se alinham mais ao ecocentrismo, que entendem o ser humano como parte da natureza, e cujos objetivos e medidas priorizam a proteção ambiental e a igualdade social (PEARCE, 1993; DOBSON, 1996; BAKER et al., 1997). Geralmente, a defesa por maior democracia também é atribuída à metade forte (DOBSON, 1996; BAKER et al., 1997; JACOBS, 1999; CONNELLY, 2007).

Outro critério que costuma guiar o posicionamento das categorias sobre o eixo fraco-forte é a aceitação – ou não – da substituíbilidade do capital natural por capital artificial.⁸ Alguns autores pautam a divisão entre sustentabilidade fraca e forte somente com base nesse critério (por exemplo, EKINS et al., 2003; BARBIER, 2011; NEUMAYER, 2013), enquanto outros não o consideram absolutamente (como BAKER et al., 1997).⁹ De maneira geral, posturas favoráveis à substituíbilidade do capital natural costumam ser classificadas como antropocêntricas, pois dão preferência ao atendimento das demandas humanas em detrimento da conservação dos elementos

⁷ Apesar de Pearce (1993) e Baker et al. (1997) terem construído, declaradamente, tipologias de DS, elas podem ser consideradas tipologias de sustentabilidade por dois motivos: primeiro, porque utilizam o termo DS como sinônimo de sustentabilidade, como se aquele abrangesse todas as perspectivas desta; segundo, porque eles incluíram em suas análises literatura proveniente de todo o campo da sustentabilidade, inclusive de perspectivas que se opõem ao conceito de DS. Assim, o resultado dos trabalhos de Pearce (1993) e Baker et al. (1997) foram tipologias de sustentabilidade que abarcam em si as perspectivas de DS, e assim serão entendidas ao longo desse trabalho.

⁸ Aqui, capital natural é entendido como o conjunto dos recursos naturais e dos serviços ambientais úteis ao processo produtivo (BARBIER; MARKANDYA, 2012).

⁹ Neumayer (2013) e outros autores – em particular economistas – nomeiam “sustentabilidade fraca” qualquer concepção que aceite a ampla substituíbilidade do capital natural, diferentemente deste trabalho, no qual acompanhamos autores como Pearce (1993), Turner (1993) e Dobson (1996), que entendem que a categoria fraca defende a proteção de parte crítica do capital natural e atribuem à categoria muito-fraca a crença na ampla substituíbilidade do mesmo. No fundo, tudo não passa de uma questão de nomenclatura ou de abrangência da tipologia, mas, para evitar confusões, é necessário informar sobre essa diferença e deixar claro que seguirei o entendimento de Dobson, Pearce e Turner.

naturais. Por oposição, posturas que rejeitam a substituíbilidade do capital natural costumam ser classificadas como ecocêntricas.

Em geral, os autores que constroem tipologias monoaxiais do tipo fraco-forte tendem a identificar apenas quatro categorias. O nome de cada uma delas costuma variar de autor para autor, mas, como elas se posicionam em sequência da extremidade mais fraca do eixo à mais forte, nesse trabalho adotarei os nomes sustentabilidade muito-fraca, fraca, forte e muito-forte, respectivamente, assim como Turner (1993).

A diferença entre as categorias fracas e fortes está na forma com que seus proponentes entendem o que deve ser sustentado e o por quê; na definição de suas prioridades e na aceitação, ou não, da substituíbilidade entre o capital natural e o capital de infraestrutura e humano (DOBSON, 1996).¹⁰ Mais além, alguns autores sugerem que por trás dessas categorias encontram-se sistemas de valores centrados nos humanos (antropocentrismo) ou na natureza (ecocentrismo), estando o primeiro mais relacionado às concepções fracas e o segundo, às fortes (O'RIORDAN, 1989; PEARCE, 1993; DOBSON, 1996). Essas diferenças se refletem na atitude dos proponentes de cada categoria diante de – e nas propostas sobre como lidar com – temas como a relação entre humanos e natureza (O'RIORDAN, 1989), a desigualdade social, a proteção ambiental, o crescimento econômico (MYERSON; RYDIN, 1996), o bem-estar humano, a governança socioambiental (JACOBS, 1999), o desenvolvimento tecnológico, a escala de ação (local-global) e a natureza dos instrumentos político-institucionais a serem utilizados (BAKER et al., 1997).

O Quadro 3 resume e compara as principais características das categorias de sustentabilidade.

Quadro 3: Características principais das categorias de sustentabilidade muito-fraca, fraca, forte e muito-forte. *

Sustentabilidade muito-fraca	Sustentabilidade fraca	Sustentabilidade forte	Sustentabilidade muito-forte
Baseada na economia neoclássica.	Baseada na economia neoclássica e ambiental.	Baseada na economia ecológica.	Baseada na economia ecológica e na ecologia profunda.
Substituíbilidade ampla.	Substituíbilidade restrita.	Substituíbilidade muito restrita.	Refuta a substituíbilidade.

¹⁰ Apesar de a terminologia econômica ser a mais comum, filósofos e ambientalistas também discutem esse mesmo mérito, porém em termos de trocas (“trade-offs”) entre ganhos de bem-estar provenientes do meio-ambiente e das atividades produtivas, como apontado por Jacobs (1999).

Não é necessário proteger o capital natural, desde que ele seja substituído por capital artificial.	Proteção apenas do capital natural crítico.	Proteção do capital natural irrecuperável.	Todos os elementos naturais são dignos de proteção, independentemente de sua utilidade para os humanos.
Crescimento econômico convencional, necessário, desejável e ilimitado.	Crescimento econômico sustentável necessário e desejável.	Economia de estado estacionário.	Redução das escalas de produção e consumo.
Redistribuição de renda e riqueza não é necessária.	Redistribuição de renda e riqueza é possível, mas não imprescindível.	Redistribuição de renda e riqueza necessária.	Redistribuição de renda e riqueza necessária (posição não consensual).
Antropocêntrica	Antropocêntrica	Ecocêntrica	Ecocêntrica

Quadro construído com base nas tipologias propostas por Pearce (1993), Turner (1993), Dobson (1996) e Baker et al. (1997). Elaboração do autor.

Em geral, a sustentabilidade muito-fraca aceita a ampla substituíbilidade entre capital natural e capital artificial¹¹ (TURNER, 1993; PEARCE, 1993). Essa postura em relação à substituíbilidade dos tipos de capital tem como fundamento dois pressupostos: o primeiro é que elementos da natureza – e conjuntos de elementos, como ecossistemas – podem ser substituídos física e funcionalmente por tecnologias, graças à enorme engenhosidade humana. Assim, caso um recurso natural comece a minguar, por exemplo, entendem os apoiadores da sustentabilidade muito-fraca que um substituto será encontrado ou tecnologias mais eficientes serão desenvolvidas, de forma que esse problema não afetará a produção no médio e longo prazo. O segundo é que o bem-estar humano advém da realização das oportunidades econômicas, diretamente proporcionais à quantidade total de capital presente numa economia – o que também é chamado de **capacidade produtiva da economia** (SOLOW, 1991). Sob essa visão, o que importa para a promoção do bem-estar humano é o capital total, independentemente de sua composição, de forma que a depreciação do capital natural não causa queda na qualidade de vida, desde que compensada pela construção de capital artificial. Ou seja, capital natural e artificial são intercambiáveis também na sua função de gerar bem-estar (EKINS et al., 2003).

A união dos dois pressupostos resulta na conclusão de que a contínua transformação de elementos da natureza em tecnologia e conhecimento não reduz o bem-estar das pessoas, e de que qualquer problema ambiental que venha a surgir pode

¹¹ Barbier e Markandya (2012, posição 253) chamam de capital artificial o conjunto de capital humano e capital físico (ou de infraestrutura).

ser resolvido pela engenhosidade humana. Assim, para que as gerações futuras possam usufruir do mesmo bem-estar que a geração atual usufrui, é importante ao menos manter a capacidade produtiva da economia por meio da manutenção do capital total, seja qual for a sua composição (SOLOW, 1991; DOBSON, 1996; PEARCE, 1993). Em outras palavras: para a categoria muito-fraca, a sustentabilidade é uma questão de conservar – ou expandir – o capital total, indiferentemente de sua composição.

A crença na ampla substituíbilidade do capital natural – e em seus pressupostos subjacentes – por parte dos proponentes da categoria muito-fraca desdobra-se na defesa do crescimento econômico contínuo, de acordo com o seguinte raciocínio: se o bem-estar humano é diretamente proporcional à capacidade produtiva de uma economia; se a redução da natureza, quando compensada pela construção de outros tipos de capital, não causa riscos à sociedade; e se a engenhosidade humana é capaz de resolver qualquer problema ambiental que venha a surgir, logo o crescimento contínuo da economia – e do consumo – é possível e desejável (BAKER et al., 1997). Em outras palavras: para a categoria muito-fraca, não existem limites ao crescimento econômico.

Proponentes da sustentabilidade muito-fraca não dão muita atenção ao tema da justiça social. Para eles medidas de redistribuição de riqueza e poder não são imprescindíveis, pois, contanto que a economia seja eficiente e competitiva, o crescimento econômico criará riquezas e as forças de mercado alocarão os recursos da forma mais justa, naturalmente contribuindo para reduzir a pobreza (BAKER et al., 1997). A garantia do bem-estar futuro seria possibilitada pela conservação – e preferencialmente pela expansão – da capacidade produtiva da economia (SOLOW, 1991). Assim, o crescimento econômico é visto pelos defensores da sustentabilidade muito-fraca como desejável e necessário também do ponto de vista da justiça social intra- e intergeracional.

Já os proponentes das categorias de sustentabilidade fraca e forte consideram a substituíbilidade do capital natural como limitada (PEARCE, 1993; TURNER, 1993). Tal visão advém de diversas razões: primeiro, porque acreditam que o capital natural possui características singulares que o diferenciam dos outros tipos de capital: a sua depreciação é frequentemente irreversível e alguns de seus elementos, como ecossistemas e serviços ecossistêmicos, são de difícil substituição funcional e podem vir a colapsar sem aviso prévio (DASGUPTA, 2008). Segundo, porque a complexidade

funcional e a grande escala espacial de alguns dos serviços ecossistêmicos impõem dificuldades técnicas ou custos proibitivos para a sua substituição por tecnologia humana (PEARCE, 1993). Terceiro, porque o capital natural, entendido como recursos naturais e serviços ecossistêmicos de suporte, está mais para elementos complementares ao capital artificial do que substituíveis (DOBSON, 1996; EKINS et al., 2003). Por todos esses motivos, proponentes da categoria fraca defendem que ao menos a parte crítica do capital natural (aqueles elementos que não podem ser facilmente substituídos por tecnologia) seja preservada, enquanto a categoria forte defende que o capital natural irreversível (aquele cujo desaparecimento não pode ser revertido) seja protegido (DOBSON, 1996; EKINS et al., 2003).

Já a sustentabilidade muito-forte, geralmente associada à ecologia profunda¹², não discute o mérito da substituíbilidade com base no conceito de capital, mas sim em termos de meio-ambiente e de elementos da natureza. Nesse sentido, ela entende que todo e qualquer componente da natureza é fundamentalmente insubstituível em sua função e no significado de sua existência, de forma que merece proteção integral (DOBSON, 1996).

Apesar de defenderem a conservação ao menos dos elementos mais importantes da natureza, proponentes das categorias fraca, forte e muito-forte diferenciam entre si principalmente pela razão pela qual argumentam que eles devem ser protegidos (PEARCE, 1993; DOBSON, 1996). Proponentes da sustentabilidade fraca reconhecem a importância de alguns elementos e serviços ecossistêmicos para a manutenção das atividades econômicas – como a camada de ozônio, a regulação dos regimes de chuva e a assimilação de poluentes, por exemplo – e, por isso, sugerem a sua conservação como forma de proteger a capacidade produtiva da economia, ainda entendida como determinante do bem-estar humano. Contudo, aqueles elementos do capital natural que não estão diretamente envolvidos com a manutenção da economia e do bem-estar não são alvos de proteção, o que caracteriza uma postura essencialmente antropocêntrica.

¹² A ecologia profunda é uma filosofia que reformula as relações entre os humanos e a natureza. Ela entende que o ser humano está inevitavelmente inserido na natureza, e não à parte dela, de modo que a natureza deixa de ser um conjunto de objetos a serem utilizados em favor das vontades humanas e passa a ser parte indissociável das próprias sociedades humanas. Com isso a ecologia profunda retira o ser humano, suas necessidades e suas vontades, do centro das atenções e das prioridades das sociedades e coloca no lugar a natureza, que inclui o ser humano. Essa postura também é chamada de ecocentrismo (NAESS, 1989, p. 15).

Por aceitarem que o bem-estar humano deriva da capacidade produtiva da economia, proponentes da categoria fraca defendem, como parte essencial da sustentabilidade, a manutenção do crescimento econômico, porém de qualidade diferente daquele historicamente predominante. Ele não deve causar degradação ambiental: deve ser um crescimento sustentável que respeite o meio ambiente (PEARCE, 1993; BAKER et al., 1997). Para esta categoria, a mudança de padrão de crescimento seria possível caso as externalidades ambientais fossem internalizadas e o capital natural fosse corretamente precificado, de forma que o seu valor real fosse incorporado nas contabilidades nacionais e nas decisões cotidianas do mercado. A expectativa é de que o alto valor do capital natural crítico se reflita nas análises de custo-benefício e desencoraje a sua exploração, ao mesmo tempo em que incentiva investimentos em sua preservação e expansão (PEARCE, 1993). Essa visão, contudo, abre espaço para que o capital natural seja consumido nos casos em que os ganhos econômicos superam as perdas ambientais. Por conta disso, a estratégia dessa categoria é chamada de *market-based* (DOBSON, 1996).

Os proponentes da sustentabilidade fraca seguem o raciocínio da economia ambiental, que é um braço da teoria econômica neoclássica. Sendo assim, para os defensores dessa categoria, medidas de redistribuição de renda e riqueza não são imprescindíveis, pois o crescimento econômico **sustentável** é suficiente – e necessário – para atender as necessidades básicas da geração atual e garantir que as gerações futuras possam atender as suas (TURNER, 1993; BAKER et al., 1997).

Já para os defensores das categorias forte e muito forte, o capital natural deve ser protegido tanto pelos serviços prestados aos humanos quanto pelo seu direito intrínseco de existir, em especial aqueles elementos que, quando perdidos, se tornam irrecuperáveis, como a biodiversidade e alguns ecossistemas mais frágeis (DOBSON, 1996; BAKER et al., 1997). Assim, ambas essas categorias assumem uma posição mais ecocêntrica dentro do espectro fraco-forte (DOBSON, 1996).¹³

¹³ Alguém poderia argumentar que a sustentabilidade forte se preocupa, majoritariamente, com os seres humanos, de forma que deveria ser classificada como antropocêntrica, e não como ecocêntrica. Nesse caso é preciso entender duas coisas: primeiro, que a classificação da sustentabilidade forte como ecocêntrica não significa que ela seja 100% ecocêntrica. A tipologia fraco-forte identifica categorias discretas para fins didáticos, mas o que realmente existe é um gradiente que se estende do polo fraco ao polo forte. A sustentabilidade forte está mais próxima do polo forte do que do polo fraco, o que a torna mais ecocêntrica do que antropocêntrica. Segundo, que os ecocentristas também se preocupam com os

Os proponentes da sustentabilidade forte, em linha com a teoria da economia ecológica¹⁴, acreditam que a precificação do meio-ambiente tem claras limitações, sendo incapaz de internalizar todos os aspectos de valor do meio-ambiente, inclusive aspectos culturais, estéticos e espirituais, que proporcionam bem-estar de maneira direta. Eles também questionam a capacidade humana de resolver problemas ambientais por meio do progresso tecnológico e, por isso, entendem que a substituição do capital natural é limitada tanto do ponto de vista técnico quanto do da geração de bem-estar (EKINS et al., 2003). Para eles, é necessário manter a exploração da natureza em níveis sustentáveis (DALY, 1996) por meio de ferramentas legais e políticas de comando e controle (BAKER et al., 1997), além de seguir o princípio da precaução: em situações de incerteza, o capital natural deve ser preservado para evitar perdas irrecuperáveis (TURNER, 1993).

Essa postura dos proponentes da sustentabilidade forte se desdobra no questionamento do crescimento econômico como objetivo final das políticas de desenvolvimento. Sendo o capital natural complementar aos outros tipos de capital, e estando ele em condições de crescente depleção, a sua disponibilidade limita progressivamente as atividades produtivas. Em um “mundo cheio” (de pessoas, de capital), no qual os elementos naturais já não são mais tão abundantes como em tempos passados, o crescimento econômico se torna limitado (DALY, 1995). A adoção de tecnologias produtivas mais sustentáveis é defendida pelos proponentes da sustentabilidade forte, mas não existe aqui a crença de que elas sejam suficientes para desacoplar completamente o crescimento econômico da degradação ambiental. Assim, os defensores dessa categoria propõem um modelo econômico de estado estacionário¹⁵, dentro do qual a escala econômica global se torna constante (PEARCE, 1993). Nesse modelo a redução da pobreza e das desigualdades não pode mais estar submetida ao

seres humanos, mas a partir do entendimento de que estes são profundamente dependentes da natureza, de modo que se preocupar com a proteção ambiental também é se preocupar com o bem-estar humano.

¹⁴ A economia ecológica é um campo multidisciplinar que busca estudar as inter-relações entre os ecossistemas e os sistemas econômicos. Os profissionais que atuam nesse campo concebem a economia humana como um subsistema aberto parte de um sistema ecológico finito (a biosfera). Esses profissionais buscam unir os conhecimentos e ferramentas de pesquisa da ecologia e da economia para estudar objetos a partir de uma abordagem sistêmica. Isso diferencia a economia ecológica da economia ambiental, que também estuda as relações entre ecossistemas e atividades econômicas, mas que utiliza o quadro teórico e as ferramentas de pesquisa próprios da economia neoclássica.

¹⁵ O modelo econômico de estado estacionário mantém constante o estoque de capital físico, em oposição ao modelo econômico tradicional, que prevê crescimento no estoque de capital. No contexto da economia ecológica, a economia de estado estacionário se caracteriza pelo fluxo não-crescente de matéria e energia (*throughput*) pelo sistema econômico a fim de mantê-lo dentro da capacidade de carga da Terra.

crescimento contínuo da criação de riquezas e alocações eficientes de mercado, de forma que devem ser promovidas políticas de redistribuição de renda e riqueza e de justiça social (BAKER et al., 1997).

Por fim, a sustentabilidade muito-forte, apesar de compartilhar dos princípios da categoria forte, é mais contundente. Ela é frequentemente relacionada à ecologia profunda, e seus proponentes defendem a proteção integral da natureza, por ser composta de elementos complexos, interdependentes e dotados de história e significado próprios, cuja existência o ser humano não tem o direito de encerrar (HOLLAND, 1997). Essa postura lhe rendeu o nome de “sustentabilidade absurdamente forte” (DALY, 1995).

Para a categoria muito-forte, a transformação dos padrões de produção e consumo é insuficiente para garantir a sustentabilidade ambiental. Do seu ponto de vista, a questão central é a escala da economia: mesmo que seja baseada em tecnologias mais sustentáveis do que as atuais, uma economia muito grande – e muito populosa – inevitavelmente causará perdas ambientais irre recuperáveis, de modo que a sustentabilidade depende não somente da transformação dos padrões, mas também da redução da escala da produção, do consumo e, preferencialmente, da população (PEARCE, 1993; DOBSON, 1996; BAKER et al. 1997). Em outras palavras: para a sustentabilidade muito-forte, o fluxo de matéria e energia na economia global (“*throughput*”) deve ser reduzido.

Essa postura dos defensores da categoria muito-forte se alinha a movimentos como o decrescimento¹⁶ (do francês *decróissance*). Este argumenta que a expansão das oportunidades econômicas resulta no aumento do bem-estar humano somente até certo ponto, de forma que, em economias desenvolvidas, nas quais não há escassez de oportunidades, a redução da capacidade produtiva não prejudicaria a qualidade de vida de sua população. A redução do tempo de trabalho daria espaço para mais tempo livre e atividades de lazer (NORGARD, 2013); outras fontes de bem-estar poderiam substituir o consumo, como a reaproximação da natureza e o fortalecimento de laços sociais (LATOCHE, 2009; KALLIS, 2011). Além disso, a redução da escala das economias desenvolvidas abriria espaço para que os países pobres crescessem sem aumentar a

¹⁶ O decrescimento é, em termos gerais, um movimento social e uma proposta acadêmica que defendem a redução das escalas de produção e consumo nos países desenvolvidos como forma de aumentar o bem-estar social e de reduzir a degradação ambiental.

pressão sobre os ecossistemas. Assim, esse tipo de redistribuição internacional de riquezas permitiria a redução da pobreza e das desigualdades globais sem aumentar o consumo de recursos naturais (KERSCHNER, 2010; SCHNEIDER et al., 2010). Essa postura condiz com a ênfase dada pelos proponentes da sustentabilidade muito-forte às iniciativas sociais de nível local e à necessidade de descentralização do poder político (abordagem “*bottom-up*”) (BAKER et al., 1997). Por outro lado, apesar de defenderem a redistribuição como política de sustentabilidade, alguns proponentes da categoria muito-forte são mais radicais e colocam a proteção ambiental à frente da justiça social (HOPWOOD et al. 2005; CONNELLY, 2007), o que lhes rendeu o apelido de eco-fascistas (HOPWOOD et al. 2005).

Jacobs (1999) e Baker et al. (1997) adicionam modelos de governança como um critério de distinção entre categorias fracas e fortes, atribuindo a estas últimas a defesa de formas mais democráticas e participativas de organizar os processos de tomada de decisão política. Assim, os proponentes das categorias forte e muito-forte defendem, segundo eles, maior proteção ambiental, maior justiça social e maior participação popular na política.

Dentre essa pluralidade de posturas, alguns autores, como Jacobs (1999) e Baker et al. (1997), diferenciam DS de sustentabilidade e entendem que o conceito do DS se encontra delimitado pelas categorias de sustentabilidade fraca e forte. Dadas as diferenças existentes entre essas duas categorias, como expostas acima e resumidas no Quadro 3, surge uma disputa pelo “real” significado do DS, que será explorada em seguida.

2.2 A DISPUTA PELO CONCEITO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Apesar da pluralidade do campo da sustentabilidade, o DS é o conceito que mais tem recebido atenção dentro dele desde que ganhou popularidade com a publicação de *Our Common Future* – também chamado de relatório Brundtland –, em 1987, e com a realização da Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (Rio 92), em 1992. A forma mais comum de definir o DS é pela clássica frase contida nesse texto, que o descreve como “development that meets the needs of the present without compromising the ability of future generations to meet their own needs” (WCED, 1987, p. 5). Essa definição ressalta dois aspectos importantes ao DS: a meta de satisfazer as necessidades das gerações presentes e a preocupação com

o bem-estar das gerações futuras. Outra maneira bastante comum de definir DS é por meio da figura dos três círculos sobrepostos do diagrama de Venn (Figura 2), no qual cada círculo representa uma das três grandes dimensões da sustentabilidade – a econômica, a ambiental e a social. Nessa figura, o DS é posicionado ao centro, na intersecção dos três círculos, dando a entender que ele abarca igualmente as preocupações das três dimensões e que as suas políticas promovem ganhos em todas elas (políticas “*win-win-win*”).

Ambas as formas de definir DS são frequentemente criticadas por serem demasiadamente vagas e imprecisas, de modo que causam um efeito duplo: por um lado, criam um consenso em meio à diversidade, no sentido de que muitos reconhecem a sua relevância e pertinência quanto ao futuro da humanidade, e concordam com a necessidade de levar em conta aspectos das três dimensões na formulação de políticas de sustentabilidade. Por outro lado, tornam o conceito de DS passível de diversas interpretações, por vezes contraditórias (LÉLÉ, 1991; JACOBS, 1999). Some-se a isso a sua vasta abrangência teórica, a sua nebulosa complexidade política e a sua alta popularidade e o resultado é um verdadeiro incentivo à adoção do DS como um trunfo discursivo: uma expressão popular, bem aceita e que pode ser facilmente adaptada a qualquer visão de mundo ou objetivo. Logo, diferentes propostas de solução, que já competiam no campo da sustentabilidade, acabaram se apropriado do termo DS e o reinterpretaram a partir de suas próprias perspectivas. Tal diversidade de interpretações traz consigo igual diversidade de sugestões sobre como colocar o DS em prática – fenômeno semelhante ao que acontece com a sustentabilidade e, como argumentarei adiante, com a EV. Isso gera conflitos políticos e, conseqüentemente, uma disputa pelo real significado do conceito de DS.

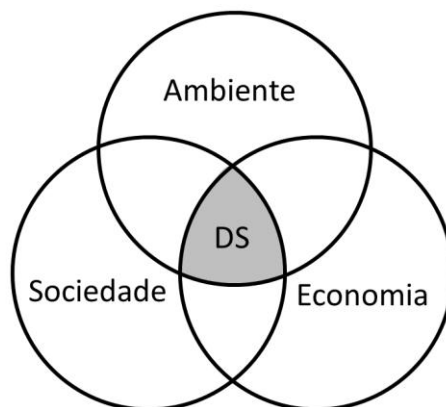


Figura 2: Diagrama de Venn e as três dimensões da sustentabilidade – ambiental, social e econômica. Elaboração do autor.

Para solucionar tal disputa, alguns autores se esforçam para analisar e criticar as diferentes concepções em busca daquela que seja a mais fiel e precisa. Essa busca, contudo, é ilusória e infrutífera, pois tal diversidade de concepções advém de igual diversidade de interesses políticos, crenças e valores subjacentes às interpretações. Julgar concepções é o mesmo que julgar valores e princípios, o que é algo arbitrário e que, inevitavelmente, reflete os próprios valores e princípios de quem julga. Nas palavras de Wildavsky (1993, p. 47):

“... when concepts (and hence the words that refer to them) become politicized, a struggle over meaning and morality takes place. When to classify is to decide, rival moral judgements contend for supremacy”.

Assim, tal qual outros conceitos políticos complexos – como democracia, liberdade e justiça social –, o DS é, necessária e naturalmente, um conceito em constante disputa e assim deve ser entendido (LAFFERTY, 1995; JACOBS, 1999; OWENS; COWELL, 2002; CONNELLY, 2007).

O que permite o surgimento dessa disputa é o fato de que os conceitos políticos complexos geralmente têm dois níveis de significado: o primeiro é unitário, consensual, porém vago. Ele carrega a mensagem central do conceito, porém não informa sobre quais princípios e pressupostos ele se sustenta. O segundo, mais profundo, é aquele que busca lhe atribuir tais princípios e pressupostos omitidos. Ele é diverso e reflete as diferentes visões de como tal conceito deve ser colocado em prática – as diferentes “concepções de um conceito”. É nele que a disputa acontece (JACOBS, 1999).

A disputa pelo conceito do DS é bem documentada (por exemplo, LELÉ, 1991; MYERSON; RYDIN 1996; DOBSON, 1996; BAKER et al., 1997; JACOBS, 1999; CONNELLY, 2007; NEUMAYER, 2013). Pearce et al. (1989), por exemplo, listam mais de 25 interpretações diferentes de DS, o que demonstra a grande diversidade de valores, crenças e interesses dos autores que trabalham com esse conceito. Tal diversidade é homóloga àquela vista no campo da sustentabilidade e, de certo modo, é o seu reflexo. A fim de facilitar o entendimento dessa multiplicidade de interpretações, alguns autores construíram tipologias das concepções de DS, num exercício muito parecido com aquele feito sobre o campo da sustentabilidade. As tipologias de DS são estruturalmente semelhantes às de sustentabilidade – monoaxiais e polarizadas entre concepções fracas e fortes, às vezes incluindo os extremos muito-fraco e muito-forte.

A literatura é bastante confusa quando se trata da discriminação entre tipologias de sustentabilidade e de DS. Enquanto alguns autores diferenciam os dois termos e mantêm certo rigor ao construir as suas tipologias (por exemplo, DOBSON, 1996; BAKER et al., 1997 e JACOBS, 1999), outros utilizam os termos DS e sustentabilidade de forma intercambiável e constroem as suas tipologias com base em textos que cobrem os dois temas, tornando-as indiferenciáveis (por exemplo, MYERSON; RYDIN, 1996; GIBBS et al., 1998; NEUMAYER, 2013 e CONNELLY, 2007). Por fim, há ainda aqueles que assumidamente constroem tipologias de DS, mas nomeiam suas categorias fraca e forte de ‘sustentabilidade fraca’ e ‘sustentabilidade forte’, respectivamente (como TURNER, 1993 e PEARCE, 1993), contribuindo para a confusão.

Sob esta visão, ou o campo da sustentabilidade é reduzido ao espaço ocupado pelo DS, ou o DS é estendido ao ponto de englobar todo o campo e se tornar sinônimo de sustentabilidade. A redução da sustentabilidade ao DS elimina a pluralidade característica desse campo, pois ignora aquelas propostas que não se reconhecem como DS, como a ecologia profunda e o decrescimento. Por outro lado, o esgarçamento do conceito de DS por sobre o campo da sustentabilidade atribui a ele visões que não lhe são próprias, em especial ao tratar de perspectivas mais radicais. Por exemplo, Pearce (1993), em sua tipologia de DS, atribui à categoria ‘sustentabilidade muito-fraca’ uma postura que muito se assemelha a do modelo econômico neoclássico, que prioriza o crescimento a qualquer custo, inclusive custos ambientais. Dobson (1996) rejeita essa classificação por acreditar que a valorização da proteção ambiental é um pré-requisito para participar da disputa pelo conceito de DS, algo ausente na concepção muito-fraca

de Pearce. Ainda para Pearce (1993), a categoria sustentabilidade muito-forte estaria fundamentada na teoria e na ética da ecologia profunda, criticada por Daly (1995, p. 49) por ser impraticável e “absurdamente forte” e, portanto, necessariamente fora do espectro do DS. Baker et al. (1997) afirmam que os próprios proponentes da ecologia profunda se excluem da disputa pelo DS por rejeitarem a utilidade desse conceito. De fato, as categorias mais próximas dos extremos muito-fraco e muito-forte dificilmente podem ser consideradas como representantes do DS e, portanto, devem ficar de fora da disputa pelo seu significado. Baker et al. (1997) fazem exatamente isso ao construírem uma tipologia que inclui as quatro tradicionais categorias do campo da sustentabilidade, porém reconhecem que apenas as duas centrais (fraca e forte) podem ser interpretadas como candidatas ao título de DS. Com isso, eles não somente traçam os limites do conceito de DS como reconhecem as alternativas existentes para além desses limites. Jacobs (1999, p. 32) compartilha dessa opinião ao afirmar que

These 'weak' and 'strong' versions of sustainable development are closely related to the 'weak' and 'strong' types of sustainability [...] Effectively, weak and strong sustainability are the same as weak and strong sustainable development.

Assim, nesse trabalho seguimos o entendimento de Jacobs (1999) e Baker et al. (1997): mantemos a distinção entre sustentabilidade e DS e entendemos que a disputa pelo conceito de DS ocorre entre as perspectivas compreendidas nas categorias de sustentabilidade fraca e forte (Figura 3).

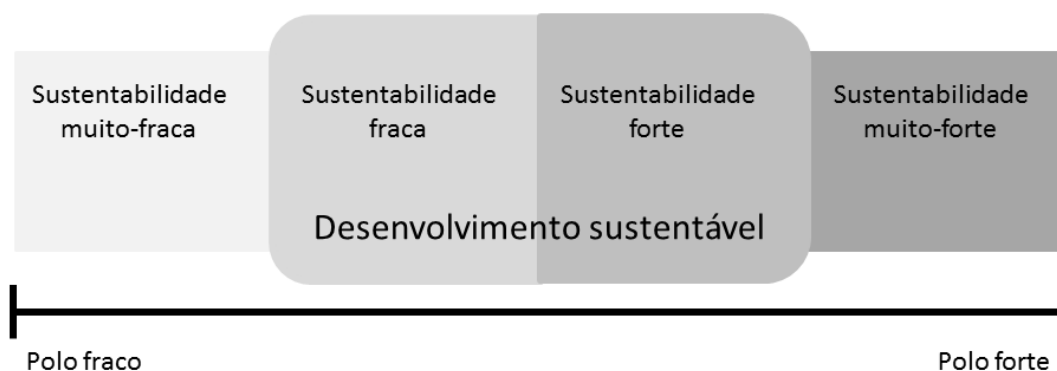


Figura 3: Ilustração do eixo da sustentabilidade fraca-forte, com o subconjunto do DS em destaque.
Elaboração do autor

2.3 O MAPA DO CAMPO DA SUSTENTABILIDADE

Connelly (2007) faz críticas às representações do DS como a intersecção dos três círculos e como um eixo polarizado em categorias fracas e fortes. Segundo ele, uma representação gráfica mais apropriada do DS seria uma adaptação do “triângulo do planejador”, de Campbell (1996), no qual seria possível posicionar as diferentes concepções de DS em relação a três aspectos fundamentais: crescimento econômico, proteção ambiental e justiça social, conservando, assim, a sua pluralidade de interpretações. Nesse trabalho adotamos o mapa proposto por Connelly e o reinterpretamos como o mapa do campo da sustentabilidade.¹⁷

Para Connelly (2007), a imagem dos três círculos (Figura 2) captura uma metáfora poderosa. Ela apresenta de forma clara e direta os princípios de que (i) o DS deve considerar preocupações econômicas, ambientais e sociais, e de que (ii) a ação isolada em qualquer uma dessas áreas não é sustentável. Contudo, ele afirma que a representação do DS como a área de intersecção dos três círculos passa a falsa percepção de unicidade, escondendo a evidente contenda ao redor do conceito. Além disso, ela ignora a existência de possíveis *trade-offs* entre as três dimensões e induz à conclusão de que políticas *win-win-win* são sempre possíveis e disponíveis para a construção do DS. Em relação às tipologias monoaxiais, Connelly (2007) as aprecia por sistematizarem a disputa existente no campo da sustentabilidade. Contudo, ele entende que a atribuição de certas características às categorias forte e muito-forte é arbitrária, em particular a conjugação da defesa pela proteção ambiental com a justiça social e a participação política.

Em oposição à alta permissividade das categorias fracas em razão da primazia dada ao crescimento econômico, as categorias fortes são frequentemente descritas como as principais defensoras da proteção ambiental e da justiça social. Apesar de tal combinação ser possível, ela não é imprescindível. Connelly (2007) relembra que alguns proponentes da ecologia profunda, geralmente associada à sustentabilidade muito-forte, colocam a proteção ambiental à frente da justiça social. Por exemplo, dentre os oito pontos da plataforma da ecologia profunda, de Naess (1989), nenhum

¹⁷ Apesar de Connelly (2007) propor esse mapa para analisar a disputa sobre o conceito de DS, a sua abrangência vai além, incluindo outras propostas do campo da sustentabilidade. O próprio autor reconhece essa abrangência e se refere ao mapa como “The field of solutions to the environment and development problem” (p. 268). Essa definição o aproxima da interpretação do mapa como uma representação do campo da sustentabilidade.

menciona igualdade ou justiça social. Por conta disso, alguns chegam a chama-la de eco-fascismo (HOPWOOD et al., 2005; para uma defesa da ecologia profunda, ver ORTEN, 2000).

De maneira semelhante, as categorias fortes são associadas às demandas por maior participação popular na política, ou um aprofundamento da democracia (BAKER et al., 1997; JACOBS, 1999). Tal associação, contudo, também é arbitrária, já que não existe uma relação lógica obrigatória entre a conservação ambiental e a participação popular: ditaduras não são, necessariamente, mais danosas ao meio ambiente, assim como democracias não são, necessariamente, mais benéficas. De maneira semelhante, a ênfase no progresso econômico, pelos proponentes da sustentabilidade fraca, não exclui, necessariamente, uma maior participação democrática. Connelly (2007, p. 267) argumenta que

Equally strong arguments can be made against widespread public involvement, on the grounds that only a technical and political elite is qualified and can be trusted to correctly identify problems and truly sustainable solutions.

e relembra que uma das soluções propostas por Hardin (1968) para a tragédia dos bens comuns envolve o manejo dos bens por meio de um regime autoritário. Assim, as categorias de sustentabilidade forte e muito-forte não podem ser descritas como partidárias da proteção ambiental e da justiça social equitativamente, mas sim como agregadoras de perspectivas diversas que consideram estes dois aspectos em maior ou menor intensidade.

Com isso, Connelly (2007) rejeita as representações do DS como a intersecção dos três círculos e como o eixo fraco-forte – não sem reconhecer as suas contribuições. Ele abre espaço para a sua proposta de um mapa pautado em três aspectos: proteção ambiental, justiça social e crescimento econômico (Figura 4), que aqui chamamos de mapa do campo da sustentabilidade. Esse mapa é retratado como um espaço triangular no qual diferentes propostas de soluções à sustentabilidade podem ser posicionadas em relação aos aspectos da proteção ambiental, crescimento econômico e justiça social, cada um ocupando uma das três pontas do mapa.

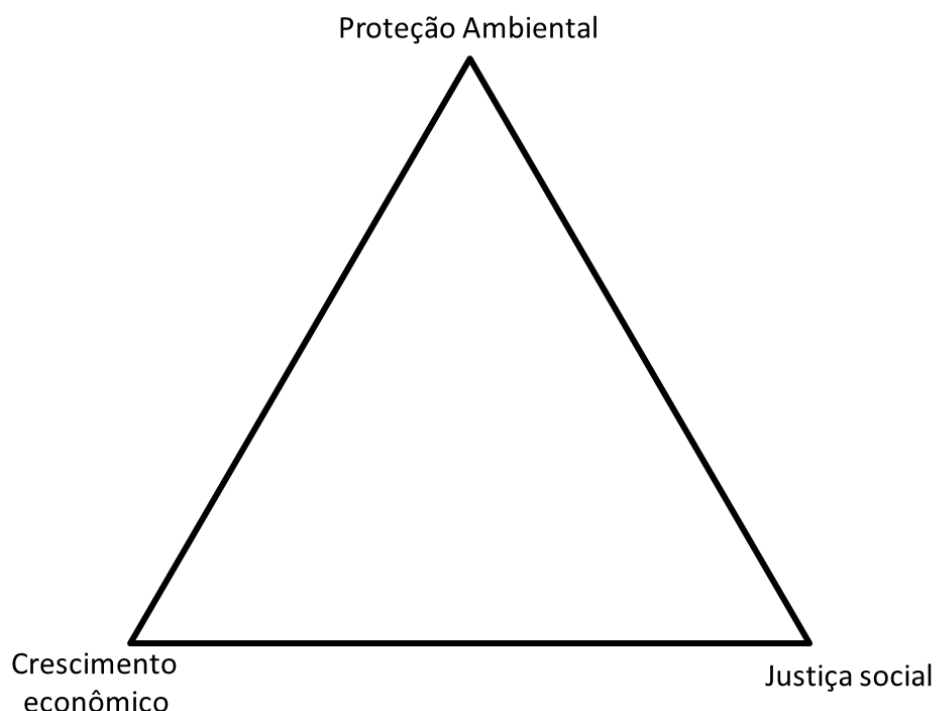


Figura 4: Mapa do campo da sustentabilidade. Modificado de Connelly (2007).

Nesse mapa triangular, cada ponta representa um dos três aspectos. As diferentes propostas de solução presentes no campo da sustentabilidade podem ser posicionadas no mapa em relação aos três aspectos, de acordo com os objetivos, estratégias e valores de cada proposta (ver seção 2.4). Quanto mais estreita e monotônica for a solução, mais próxima de uma das pontas ela será posicionada. Assim, o eco-fascismo poderia ser posicionado próximo à ponta da proteção ambiental; o neoliberalismo radical estaria próximo à ponta do crescimento econômico; e a cornucópia socialista¹⁸ ficaria junto à da justiça social. Conforme nos afastamos de uma ponta, menos ênfase é dada a esse aspecto, até que, ao tocar no lado oposto, ele é totalmente desconsiderado ou refutado. Ao mesmo tempo, perspectivas que se posicionam sobre um dos lados do triângulo dividem a sua atenção entre os dois aspectos restantes. Assim, próximas ao lado oposto à ponta do crescimento econômico encontram-se propostas de solução à sustentabilidade que combinam somente proteção ambiental e justiça social como, por exemplo, o eco-socialismo. De forma semelhante, próximas ao lado oposto à ponta da justiça social localizam-se soluções que dividem a sua atenção apenas entre o

¹⁸ As expressões **eco-fascismo**, **neoliberalismo radical** e **cornucópia socialista** dão nome às propostas de solução mais radicais e monotônicas encontradas no campo da sustentabilidade. Essas expressões foram retiradas de Hopwood et al., 2005.

crescimento econômico e a proteção ambiental, como a modernização ecológica.¹⁹ Por fim, próximas ao lado oposto à proteção ambiental, posicionam-se soluções que combinam somente crescimento econômico e justiça social. O DS é considerado uma área central, dando espaço para que as suas diferentes concepções sejam reconhecidas e contrastadas (Figura 5).

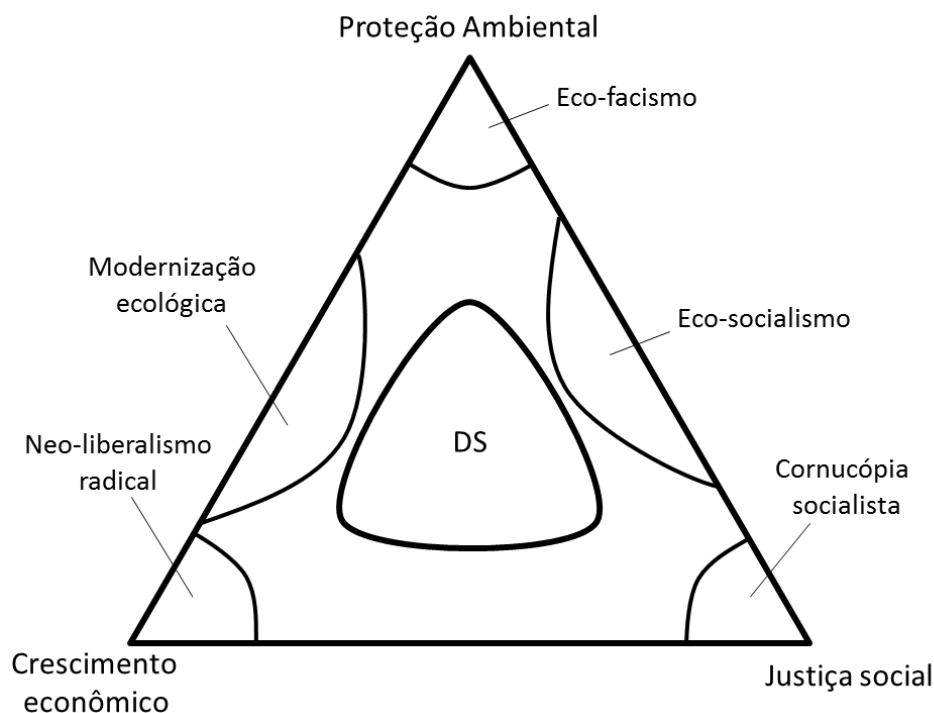


Figura 5: Exemplo de composição do mapa do campo da sustentabilidade. Elaboração do autor, inspirado em Connelly (2007).

Uma das vantagens do mapa proposto por Connelly é que ele acomoda a noção de “*trade-offs*” e lhe dá uma representação gráfica. Ao nos aproximarmos de uma das pontas do mapa, nos afastamos das outras duas, o que ilustra a percepção de que, ao maximizarmos uma das dimensões da sustentabilidade, abrimos mão das outras duas. Nesse sentido, o posicionamento do DS no centro do campo mostra que a sua pretensão de incluir todas as três dimensões da sustentabilidade com igual intensidade só é possível se tal intensidade for intermediária, rejeitando a ideia de que as políticas de DS podem maximizar as três dimensões simultaneamente.

¹⁹ Apesar de Langhele (2000) não considerar a modernização ecológica como participante do DS, Christoff (1996) argumenta que o conceito também é disputado e que existem concepções que incluem em seu escopo a defesa pela igualdade e pelo aprofundamento da democracia, o que a colocaria mais próxima da justiça social e, possivelmente, dentro da área do DS.

Outra vantagem do mapa do campo da sustentabilidade é que ele abarca e aprimora as duas representações rejeitadas. Em primeiro lugar, os três aspectos podem ser entendidos como os temas primários de cada um dos três círculos da sustentabilidade. O posicionamento do DS como uma área central demonstra que ele se preocupa com todos eles, porém sem reduzi-lo a uma proposta única nem esconder os *trade-offs* que lhe são impostos. Em segundo lugar, o eixo fraco-forte pode ser posicionado dentro do mapa, com o polo fraco ligado à ponta do crescimento econômico e o polo forte distribuído entre os aspectos da proteção ambiental e da justiça social (Figura 6), deixando claro que as categorias forte e muito-forte apresentam uma variedade de combinações dos aspectos proteção ambiental e justiça social, incluindo os extremos. Além disso, os limites do DS, no centro do mapa, englobam as categorias de sustentabilidade fraca e forte, espaço dentro do qual ele circula. Assim, o mapa conserva as qualidades das duas representações anteriores, porém sem incorrer em seus erros.

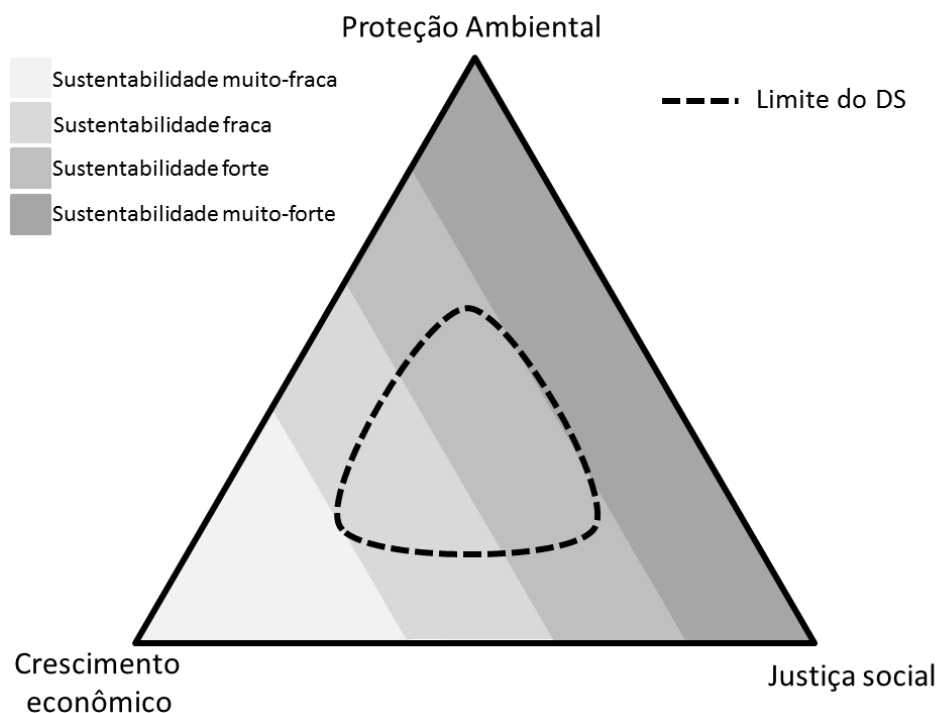


Figura 6: Projeção do eixo da sustentabilidade fraca-forte dentro do mapa do campo da sustentabilidade. Elaboração do autor, inspirado em Connolly (2007).

As diferentes soluções para a sustentabilidade não devem ser representadas no mapa como pontos exatos no espaço, mas sim como áreas, por duas razões: primeiro, porque não existe uma métrica quantitativa que permita precisão no posicionamento dentro do mapa; segundo, porque diversos conceitos utilizados para definir essas

soluções, como o DS, a modernização ecológica, a ecologia profunda etc., não são precisos e aceitam uma diversidade de interpretações que podem divergir quanto à forma como se posicionam em relação aos três aspectos.

Pessoas diferentes, com leituras e bagagens teóricas diferentes, podem discordar quanto ao posicionamento de determinadas perspectivas, de forma que qualquer disposição final do mapa deve estar aberta a questionamentos. Essa flexibilidade do processo de mapeamento pode parecer uma falha por transmitir inconsistência, mas em realidade é um de seus pontos fortes, pois permite que ele seja utilizado como uma ferramenta de compreensão da pluralidade interpretativa própria do campo da sustentabilidade. Possibilitar e informar debates sobre a localização e abrangência de cada proposta de solução é um dos objetivos de tal ferramenta.

2.4 CRITÉRIOS DE MAPEAMENTO: VALORES, MEIOS OU FINS?

As diferentes propostas de solução do campo da sustentabilidade podem ser posicionadas no mapa de acordo com três critérios distintos: valores subjacentes, objetivos primários (fins), e estratégias de ação (meios) (CONNELLY, 2007). Esses critérios geralmente estão intimamente relacionados, como ilustram as categorias fortes e fracas das tipologias de sustentabilidade monoaxiais, que costumam ser definidas por um conjunto de objetivos e estratégias guiados por valores subjacentes (ver Quadro 3). Tal fundamentação pode fazer sentido para as tipologias monoaxiais, que geralmente polarizam os conjuntos de valores antropocêntricos e ecocêntricos e atribuem a eles objetivos e meios próprios. Contudo, ao dissecar tais categorias em busca dos elementos econômicos, ambientais e sociais que permitam posicioná-las no mapa do campo da sustentabilidade, percebe-se certa dificuldade de manter a integridade dos conjuntos de valores, meios e fins. Assim, apesar de Connelly (2007) não definir qual o critério mais apropriado para guiar o processo de mapeamento e simplesmente sugerir que este pode ser feito com base tanto nos valores quanto nos fins e nos meios, argumentamos a seguir que o mais apropriado é embasar o mapeamento num conjunto hierarquizado de meios e fins.

O uso dos valores como critério de mapeamento talvez seja o mais problemático dos três. Isso acontece porque existe uma vasta discussão filosófica sobre o que são valores e uma pluralidade de formas de defini-los, classifica-los e utiliza-los (FRANKENA, 1967). Contudo, não podemos descartar por completo a análise dos

valores em face das dificuldades porque a identificação dos valores subjacentes a cada proposta de solução à sustentabilidade é útil para a compreensão do contexto mais amplo no qual cada uma se encaixa. Assim, a fim de evitar que o mapeamento se torne ambíguo ou arbitrário, é necessário esclarecer em qual sentido utilizaremos o termo valores.

De maneira geral, o termo valor – e as suas derivações – é utilizado quando nos referimos aos elementos do mundo que consideramos bons e aos quais atribuímos importância (FRANKENA, 1967),²⁰ sejam eles objetos, pessoas, sentimentos, estados sociais, ideias etc. Assim, dizemos que o crescimento econômico é muito valorizado no campo da política, ou que a justiça é um dos valores da nossa sociedade. Contudo, tais elementos podem diferir em natureza ou ser importantes por razões diferentes, de forma que foram propostas diversas maneiras de organizá-los com o fim de racionalizar o uso do termo. Algumas delas classificam valores em relação à sua abstração (morais e não-morais), à sua fonte (intrínsecos e extrínsecos) e à sua utilidade (instrumentais e finais) (KIRSCHENMANN, 2001). Dentre estas formas de organização, a mais apropriada ao uso como critério do mapeamento é a da utilidade. Segundo ela, valores finais se referem àqueles elementos que estimamos enquanto objetivos e metas, como a felicidade, o bem-estar ou a paz. Ou seja, elementos que têm valor por natureza própria. Já os valores instrumentais são atribuídos àqueles elementos que estimamos enquanto meios de produção dos fins desejados, como o automóvel, o dinheiro ou o crescimento econômico. Ou seja, são elementos cujo valor está na sua utilidade.²¹

Nesse ponto é importante nos aprofundarmos um pouco na estreita relação entre fins e meios. Os fins são idealizações, desejos, ideias abstratas de um futuro almejado e, enquanto ideais, são altamente valorizados por si só. Os meios, por sua vez, são as vias pelas quais tais desejos se materializam, as ações que praticamos e vivemos em primeira mão em razão das metas, porém são valorizados apenas enquanto instrumentos úteis à

²⁰ Esse é um uso estreito do termo valor. Alguns autores fazem uso mais amplo, utilizando-o para se referirem também aos elementos que consideramos ruins ou nocivos, aos quais chamam de desvalores ou valores negativos (FRANKENA, 1967).

²¹ É verdade que muitos elementos podem ter tanto valores finais quanto instrumentais, a depender da forma com que são interpretados (como fins ou como meios) e do contexto em que são inseridos. Por exemplo, a justiça, quando interpretada como característica de uma sociedade ideal, possui valor final. Porém, quando interpretada como processo jurídico, pode ter valor instrumental enquanto meio de se produzir uma sociedade mais igualitária e segura. Essa situação, contudo, é diferente de quando um meio passa a ser reverenciado a ponto de ofuscar seu fim, como no caso da guerra, citado acima, ou no caso do crescimento econômico, que deixa de ser visto como meio de produção de bem-estar e passa a ser defendido como uma meta em si.

realização dos objetivos finais. Assim, enquanto, por um lado, os fins não são mais do que idealizações que dependem fundamentalmente dos meios para que se tornem reais – se um dia vierem a ser –, por outro lado, os meios não têm valor próprio e apenas o tomam emprestado dos objetivos que acreditamos serem capazes de atingir, tornando-se tão valorizados quanto os fins. Esse é um tema discutido na área da axiologia²², e Kant já notava essa relação ao afirmar que desejar os fins é desejar os meios necessários para alcançar tais fins (BABIC, 2013). Essa lógica também está contida na célebre frase que diz “os fins justificam os meios”, ou seja, são os fins que dão valor aos meios. Babic (2013) mostra exatamente isso ao argumentar que a guerra, enquanto meio de se alcançar a paz, tornou-se tão reverenciada nas civilizações antigas que os deuses bélicos passaram a ocupar posições de maior destaque em seus panteões do que os deuses da paz. Nessa dinâmica, meios se tornam fins. Fenômeno semelhante pode ser atribuído às políticas de crescimento econômico das estratégias de desenvolvimento nacionais, nas quais o meio de produção de bem-estar (o crescimento) passa a ser defendido com paixão cega, que rejeita de imediato qualquer argumento que lhe desafie.

Logo, vista sob esta perspectiva, a ideia de valor pode ser reinterpretada como meios e fins: valores finais igualam-se, semanticamente, aos objetivos, e os valores instrumentais, às estratégias de ação. Dessa forma superamos a dificuldade em trabalhar com os valores enquanto critério para o mapeamento e deixamos o procedimento mais simples e direto ao focarmos nos meios e fins das diferentes concepções de EV.

Utilizar os objetivos como critério de posicionamento no mapa, por sua vez, pode ser um processo simples e direto quando pensamos em soluções mais radicais, que assumem, reconhecidamente, um objetivo prioritário em detrimento de outros, como o eco-fascismo em relação à proteção ambiental, o neoliberalismo radical ao crescimento econômico e a cornucópia socialista à justiça social. Contudo, ao considerarmos conceitos políticos complexos, como o DS e a EV, a prioridade de objetivos fica mais difícil de ser percebida por que as definições são vagas e as interpretações são variadas. A EV, por exemplo, traz em sua definição três objetivos amplos, cada um deles relacionado a uma das três dimensões da sustentabilidade: “A green economy can be defined as one that results in improved **human well-being and social equity, while significantly reducing environmental risks and ecological scarcities**” (UNEP, 2010,

²² Ramo da filosofia que estuda os valores, no sentido moral do termo.

p. 4, **negritos meus**). Apesar de a maioria das concepções de EV concordarem com essa definição, os meios mais apropriados para alcançar esses objetivos são alvo de debate: crescimento econômico ou redução do consumo para gerar bem-estar? Inclusão é suficiente para fomentar a igualdade ou precisamos redistribuir riquezas? E a distribuição de poder, tem relevância? – como veremos no Capítulo 4. Logo, o mapeamento das diferentes propostas de solução no mapa do campo da sustentabilidade deve ser baseado, também, nos seus meios de construção.

Isso não significa que os objetivos devem ser desprezados. Mesmo em conceitos disputados é possível que certas perspectivas deem mais ênfase a alguns objetivos do que a outros, e isso deve ser levado em consideração ao fazer o mapeamento. Contudo, o peso maior deve ser atribuído aos meios.

Outra razão pela qual priorizar os meios como critério de mapeamento é a maior relevância deles no processo de transformação da realidade. Objetivo é meta, é parte do futuro, algo ainda a ser alcançado e, por isso, não faz parte da realidade presente. Objetivo é discurso, mas meio é a forma com que esse discurso se cristaliza na realidade. O mundo do presente é transformado pelas ações, pelos meios. A vida se dá no processo de busca do objetivo, e não no objetivo em si. É nesse sentido que Harrison (2000, p. 99), ao falar sobre o DS, afirma: “sustainable development is the journey – not the destination”. O mesmo pode ser dito sobre a EV, cuja materialização depende mais das estratégias de ação escolhidas do que dos objetivos em si.

Logo, pelas razões aqui expostas, o posicionamento das diversas concepções de EV no mapa do campo da sustentabilidade – apresentado no Capítulo 4, Figura 8 – será guiado pelos objetivos e estratégias de ação atribuídos a cada uma delas. Os valores estão subentendidos nestes dois critérios e foram levados em consideração na discussão do contexto mais amplo no qual as concepções se encaixam, assim como, nas possíveis relações com outras propostas de solução para a sustentabilidade.

3. ORIGEM E SIGNIFICADO DA ECONOMIA VERDE

O “esverdeamento” da economia não é uma proposta tão recente nem tão inovadora quanto sugerem alguns (UNEP, 2010; UNEP, 2011). Como colocam Lorek e Spangenberg, “**Greening the economy** is an old demand, and a re-emerging issue of the policy debate every ten years since the early 1970s” (2014, p. 34, negrito dos autores). Apesar de ter sido retomada recentemente pela *Green Economy Initiative*, do UNEP, e inserido na pauta do DS por meio da Rio+20, suas origens remontam à década de 1980, com fortes influências das teorias da modernização ecológica e da economia ambiental, como será explorado a seguir.

3.1 FORMAÇÃO DO CONCEITO DE EV

3.1.1 Modernização Ecológica

A década de 1980 foi um período em que predominou o debate “meio-ambiente *versus* crescimento econômico”, sugerindo existir um “*trade-off*” inevitável entre políticas de proteção ambiental e de desenvolvimento socioeconômico. Nesse contexto, a modernização ecológica surgiu como um discurso conciliador. A sua principal mensagem é a de que o meio-ambiente e o progresso econômico não são necessariamente excludentes. Pelo contrário: quando geridos corretamente e apoiados pelo desenvolvimento tecnológico, eles são mutuamente fortalecedores (CHRISTOFF, 1996; FISHER; FREUDENBURG, 2001; VOLKERY; ROUABHI, 2015). Essa postura propôs uma forma nova e mais otimista de enxergar a relação entre sociedade e meio-ambiente (FISHER; FREUDENBURG, 2001) e teve forte influência no surgimento dos conceitos de DS e EV (HAMDOUCH; DEPRET, 2010; DAVIES; MULLIN, 2010; BROCKINGTON, 2012; JACOBS, 2013; BINA, 2013; LOREK; SPANGENBERG, 2014; EHRESMAN; OKEREKE, 2014; VOLKERY; ROUABHI, 2015;).

De acordo com a modernização ecológica, a busca da maximização do lucro e a dinâmica competitiva do mercado podem se tornar forças centrais na promoção das melhorias ambientais, porém com as condições de que as distorções institucionais sejam corrigidas e de que as externalidades ambientais sejam internalizadas – ambas dependentes de reformas político-institucionais (CHRISTOFF, 1996; FISHER; FREUDENBURG, 2001).

A teoria da modernização ecológica é fundamentalmente contrária às posturas que se opõem ao modernismo e ao progresso das economias de mercado. Mol, famoso por expandir essa teoria, resume bem tal postura ao afirmar que “the only possible way **out** of the ecological crisis is by going further **into** the process of modernization” (MOL, 1995, p. 42, negritos do autor).

Subjacente a essa postura jaz a crença no progresso tecnológico e na sua enorme capacidade de resolver problemas, de forma que o desenvolvimento de tecnologias menos poluidoras e mais eficientes no uso de recursos seria o elo entre o progresso econômico e a proteção ambiental. Nesse contexto, Christoff (1996, p. 483) declara que “Ecological modernization is basically a modernist and technocratic approach to the environment that suggests that there is a techno-institutional fix for present problems”. Assim, a modernização ecológica pode ser entendida como um discurso político agregador, que tenta acomodar a crítica dos ambientalistas da década de 70 sem que seja necessário abandonar os princípios do desenvolvimento pautado no crescimento econômico e no progresso tecnológico (HAJER, 1995; CHRISTOFF, 1996).²³

3.1.2 Economia Ambiental

O termo economia verde (*green economy*) foi utilizado pela primeira vez em 1989 em um relatório escrito por um time de economistas ambientais para o governo do Reino Unido, intitulado *A Blueprint for a Green Economy* (BGE) (PEARCE; BARBIER; MARKANDYA, 1989). Esse relatório foi posteriormente transformado em livro e logo se tornou um clássico da economia ambiental e uma das principais referências da literatura sobre EV (BINA, 2013; LOISEAU et al., 2016; UNEP, 2011).

O objetivo do relatório BGE era esclarecer o conceito de DS e explicar as suas possíveis implicações para as políticas de desenvolvimento nacional. Em 2012 foi lançada uma atualização do BGE em forma de livro, chamada *A New Blueprint for a Green Economy* (NBGE) (BARBIER; MARKANDYA, 2012), na qual algumas informações foram atualizadas. Porém, a mensagem central foi mantida. Nas duas obras os autores argumentam que os problemas ambientais são frutos da incapacidade do

²³ Vale notar que a modernização ecológica, assim como o DS, a EV e tantos outros conceitos políticos complexos, pode ser interpretada de diferentes maneiras. A mais comum é aquela que lhe atribui uma postura tecnocrática, mercadológica e nacionalista. Mas há também interpretações que a descrevem como democrática, deliberativa, global, mais consciente sobre a profundidade da questão ecológica e proponente de reformas institucionais sistêmicas. Christoff (1996, p. 490) chama a primeira de **modernização ecológica fraca** e a segunda de **modernização ecológica forte**.

mercado de assimilar espontaneamente os reais valores do capital natural, que, por nem sempre ser comercializado – por exemplo, serviços ecossistêmicos e a atmosfera –, é tratado como um bem gratuito. Essa ausência de valor resulta na superexploração do capital natural e na socialização de grande parte dos custos ambientais das empresas e dos cidadãos. Assim, para que ele seja melhor gerido e para que a degradação ambiental seja evitada, os autores recomendam duas medidas: i) precificar corretamente o capital natural, ou seja, valorar os ecossistemas e os seus elementos e inserir esses valores na contabilidade nacional e nas decisões cotidianas de mercado; e ii) adotar políticas ambientais mais efetivas, preferencialmente baseadas em mecanismos de mercado, como a taxação de atividades poluidoras, a retirada de subsídios nocivos – como aqueles direcionados aos combustíveis fósseis –, a criação de mercados de serviços ecossistêmicos, a regulação dos rótulos ecológicos (*eco-labels*) etc. Em outras palavras, a transição da economia “marrom” para uma “economia ambientalmente sustentável” – para conservar o termo utilizado pelos autores no relatório – seria construída pela internalização das externalidades ambientais e pelo uso de políticas ambientais baseadas, principalmente, em mecanismos de mercado. Os governos teriam papel central nesse processo, pois o sucesso de ambas as medidas dependeria de um ambiente político-institucional favorável à transição, fruto de reformas regulatórias e institucionais (PEARCE; BARBIER; MARKANDYA, 1989; BARBIER; MARKANDYA, 2012).

Diferentemente da modernização ecológica, os autores do BGE não desconsideram os “*trade-offs*” existentes entre políticas de crescimento econômico e de proteção ambiental. Pelo contrário: é justamente por reconhecê-los que eles defendem a correta valoração do capital natural. Dessa forma a avaliação dos custos e benefícios envolvidos nesses “*trade-offs*” pode ser feita de forma mais objetiva e acertada, garantindo que aqueles elementos ecossistêmicos mais importantes para os humanos – e, portanto, mais valorizados – não sejam degradados, salvo em situações nas quais os ganhos sociais superem os custos da degradação.

Apesar de o relatório BGE empregar o termo *green economy* apenas no título e não apresentar nenhuma definição de EV em seu corpo, as suas propostas formam o fundamento da atual estratégia de “esverdeamento” da economia (UNEP, 2011), além de ser referência frequente de importantes textos sobre a EV (por exemplo, UNEP, 2009; BARBIER 2009; 2011; UNEP, 2011). Ademais, o livro NBGE está entre os 20

textos mais citados sobre EV e entre os mais recomendados por especialistas da área (ver Quadro 1).

3.1.3 *Global Green New Deal*

Quase 20 anos depois da publicação do BGE, as propostas da modernização ecológica e aquelas contidas no relatório e foram reavivadas em uma nova roupagem. Ao enxergar, nos esforços de recuperação da crise financeira de 2008, uma oportunidade de iniciar o esverdeamento da economia global e engendrar um futuro mais sustentável, o UNEP criou o *Green Economy Initiative* e lançou, em 2009, a proposta do *Global Green New Deal* (UNEP, 2009; BARBIER, 2009). Tal proposta sugeria direcionar parte expressiva dos pacotes de estímulos fiscais pós-crise – criados por vários governos nacionais, numa tentativa de frear a crise e reavivar as suas economias – para catalisar investimentos em setores e tecnologias mais eficientes, menos poluidores e que utilizassem energia de fontes renováveis. O *Global Green New Deal* recomendava também uma série de reformas regulatórias e institucionais, nos níveis nacional e internacional, a fim de criar um cenário econômico favorável à transição à EV. As reformas nacionais incluíam a criação de mercados de serviços ecossistêmicos, a retirada de subsídios nocivos, a taxaço de atividades poluidoras, a regulamentação dos “eco-labels” e o fortalecimento dos direitos de propriedade, dentre outros. Já as reformas internacionais incluíam o incentivo à solidariedade internacional, a transferência de tecnologias de países desenvolvidos para os países em desenvolvimento e a criação de mercados globais para serviços ecossistêmicos (UNEP, 2009; BARBIER, 2009). Assim, o *Global Green New Deal* mesclou propostas típicas da economia ambiental e da teoria de modernização ecológica com medidas keynesianas de recuperação dos ciclos econômicos por meio de gastos públicos (BROCKINGTON, 2012, JACOBS, 2013; FERGUSON, 2014).

Foi no contexto do *Global Green New Deal*, em 2009, que a EV foi definida pela primeira vez pelo UNEP como

A system of economic activities related to the production, distribution and consumption of goods and services that result in improved human well-being over the long term, while not exposing future generations to significant environmental risks or ecological scarcities (UNDESA, 2012a, p. 63).

Contudo, foi no relatório *Green Economy: Driving a Green Economy Through Public Finance and Fiscal Policy Reform* (UNEP, 2010) que a definição mais utilizada atualmente foi publicada. Nele a EV foi redefinida como um modelo econômico “that results in improved human well-being and social equity, while significantly reducing environmental risks and ecological scarcities” (UNEP, 2010, p.4).²⁴ Essa é a mesma definição apresentada no relatório que se tornaria a principal referência sobre EV na literatura político-institucional, frequentemente citada pelos textos mais relevantes sobre EV e uma das mais recomendadas pelos especialistas no tema: *Towards a Green Economy: Pathways to Sustainable Development and Poverty Eradication* (UNEP, 2011), também conhecido como *Green Economy Report*.

3.1.4 *Green Economy Report*

Em 2010, a EV foi escolhida como um dos temas principais da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (Rio+20), e o UNEP assumiu o papel de promover e aprofundar o conceito de EV como parte dos esforços preparativos para a reunião. Um dos resultados foi a publicação do *Green Economy Report* (GER), um extenso relatório composto por mais de 600 páginas, publicado em 2011. Este relatório reformula parte da proposta do *Global Green New Deal*, abandona o discurso sobre os pacotes de estímulos fiscais pós-crise (cujo *momentum* já havia passado) e recomenda o investimento de 2% do PIB global no esverdeamento das economias. Os elementos centrais da estratégia de “esverdeamento”, porém, continuaram os mesmos: i) internalizar as externalidades ambientais; ii) inserir o capital natural na contabilidade nacional; iii) formular políticas ambientais baseadas em mecanismos de mercado; iv) corrigir falhas institucionais e aprimorar a capacidade administrativa dos governos e v) direcionar investimentos públicos – e encorajar o investimento privado – no desenvolvimento e na expansão de práticas e tecnologias mais sustentáveis (menos dependentes dos combustíveis fósseis, mais eficientes no uso de recursos e menos poluidoras) pelos setores-chave da economia (UNEP, 2011). A maior contribuição do GER está no alto nível de detalhamento das medidas de esverdeamento de 10 setores-chave da economia (BROCKINGTON, 2012), a saber: agricultura; construção; energia;

²⁴ É interessante notar que a primeira definição de EV pelo UNEP, de 2009, não faz menção à justiça social ou à igualdade; apenas articula as dimensões econômica e ambiental. Contudo, no relatório seguinte, de 2010, a igualdade social foi incluída como um dos objetivos da EV.

transporte; indústria; turismo; recursos florestais; recursos pesqueiros; tratamento de resíduos e gestão hídrica.

O GER aprimora também o envolvimento da dimensão social na proposta da EV. Ele inclui a redução da desigualdade social como um objetivo paralelo e imprescindível ao processo de esverdeamento e passa a recomendar que as políticas econômicas e ambientais da EV sejam desenhadas de maneira a favorecer os grupos mais pobres e marginalizados. Quando isso não for possível, deve-se implementar medidas paralelas que compensem os danos. Por exemplo, políticas de extinção dos subsídios destinados à produção de combustíveis fósseis deverão ser acompanhadas de subsídios para parte do consumo das pessoas mais pobres e que dependam desses combustíveis (UNEP, 2011, p. 563). Ou, ainda, esquemas de pagamento por serviços ecossistêmicos, como o sequestro de carbono pelas florestas, deverão ter as comunidades florestais pobres como os seus principais beneficiários (UNEP, 2011, p. 20). O relatório nomeou essa postura de “viés pró-pobre”.

Talvez seja seguro afirmar que o GER é a publicação sobre EV de maior influência da literatura acadêmica-institucional, de modo que a concepção de EV presente nela se tornou a mais difundida e referenciada. Por conta disso, ao falarmos sobre a **concepção convencional** de EV, ao longo desse trabalho, estaremos nos referindo à concepção presente no GER.

3.1.5 Crescimento verde

Um conceito que foi desenvolvido paralelamente ao da EV e que com ela compartilha muitos elementos é o do crescimento verde (*green growth*) (CV). Ambos foram promovidos como estratégias de recuperação das economias e de retomada do crescimento no período que se seguiu à crise financeira de 2008 (KASTELAN, 2017). Os proponentes do CV reconhecem que o crescimento econômico tradicional (marrom) degrada o capital natural – causa escassez de água e de outros recursos naturais, aumenta a poluição, agrava as mudanças climáticas e gera perdas irrecuperáveis de biodiversidade – e coloca em risco a possibilidade de crescimento futuro. Isso tudo ocorre principalmente por duas razões: primeiro, porque o crescimento marrom eleva progressivamente o custo da substituição do capital natural por capital artificial;

segundo, porque ele fortalece a probabilidade de colapsos ecossistêmicos repentinos que podem impactar severamente a economia (STERN, 2007; OECD, 2011). Ou seja, os proponentes do CV reconhecem a existência de limites ambientais – ou fronteiras planetárias (ROCKSTROM et al., 2009), para utilizar um termo mais atual – para o crescimento econômico **tradicional** (marrom), especialmente a escassez de recursos naturais e a poluição ambiental. No entanto, não aceitam, como alternativa, políticas de não-crescimento ou de decrescimento. A solução, para eles, reside numa mudança qualitativa, e não quantitativa: o crescimento deve ser esverdeado – ser ambientalmente sustentável – para não colidir com os limites planetários tal como o crescimento marrom.

Nesse movimento, os proponentes do CV assumem uma postura otimista e visualizam benefícios econômicos e ambientais advindos do esverdeamento do crescimento econômico: por um lado, o crescimento movido pela inovação tecnológica sustentável traria melhorias ambientais; por outro, a preocupação com a proteção ambiental abriria novos mercados e oportunidades, que gerariam uma nova onda de crescimento. Com isso, o CV transforma o discurso de “limites ao crescimento” em “crescimento dentro de limites” (VOLKERY; ROUABHI, 2015).

O principal condicionante do CV, e o seu maior desafio, é o necessário **desacoplamento absoluto**²⁵ entre o crescimento econômico e a degradação ambiental. Para que isso ocorra é necessário que a taxa de crescimento da eficiência material e energética dos processos produtivos seja igual ou maior do que a taxa de crescimento da produção. Para os proponentes do CV, esse feito é possível por meio de (i) elevados investimentos no desenvolvimento de tecnologias produtivas que sejam mais eficientes no uso de recursos naturais, menos poluidoras e movidas a energia limpa e (ii) uma reconfiguração dos setores econômicos, com predominância do setor de serviços, geralmente menos intenso no uso de recursos quando comparado com o setor industrial. Outras exigências são reformas fiscais e institucionais que amparem e estimulem a transição para o CV (OECD, 2011; WORLD BANK, 2012).

²⁵ O desacoplamento **absoluto** ocorre quando o crescimento econômico não é acompanhado pelo crescimento da degradação ambiental (ou seja, a degradação se mantém estável ou mesmo decresce). O desacoplamento pode ser **relativo** quando a degradação ambiental continua a crescer, porém numa taxa menor do que a taxa de crescimento da economia.

Nesses termos, o CV não apresenta grandes diferenças da EV, com o detalhe de que o primeiro coloca o crescimento – e a sua manutenção – como o seu principal objetivo, enquanto a EV inclui preocupações com a equidade social. É certo que os proponentes do CV defendem essa abordagem com o argumento de que o crescimento econômico reduz a pobreza e a desigualdade, mas, dito isso, retomam o foco nas estratégias de fomento ao crescimento. Essa omissão da dimensão social é reconhecida pelos próprios proponentes do CV, que afirmam que o principal fim dessa estratégia é tornar o crescimento econômico compatível com as melhorias ambientais. Esse seria um passo fundamental na viabilização do DS, já que, segundo eles, as conexões positivas entre as dimensões social e econômica e social e ambiental são evidentes, ao contrário daquelas entre as dimensões econômica e ambiental (WORLD BANK, 2012, p. 2). Logo, a OECD (2011, p. 4) descreve o CV nos seguintes termos: Green growth means fostering economic growth and development, while ensuring that natural assets continue to provide the resources and environmental services on which our well-being relies.

Alguns autores tratam a EV e o CV como sinônimos (por exemplo, BARBIER 2011; 2012; BOREL-SALADIN; TUROK, 2013; LOREK; SPANGENBERG, 2014). É possível argumentar que o crescimento econômico, no modelo da EV, deve ser, necessariamente, verde, de modo que o CV estaria inserido em seu contexto. O GER expõe essa ideia da seguinte forma:

In a green economy, growth in income and employment are driven by public and private investments that reduce carbon emissions and pollution, enhance energy and resource efficiency, and prevent the loss of biodiversity and ecosystem services (UNEP, 2011, p. 16).

Apesar de o argumento acima fazer sentido, ele pode ser contestado pela simples constatação de que a vinculação da EV com políticas de crescimento é arbitrária. Não há qualquer condição primordial que faça da EV um modelo econômico baseado no crescimento – e o contrário é também verdadeiro. A definição usual de EV, do UNEP (2010), por exemplo, não contém em sua extensão o termo **crescimento**. Há, contudo, referência ao crescimento do bem-estar humano, mas ele pode ser interpretado tanto como dependente do crescimento econômico – quando observado da perspectiva das sustentabilidades fraca e muito-fraca – quanto como dependente de melhorias nas condições ambientais, do fortalecimento dos laços sociais e, até mesmo, da redução do consumo e das horas de trabalho – quando visto da perspectiva das sustentabilidades

forte e muito-forte.²⁶ Uma interpretação intermediária também seria possível, na qual o crescimento (verde) seria considerado imprescindível ao crescimento do bem-estar nos países mais pobres, porém desnecessário nos países mais ricos, nos quais o bem-estar seria maximizado por outros meios. Essa visão não destoaria, necessariamente, nem da definição usual de EV, nem da consideração feita pelo GER ao papel do crescimento econômico no contexto da EV (trecho reproduzido acima).

3.1.6 Inclusive Green Economy Report

O mais recente passo no desenvolvimento do conceito da EV pelo UNEP foi a publicação, em 2015, de outro relatório dedicado exclusivamente ao tema, chamado *Uncovering Pathways Towards an Inclusive Green Economy: A Summary for Leaders*, conhecido também como “*Inclusive Green Economy Report*” (IGER). Esse é um trabalho bem mais enxuto do que o GER e foi idealizado para ser uma evolução dele. O IGER expõe e promove a “economia verde inclusiva”, uma espécie de “Green Economy 2.0”, segundo o relatório (UNEP, 2015, p. 7). Ela é muito diferente da EV convencional, por adotar um discurso que critica o consumismo. Ela se afasta um pouco do crescimento econômico e se aproxima mais da economia de estado estacionário – ainda que os meios de promoção continuem reformistas. Segundo o relatório,

An Inclusive Green Economy is based on sharing, circularity, collaboration, solidarity, resilience, opportunity, and interdependence. The design principles for an “Inclusive Green Economy” speak to these elements of a socio-ecological and economy-wide transition and call for economic and fiscal policy reforms, legislative changes, new technologies, changes in financing, and strong institutions that are specifically geared to safeguarding social and ecological floors. (UNEP, 2015, p. 19).

3.2 A DISPUTA PELO CONCEITO DA EV

A EV, assim como o DS, tem algumas características que fazem dela um conceito passível de disputa, como veremos a seguir. Em primeiro lugar, a sua definição mais comum – “A green economy can be defined as one that results in improved human well-being and social equity, while significantly reducing environmental risks and ecological scarcities” (UNEP, 2010, p. 4) – é vaga, imprecisa e amplamente abrangente.

²⁶ Nesse contexto, Ferguson (2014) sugere que a EV oferece uma ótima oportunidade à ascensão das perspectivas mais fortes do espectro da sustentabilidade ao discurso político “*mainstream*”. Bastaria concentrar esforços na redefinição de bem-estar e, aos poucos, desvinculá-la do conceito de CV.

Ela define EV com base nos conceitos de bem-estar humano e igualdade social, que são igualmente vagos e alvo de interpretações diversas. Divergências quanto à interpretação de bem-estar e seus condicionantes, por exemplo, são uma das causas de contenda entre as diferentes perspectivas de sustentabilidade. Além disso, essa definição de EV é bastante abrangente porque, ao fazer referência ao bem-estar humano, à igualdade social e aos cuidados de se evitar riscos ambientais e escassez ecológica, ela abraça as três dimensões da sustentabilidade e se posiciona ao centro dos três círculos do diagrama de Venn, tal como o DS.

Em segundo lugar, a rápida escalada da EV ao centro das atenções do campo da sustentabilidade e a sua igualmente rápida assimilação pelos discursos políticos e planos nacionais de desenvolvimento a valorizaram. Por isso atores políticos, econômicos e mesmo acadêmicos se apropriaram desse conceito para pegar carona em sua popularidade ou mesmo para tentar infiltrar no discurso “*mainstream*” ideias marginalizadas, como propõe Ferguson (2014) em relação às políticas de não-crescimento.

Num esforço de contribuir para o entendimento sobre a EV e os seus fundamentos e estratégias de ação, o United Nations Division for Sustainable Development (UNDESA) publicou um guia, em 2012, que agrega informações sobre diversas publicações a respeito do tema. Um dos objetivos do guia é esclarecer o que se entende por EV. Para isso, ele reúne oito diferentes definições do conceito, todas elas publicadas por governos e organizações internacionais entre os anos de 2009 e 2012. A maioria delas não foge muito da definição usual do UNEP (2010) e combinam, de maneira mais ou menos uniforme, preocupações econômicas, ambientais e sociais. Algumas ressaltam a necessidade de a EV promover a igualdade social – como a interpretação do Danish 92 Group, que afirma: “The Economy cannot be Green without being Equitable” (UNDESA, 2012a, p. 63) –, enquanto outras dão destaque aos limites ecológicos do planeta e à necessidade de respeitá-los. Algumas definições, contudo, sequer citam igualdade ou justiça social e definem a EV em termos puramente econômicos e ambientais.

O guia do UNDESA (2012b) reúne também oito conjuntos de princípios atribuídos à EV por organizações internacionais diversas, como a Câmara de Comércio Internacional, a Confederação Sindical Internacional e Coalizão para a Economia

Verde, dentre outras. Tais conjuntos são bastante heterogêneos. Alguns reúnem princípios como mercados abertos e competitivos, criação de empregos e produção eficiente no uso de recursos, sem incluir preocupações com pobreza e desigualdade, enquanto outros dão ênfase aos limites planetários e à redefinição de bem-estar. Alguns, ainda, dão total prioridade aos princípios de combate às desigualdades de renda, poder, gênero e etnia.

O guia do UNDESA (2012b) faz também uma análise sobre as dimensões da sustentabilidade mais abordadas nos princípios de EV e chega a uma conclusão surpreendente: dos 26 princípios mais frequentemente propostos, sete pertencem especificamente à dimensão social, seis à dimensão ambiental e somente quatro à dimensão econômica, o que mostra que os entendimentos sobre a EV cobertos pelo guia exibem um viés social. Essa conclusão contraria as críticas de que esse conceito dá muita ênfase ao nexos economia-natureza e deixa de lado a dimensão social. Contudo, tal viés pode ser uma reação a essas críticas, como é argumentado no próprio guia (2012b, p. 13):

While the green economy principles encompass all three dimensions of sustainable development, it would appear that the most common emphasis is on the social dimension. This is an interesting development that demonstrates how various organizations and stakeholders are interpreting the green economy. Perhaps this added emphasis on social issues is to compensate for earlier work on green economy that focused on the nexus between economy and the environment.

A pluralidade que transpassa o conceito de EV foi explorada também por Loiseau et al. (2016). Por meio da análise bibliométrica da literatura científica, os autores identificaram as principais palavras-chave associadas à EV e, a partir disso, determinaram os conceitos, teorias, abordagens e ferramentas mais frequentemente relacionados a ela. Os seus resultados mostraram que, apesar de a literatura sobre EV associá-la à sustentabilidade fraca e seus elementos – como a produção mais limpa (*cleaner production*), biotecnologia, eficiência no uso de recursos etc. –, estão presentes também elos com a sustentabilidade forte. Por exemplo, apesar de a EV ser rotineiramente relacionada à teoria da economia ambiental, ela pode ser vinculada também à economia ecológica. É certo que a frequência com que isso acontece é bem menor do que no primeiro caso – cerca de cinco vezes menor (LOISEAU et al., 2016, p.363) –, mas esse fato não deixa de ser relevante, pois mostra que existe ao menos um

pequeno esforço para adaptar o conceito de EV à teoria da economia ecológica e à perspectiva da sustentabilidade forte.

Outros conceitos, abordagens e ferramentas normalmente associados à sustentabilidade forte e que são encontrados em textos sobre a EV são: ecologia industrial; economia circular; soluções baseadas na natureza (*nature based solutions*); simbiose industrial; infraestrutura verde; compartilhamento de produtos e serviços etc. (LOISEAU et al., 2016).

Death (2014) se afasta da dicotomia fraco-forte e identifica quatro categorias de discursos presentes na literatura sobre EV: i) **crescimento verde**; ii) **transformação verde**; iii) **revolução verde** e iv) **resiliência verde**. O discurso do **crescimento verde** enfatiza a necessidade de encontrar novos mercados e tecnologias que permitam retomar – e manter – o crescimento econômico em face da crise financeira de 2008 e da queda das taxas de crescimento em muitos países desenvolvidos. Esse discurso se apoia na crença de que o crescimento econômico é o principal fator gerador de progresso e bem-estar e na noção de que a degradação ambiental coloca em risco o crescimento, de modo que a solução deve ser a retomada do crescimento. Nesse contexto, mercados verdes, como mercados de créditos de carbono, de serviços ecossistêmicos, de produtos “*eco-friendly*” e rotulações ecológicas (*eco-labels*), dentre outros, são vistos como oportunidades para uma nova onda de crescimento econômico (DEATH, 2014, p. 8).

Death relaciona o discurso da **transformação verde** com aquele presente no relatório Brundtland e com a concepção original do DS. Esse discurso transmite a ideia de que a sociedade pode atingir a sustentabilidade por meio de desenvolvimento tecnológico e mudanças institucionais marginais, sem que seja necessário revolucionar o sistema político-econômico vigente. . O discurso da **transformação verde** é bastante semelhante ao do **crescimento verde**, porém dá mais ênfase ao papel das instituições e à promoção da justiça social e enxerga o crescimento econômico somente como meio das políticas de sustentabilidade, e não como fim (DEATH, 2014, p. 7).

O discurso da **revolução verde**, por sua vez, é descrito pelo autor como o mais antigo da EV, no sentido de que se assemelha àquele utilizado por ambientalistas das décadas de 1960 e 1970. Nele encontra-se a defesa por uma profunda transformação social, política e econômica que coloque as sociedades em harmonia com a natureza e dentro dos limites ecológicos do planeta. O autor associa esse discurso às perspectivas

da ecologia profunda, do decrescimento e do eco-socialismo, e a autores como Ivan Illich, Ernst Friedrich Schumacher e Tim Jackson (DEATH, 2014, p. 6).

Por fim, o discurso da **resiliência verde** é aquele que defende mudanças e transformações com a finalidade de manter o *status quo* e, por isso, é o menos radical de todos. Ele é utilizado por atores que enxergam a EV com desconfiança. A constante nota de cautela e precaução presente nesse discurso o diferencia do discurso do **crescimento verde**, que se caracteriza por um tom mais otimista (DEATH, 2014, p. 9).

Bär et al. (2011) também sistematizam discursos encontrados na literatura da EV. Eles identificam três categorias: a primeira, chamada de **esverdeamento da economia existente**, se preocupa primariamente com a manutenção do crescimento econômico. Ela reconhece que o planeta tem uma capacidade de carga limitada e que condições ecológicas, em especial as mudanças climáticas, podem impor limites ao crescimento. Essas condições são vistas como riscos e barreiras a serem superados a fim de que o crescimento seja retomado e sustentado. Os proponentes dessa categoria não dedicam muita atenção à dimensão social da sustentabilidade, nem a questões como desigualdade e injustiça. Eles se caracterizam pelo otimismo de que o desenvolvimento tecnológico é capaz de solucionar os problemas ambientais e não considera necessária qualquer tipo de transformação cultural ou mudanças nos padrões de consumo (BÄR et al., 2011, p. 23).

A segunda categoria de discurso é o **desenvolvimento verde**, que incorpora à categoria anterior demandas pela reconceitualização da noção de bem-estar e pela inclusão da dimensão social. Ela se caracteriza pela crença de que o progresso tecnológico não é suficiente para engendrar todas as mudanças necessárias à promoção da sustentabilidade, sendo imprescindíveis mudanças nas instituições e nos padrões de produção e consumo. Não propõe necessariamente, porém, uma redução na escala da economia (BÄR et al., 2011, p. 23).

A terceira e última categoria de discurso identificado por Bär et al. (2011) é chamada de **desenvolvimento sustentável**. Segundo os autores, essa categoria reflete a visão dos países em desenvolvimento, que defendem o seu direito de desenvolver e exigem que o princípio das responsabilidades comuns, mas diferenciadas, seja respeitado. Ela enfatiza a busca pela igualdade internacional e pela redução da pobreza,

e argumenta que a EV deve promover a cooperação internacional e evitar o protecionismo (BÄR et al., 2011, p. 24).

Além dessas três categorias, Bär et al. (2011) identificam três posturas em relação ao crescimento econômico presente na literatura da EV: **pro-crescimento**, **crescimento seletivo** e **limites ao crescimento**. A primeira abordagem não diferencia setores industriais verdes e marrons, de forma que a sustentabilidade é vista como uma questão de aumento de eficiência no uso de recursos naturais, sem necessidade de uma reestruturação econômica. Ela entende que o crescimento econômico é imprescindível para o contínuo progresso dos padrões de vida humanos, de modo que o principal objetivo da EV deve ser a sua retomada. Nesse contexto, o desacoplamento absoluto entre crescimento econômico e degradação ambiental ganha total importância, e o desenvolvimento tecnológico é a estratégia escolhida para promovê-lo. Essa abordagem costuma ser articulada do ponto de vista dos países industrializados (BÄR et al., 2011, p. 18). A segunda abordagem (**crescimento seletivo**) também reconhece a importância do crescimento para o desenvolvimento social, mas diferencia atividades verdes de marrons. Para ela, setores verdes devem crescer, enquanto setores marrons devem encolher. Essa mudança estrutural deve ser promovida e amparada por reformas fiscais e institucionais. Segundo os autores, alguns adeptos dessa abordagem admitem que o crescimento econômico deva ser uma estratégia de médio-prazo e que o desenvolvimento futuro deverá ser independente do crescimento ou admiti-lo apenas em setores econômicos específicos (BÄR et al., 2011, p. 19). Por fim, a terceira abordagem (**limites ao crescimento**) questiona a utilidade do crescimento econômico a partir de um determinado nível de afluência e defende o abandono do consumismo nocivo do modo de vida ocidental. Entretanto, apesar das críticas ao crescimento, essa abordagem não propõe soluções como a do decrescimento e se mantém mais alinhada à proposta da economia de estado estacionário. Das três, essa é a abordagem menos frequente e menos desenvolvida na literatura da EV (BÄR et al., 2011, p. 19).

Inspirado nas três abordagens identificadas de Bär et al. (2011) sobre o crescimento e nas diferentes classificações da modernização ecológica feitas por Christoff (1996) –, Ferguson (2014) constrói uma tipologia dos discursos de EV composta por três categorias: **EV fraca**, **EV transformacional** e **EV forte** (Quadro 4).

A primeira delas se caracteriza pelo discurso típico do CV, que encontra no desenvolvimento de tecnologias cada vez mais eficientes uma ferramenta para retomar o crescimento econômico. Ela dedica pouca ou nenhuma atenção à dimensão social da sustentabilidade – com exceção à menção ao grande potencial da EV para a criação de empregos verdes e à suposta suficiência do crescimento econômico para solucionar os problemas da pobreza e da desigualdade. Sob essa perspectiva, a proteção ambiental é vista como oportunidade de novos negócios e garantia de que o crescimento econômico possa ser mantido no futuro. Essa categoria se assemelha bastante àquelas do **crescimento verde**, identificado por Death (2014), e do **esverdeamento da economia existente**, de Bär et al. (2011).

A categoria **EV transformacional**, por sua vez, se caracteriza pelo apoio ao crescimento seletivo e à consideração de outros fatores além do PIB como indicadores de desenvolvimento. Os seus proponentes argumentam que os objetivos das políticas de EV devem focar o bem-estar humano e a proteção ambiental e que devem ser consideradas estratégias alternativas ao crescimento econômico. Entretanto, os altos níveis de consumo apresentados pelos países desenvolvidos – e pelas elites dos em desenvolvimento –, não são alvo de críticas. Essa categoria defende o protagonismo do Estado na promoção da EV, por meio de reformas fiscais e institucionais. Ela se assemelha à categoria **transformação verde**, de Death (2014), e à categoria **desenvolvimento verde**, de Bär et al. (2011).

Quadro 4: Tipologia dos discursos da EV segundo Ferguson (2014).

	EV fraca	EV transformacional	EV forte
Trajetória macroeconômica	Crescimento verde	Crescimento seletivo/ não-crescimento	Limites ao crescimento/ pós-crescimento
Indicadores econômico, social e ambiental	PIB convencional	PIB modificado	Mensurações abrangentes de bem-estar
Níveis ocidentais de consumo: sustentáveis ou insustentáveis	Consumo ocidental sustentável/ consumismo verde	Consumismo verde/ mudanças institucionais necessárias	Consumo ocidental insustentável/ mudanças institucionais sistêmicas necessárias
Foco dos discursos de segurança	Segurança do Estado	Segurança econômica e ambiental limitados	Extensa segurança econômica e ambiental

Literatura institucional principal	World Bank 2012, Lagarde 2012, WTO 2012, OECD 2011, US Department of Defense 2010, Tamiotti et al. 2009, CNA 2007	United Nations Statistical Division 2012, Patil 2012, UNEP 2011 European Commission 2009, Stiglitz et al. 2009	Academic literature only e.g. Jackson and Victor 2011, Cato 2009
------------------------------------	---	--	--

Retirado de Ferguson (2014).

Por fim, a categoria **EV forte** segue a abordagem **limites ao crescimento**, de Bär et al. (2011), e é descrente quanto à possibilidade do desenvolvimento tecnológico em desacoplar crescimento e degradação ambiental. Essa categoria critica o consumismo por entender que uma mera modificação em sua qualidade – consumo “verde”, de produtos mais sustentáveis – não é capaz de reduzir os impactos ambientais caso não seja acompanhada da redução de sua quantidade. Contudo, o autor não propõe qualquer tipo de contração econômica, apenas o abandono do crescimento enquanto objetivo de desenvolvimento.

Ehresman e Okereke (2014) também construíram uma tipologia de discursos de EV, na qual identificaram três categorias: **EV estreita**, **EV moderada** e **EV densa**. A **EV estreita** é muito semelhante às categorias **crescimento verde**, de Death (2014), **esverdeamento da economia existente**, de Bär et al. (2011) e **EV fraca**, de Ferguson (2014), dando importância primária ao objetivo de retomada do crescimento econômico por meio de medidas baseadas em instrumentos de mercado. Nesse contexto, o combate à desigualdade não deve ser feito ativamente pelo Estado, cuja função nessa área seria apenas garantir o direito de propriedade e proteger os frutos do exercício desse direito. A justiça seria consequência do funcionamento de um mercado livre e eficiente, denominado “justiça-de-mercado” (*market-justice*) (EHRESMAN; OKEREKE, 2014, p. 19).

A categoria **EV moderada**, por sua vez, equivale às categorias **transformação verde**, de Death (2014), **desenvolvimento verde**, de Bär et al. (2011) e **EV transformacional**, de Ferguson (2014). Para Ehresman e Okereke (2014), ela se caracteriza pelo entendimento de que uma abordagem puramente mercadológica não é suficiente para resolver os problemas ambientais e sociais, de forma que o Estado tem o papel de intervir e direcionar o desenvolvimento, mas sem que isso justifique uma ampla transformação: “The best chance for success they argue lies in trying to find solutions from within rather than from outside the system (Newell and Paterson 2010)”

(EHRESMAN; OKEREKE, 2014, p. 21). Esses autores afirmam que os proponentes da **EV moderada**, apesar de adeptos da filosofia liberal, não são tão radicais quanto os da **EV estreita** no que diz respeito à justiça e aceitam várias abordagens igualitárias liberais, como o igualitarismo contratual de John Rawls, a expansão das capacidades pessoais, de Amartya Sen, os direitos humanos e o desenvolvimento inclusivo (EHRESMAN; OKEREKE, 2014, p. 22).

Por fim, a categoria **EV densa** se constrói como um contraponto à **EV estreita**. Segundo Ehresman e Okereke (2014), ela se estrutura ao redor de três argumentos principais: o primeiro diz respeito aos limites inevitáveis que a base de recursos naturais impõe ao ritmo do desenvolvimento, atualmente insustentável: simplesmente não há recurso suficiente no planeta para que todos os países em desenvolvimento possam crescer de acordo com o modelo seguido pelos países desenvolvidos. O segundo argumento questiona a utilidade dos altos níveis de consumo e geração de resíduos pelos indivíduos dos países mais ricos, enquanto o terceiro rejeita a crença de que é possível construir uma sociedade sustentável dentro do paradigma capitalista de constante acumulação de capital. Nesse contexto, “The alternative model proposed is economic contraction, or ‘*managed recession*’” (Brockington 2012, Kallis 2011, Schneider et al. 2011)” (EHRESMAN; OKEREKE, 2014, p. 19). Segundo Ehresman e Okereke (2014), a **EV densa** é a que mais se dedica à questão da justiça social e à demanda por maior democracia; afirmam que a mudança estrutural necessária a esse fim “involves de-growth, rather than growth, and the valuing of non-market activities such as sharing and voluntary work” (EHRESMAN; OKEREKE, 2014, p. 20). A vinculação dessa categoria com movimentos como o eco-socialismo (p. 20) e o decrescimento, e com autores como Giorgos Kallis e François Schneider, permite relacioná-la à categoria **revolução verde**, de Death (2014).

Com base nas tipologias de sustentabilidade apresentadas ao longo da seção 2 e no quadro 3, é possível relacionar algumas das categorias de EV apresentadas acima com as categorias de sustentabilidade, conforme exibido no Quadro 5. É possível também ilustrar essa relação, ao posicioná-las no mapa do campo da sustentabilidade, como é o caso da Figura 7. Nessa figura, os números de 1 a 4 correspondem aos grupos de categorias de EV exibidas no Quadro 5.

Quadro 5: Equiparação das categorias de sustentabilidade com as categorias de discurso de EV.

	Categoria de sustentabilidade	Categorias de EV
Grupo 1	Muito-fraca	Esverdeamento da economia existente (BÄR et al., 2011); Crescimento verde (DEATH, 2014); EV fraca (FERGUSON, 2014); EV estreita (EHRESMAN; OKEREKE, 2014).
Grupo 2	Fraca	Transformação verde (DEATH, 2014); Desenvolvimento verde (BÄR et al., 2011); EV transformacional (FERGUSON, 2014); EV moderada (EHRESMAN; OKEREKE, 2014).
Grupo 3	Forte	EV forte (FERGUSON, 2014).
Grupo 4	Muito-forte	Revolução verde (DEATH, 2014); EV densa (EHRESMAN; OKEREKE, 2014).

Elaboração do autor

As categorias **esverdeamento da economia existente**, de Bär et al. (2011), **crescimento verde**, de Death (2014), **EV fraca**, de Ferguson (2014) e **EV estreita**, de Ehresman e Okereke (2014), por se dedicarem majoritariamente ao crescimento econômico e terem como objetivo central a sua retomada e sustentação, além de não levarem em conta a justiça social – ou reduzi-la à justiça-de-mercado –, assemelham-se à categoria de sustentabilidade muito-fraca. Elas também compartilham da inabalável crença na capacidade do desenvolvimento tecnológico de superar os limites ambientais. Contudo, por reconhecerem a dependência do sistema econômico para com o meio-ambiente e considerarem necessárias algumas mudanças no processo de produção a fim de reduzir os impactos ambientais negativos – mesmo que o objetivo seja a manutenção do sistema e do *status quo* –, essas categorias incluem também alguns aspectos da sustentabilidade fraca, como o reconhecimento da existência de limites ecológicos – ou fronteiras planetárias – e a defesa pela proteção dos elementos naturais mais importantes para o sistema econômico. Estão representadas pelo grupo 1 no Quadro 5 e na Figura 7.

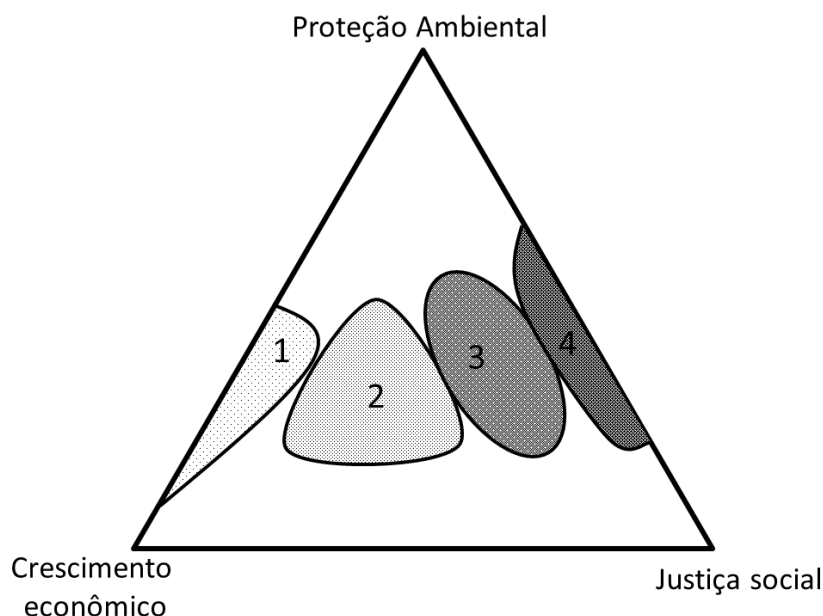


Figura 7: Proposta de posicionamento das diversas categorias de discurso da EV dentro do mapa do campo da sustentabilidade. Elaboração do autor.

As categorias **transformação verde**, de Death (2014), **desenvolvimento verde**, de Bär et al. (2011), **EV transformacional**, de Ferguson (2014) e **EV moderada**, de Ehresman e Okereke (2014), costumam ser comparadas ao DS, como exposto pelo relatório Brundtland, e à modernização ecológica. Elas aceitam ainda o crescimento econômico como principal fator gerador de bem-estar, mas reconhecem que outras formas de perseguir esse objetivo devem ser consideradas, além de dar maior importância à forma com que o progresso econômico é revertido em proteção ambiental e justiça social. Além disso, a sua estratégia de ação reduz o foco na abordagem mercadológica e dá mais ênfase nas reformas institucionais lideradas pelos governos. Nesse sentido, essas categorias podem ser vinculadas à sustentabilidade fraca, com algumas variações que adentram a sustentabilidade forte. Estão representadas pelo grupo 2 no Quadro 5 e na Figura 7.

Já a categoria **EV forte**, de Ferguson (2014), é crítica do consumismo e descrente do potencial do progresso tecnológico para resolver os problemas ambientais. Ela recusa o crescimento econômico como meta das políticas de sustentabilidade, mas não chega a propor o decrescimento como alternativa. Por esses motivos, pode ser vinculada à sustentabilidade forte. Está representada pelo grupo 3 no Quadro 5 e na Figura 7.

Por fim, as categorias **revolução verde**, de Death (2014) e **EV densa**, de Ehresman e Okereke (2014), podem ser vinculadas à sustentabilidade muito-forte, principalmente pelas relações traçadas com os movimentos do decrescimento, da ecologia profunda e do eco-socialismo. Estão representadas pelo grupo 4 no Quadro 5 e na Figura 7.

É interessante notar a transversalidade da EV. Apesar de ser frequentemente descrita como parte do DS (UNEP, 2011; BARBIER; MARKANDYA, 2012; EHRESMAN; OKEREKE, 2014; GEORGESON et al., 2017) e como é dotada de uma estratégia mais enxuta e direta (FERGUSON, 2014), as suas diversas interpretações ocupam desde o polo mais fraco da sustentabilidade até o mais forte, ultrapassando os limites do DS. Se, por um lado, nenhuma concepção de EV ocupa os extremos do crescimento econômico, da proteção ambiental ou da justiça social, por outro existem algumas que ocupam os extremos opostos ao crescimento e à justiça social (grupos 4 e 1, respectivamente, da Figura 7).

A literatura da EV exibe um predomínio das concepções que a relacionam, em maior ou menor grau, ao CV (BÄR et al., 2011), e é precisamente por esse motivo que é surpreendente a existência de duas categorias que a fazem equivaler à sustentabilidade muito-forte, especialmente porque o próprio conceito de DS costuma ser desvinculado dessa perspectiva.

As categorias de EV, expostas acima, refletem a ampla percepção apresentada pela literatura sobre o tema. Contudo, ao buscar conhecimento sobre um assunto novo, é comum que o leitor procure pelas fontes mais populares, comuns, pertinentes e relevantes sobre o tema, que podem conter apenas uma parte da diversidade de interpretações presentes no restante da literatura. Logo, na intenção de saber como a literatura pertinente conceitua a EV, selecionamos e analisamos o conjunto das obras mais relevantes (*corpus* básico) em busca das concepções de EV presentes nelas, guiados por três aspectos principais (categorias analíticas): crescimento econômico, proteção ambiental e justiça social. O próximo capítulo apresenta e discute os resultados desse trabalho.

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Foi retirado do *corpus* básico um total de 357 unidades de análise. Destas, 37,8% se enquadram na categoria analítica **crescimento econômico**, outros 37,8% na **proteção ambiental** e 24,7% na **justiça social**.

O tratamento das unidades de análise revela que uma diversidade de concepções de EV está presente nos textos do *corpus* básico. A seguir, essa diversidade será discutida a partir do contexto de cada categoria analítica. Ao final, faremos uma recapitulação dos pontos mais relevantes e localizaremos as concepções de EV identificadas no mapa do campo da sustentabilidade.

4.1 CRESCIMENTO ECONÔMICO

Dos doze textos analisados nesse trabalho, nove consideram o crescimento econômico parte indispensável do conceito de EV, seja como o seu principal objetivo, seja como meio prioritário para atingir suas metas. Cinco textos apresentam concepções de EV mais críticas ao crescimento econômico e que o adotam apenas de maneira seletiva e criteriosa, majoritariamente voltada à satisfação das necessidades dos mais pobres e aliado à redução do consumo pelos mais afluentes, a fim de engendrar um cenário global de crescimento absoluto zero. Dois textos apresentam as duas concepções, reconhecendo que a primeira é a mais comum, mas propondo a segunda como contraponto. Nenhum texto sugere que o decrescimento faça parte das políticas econômicas ou dos objetivos da EV.

Esses números mostram que a concepção de EV predominante na literatura mais relevante apresenta uma postura favorável ao crescimento econômico, sendo a sua frequência quase duas vezes maior do que a da concepção crítica a ele. Esse resultado condiz com a história da formação da EV, cuja origem está na economia ambiental e na modernização ecológica, ambas favoráveis ao crescimento econômico como uma das políticas de promoção do bem-estar humano e proteção ambiental. Além disso, essa é a postura assumida pelo GER, uma das mais influentes publicações sobre EV. A frequência da concepção crítica, contudo, não é pequena e indica que o questionamento do crescimento econômico tem encontrado espaço na literatura da EV, o que é um avanço para os grupos proponentes de perspectivas mais fortes da sustentabilidade. A pequena frequência de textos que apresentam os dois tipos de concepções mostra que a

percepção da EV enquanto um conceito em disputa ainda é pouco difundida, porém não marginal, pois, apesar da baixa frequência, ela está presente na literatura pertinente.

Logo, em relação ao crescimento econômico, as concepções de EV encontradas nos textos que compõem o *corpus* básico podem ser divididas em dois grupos: favoráveis e críticos.

4.1.1 EV favorável ao crescimento econômico

Dos nove textos que descrevem a EV como favorável ao crescimento, quatro descrevem-na de forma positiva (Barbier (2011), Barbier e Markandya (2012), UNEP (2011) e Borel-Saladin e Turok (2013)), outros quatro de maneira negativa (Brand (2012), Kosoy et al. (2012), Bina (2013) e Lorek e Spangenberg (2014)) e um faz uma apresentação neutra, analítica (Brockington (2012)). Dos quatro textos negativos, apenas um (Kosoy et al. (2012)) afirma que a EV deve abandonar o objetivo do crescimento e adotar uma política de não-crescimento, enquanto os outros três (Bina (2013), Brand (2012) e Lorek e Spangenberg (2014)) rejeitam o conceito por considerá-lo favorável ao crescimento. Logo, nota-se que se, por um lado, a EV é majoritariamente descrita como favorável ao crescimento, por outro ela é fortemente confrontada por assumir tal postura, o que mostra a presença marcante dos opositores ao crescimento econômico na literatura mais relevante sobre EV.

Aqueles que entendem o crescimento econômico como um fenômeno essencialmente positivo e desejável para a EV o fazem, em parte, por acreditarem que ele seja o principal responsável pelo aumento do bem-estar humano. Essa postura, semelhante à da sustentabilidade muito-fracas e tipicamente associada à teoria econômica neoclássica, reduz bem-estar à capacidade produtiva da economia e ao aumento das oportunidades econômicas. Tal perspectiva é claramente exposta no seguinte trecho do livro NBGE:

...it is the total stock of capital employed by the economic system, including natural capital, which determines the full range of economic opportunities, **and thus well-being**, available to both current and future generations.” (BARBIER; MARKANDYA, 2012, posição 210, negrito meu).²⁷

A concepção da EV favorável ao crescimento está estreitamente relacionada ao conceito do CV. Para os nove textos que adotam essa postura, o crescimento econômico

²⁷ Este livro é um e-book; portanto, não é paginado. A localização do conteúdo é feita utilizando a unidade “posição”.

verde “is at the core of the green economy concept” (LOREK; SPANGENBERG, 2014, p. 34). Ele é frequentemente descrito como necessário e desejável à EV (BRAND, 2012, p. 30) e a sua promoção é defendida como uma das estratégias mais apropriadas e eficazes para engendrar uma economia que produza riquezas sem agredir o meio ambiente (BARBIER; MARKANDYA, 2012, posição 2887).

Borel-Saladin e Turok (2013) vão um pouco além e afirmam que o crescimento econômico não somente é compatível com a proteção ambiental, mas também **indispensável** à sua realização. Para eles, políticas de não-crescimento impediriam qualquer avanço na resolução da crise ambiental e, portanto, não devem fazer parte da proposta da EV:

The core assumption of the green economy concept is that environmental progress cannot be separated from economic growth and development. Curtailing growth or ignoring the economy will not lead to meaningful environmental improvement. (BOREL-SALADIN; TUROK, 2013, p. 212).

A relação positiva entre crescimento e proteção ambiental é desenhada também no sentido inverso: segundo alguns autores, políticas de proteção à natureza incentivam o desenvolvimento tecnológico e inauguram novos mercados, que podem servir como motores para uma nova onda de crescimento (UNEP, 2011; BARBIER; MARKANDYA, 2012; BROCKINGTON, 2012; BOREL-SALADIN; TUROK, 2013). Alguns autores, mais otimistas, afirmam que o crescimento econômico deve ser mais forte, saudável e vigoroso dentro de um contexto econômico-ambiental moldado pelas políticas de EV do que fora dele (BROCKINGTON, 2012; BOREL-SALADIN; TUROK, 2013).

Borel-Saladin e Turok (2013) argumentam que o crescimento econômico, além de contribuir para a solução da crise ambiental, também é uma das principais estratégias de EV para promover a igualdade social. Segundo esses autores, esse objetivo pode ser alcançado, em grande parte, por meio da geração de empregos e da valorização dos recursos naturais explorados pelos indivíduos mais pobres como fonte de renda (BOREL-SALADIN; TUROK, 2013, p. 11-12). Essa linha de argumentação reduz a desigualdade social à pobreza material e deixa de considerar aspectos de assimetria de poder e de discriminação por gênero ou etnia. Essa redução está presente em grande parte dos textos do *corpus* básico, porém não em todos. O GER, por exemplo, aceita que a criação de riqueza e renda por meio do crescimento econômico pode ser a solução de boa parte dos problemas sociais, mas admite que essas medidas atuam mais

diretamente sobre a pobreza do que sobre a desigualdade (UNEP, 2011, p. 269). Além disso, o relatório reconhece que o mercado nem sempre distribui de maneira justa os benefícios do crescimento. Recomenda que as políticas de crescimento econômico da EV devem ser desenhadas com um “viés pró-pobres”, a fim de que os seus benefícios atinjam especialmente os grupos sociais mais pobres e marginalizados (UNEP, 2011; BARBIER; MARKANDYA, 2012; BROCKINGTON, 2012).

Devido aos inúmeros benefícios ambientais e sociais supostamente derivados do crescimento econômico, muitos proponentes da EV direcionam as suas políticas à sua viabilização. Por conta disso, o crescimento deixa de ser visto apenas como um meio e passa a ser o objetivo principal da EV. Bina (2013), ao descrevê-la, expressa esse entendimento da seguinte maneira:

The primary aim here is to achieve resource-efficient, low-carbon growth. The socioeconomic paradigm has its roots in the technoscientific paradigm, and the conception of progress is one of efficient growth that will serve all society and reduce poverty (BINA, 2013, p. 1029).

O GER também coloca o crescimento econômico no topo das prioridades da EV ao afirmar que “The key aim for a transition to a green economy is to enable economic growth and investment while increasing environmental quality and social inclusiveness.” (UNEP, 2011, p. 16). Tamanha é a centralidade do crescimento econômico nessa concepção de EV que alguns autores, como Barbier (2011) e Borel-Saladin e Turok (2013), utilizam os termos EV e CV de forma intercambiável, enquanto Bina (2013) e Borel-Saladin e Turok (2013) utilizam a literatura de CV como fonte de informações sobre a EV, como se os dois conceitos fossem sinônimos. Brand (2012, p. 30) expõe tal ambiguidade ao concluir que “...the notion of a green economy in most analyses and strategy papers also means “green” growth”. Logo, não é surpresa que os autores proponentes de uma EV favorável ao crescimento desprezem qualquer proposta contrária ao crescimento sem nem ao menos se darem ao trabalho de contra argumentá-las: “Contraction, or managed recession, is not a possibility which Towards a Green Economy [GER] even acknowledges.” (BROCKINGTON, 2012, p. 420).

É interessante notar, porém, que vários dos autores que descrevem a EV como favorável ao crescimento reconhecem a insuficiência do PIB como indicador de desenvolvimento e bem-estar humano. Borel-Saladin e Turok (2013) expressam esse entendimento de forma bem representativa ao afirmarem que

There is widespread consensus that traditional indicators of economic growth, such as gross domestic product (GDP) are insufficient (Schmalensee, 2012). GDP does not include the pricing of natural capital and externalities that arise from natural resource use. (BOREL-SALADIN; TUROK, 2013, p. 213).

A concepção de EV presente no texto de Borel-Saladin e Turok (2013) é a que mais dá centralidade ao crescimento econômico. Para eles, o crescimento é capaz de gerar riqueza e renda, de incentivar o desenvolvimento de tecnologias e práticas produtivas mais eficientes e menos poluidoras e de reduzir a pobreza e a desigualdade social. Com isso, o crescimento se torna o elo fundamental que une as três dimensões da sustentabilidade ao redor do conceito da EV (BOREL-SALADIN; TUROK, 2013, p. 210).

Já os outros oito textos que também descrevem a EV dessa perspectiva, apesar de enfatizarem a importância do crescimento econômico e de sua manutenção para a sustentabilidade socioambiental, reconhecem que ele é apenas uma das ferramentas no “*toolkit*” da EV e que outras políticas ambientais e sociais devem cobrir as lacunas que ele e o mercado não são capazes de cobrir. Nessa linha, alguns autores afirmam que o PIB, enquanto indicador de desenvolvimento, é incapaz de acessar todas as informações sobre bem-estar social e ambiental. Defendem a sua modificação para que passe a incluir o real valor do capital natural e a sua depreciação. A maioria dos autores também concorda que os governos nacionais devem promover reformas fiscais e institucionais que fortaleçam os mercados “verdes” e deem suporte à transição à EV. Não há, contudo, qualquer questionamento dos princípios e fundamentos do sistema econômico capitalista presente, de modo que as suas políticas tendem mais a reformar o sistema do que a transformá-lo.

4.1.2 EV crítica ao crescimento econômico

Em contraponto à visão favorável ao crescimento estão cinco textos que descrevem a EV como uma estratégia de desenvolvimento ou um modelo econômico crítico ao crescimento e defensor de políticas de redução do consumo supérfluo. São eles Jackson e Victor (2011), Kosoy et al. (2013); Pretty (2013); Bina (2013) e o IGER. Essa é uma postura menos frequente na literatura de EV. O grupo de textos que a expressa é menos homogêneo em suas perspectivas do que o grupo anterior.

Em geral, a EV, crítica do crescimento, ancora a sua perspectiva em dois princípios: o primeiro é o de que a relação entre bem-estar e consumo não é direta nem linear, de modo que, a partir de certo nível de afluência, quando todas as necessidades materiais básicas estão satisfeitas, crescimentos adicionais de renda e consumo trazem retornos decrescentes de bem-estar. Nesses casos, a busca por bem-estar deve ser direcionada a outros tipos de atividades, como experiências espirituais, contato com a natureza ou o convívio social (KOSOY et al., 2012; PRETTY, 2013; LOREK; SPANGENBERG, 2014). O segundo é o de que existem limites ambientais para o crescimento econômico, ou, para usar a célebre frase, é impossível crescer infinitamente num planeta finito. Essa constatação impõe sérios limites à estratégia de promover justiça social por meio do crescimento econômico, uma vez que não existem recursos naturais suficientes nesse planeta para sustentar sete bilhões de pessoas com um padrão de vida europeu médio – menos ainda quando pensamos que logo seremos nove bilhões. Logo, para os defensores da EV crítica ao crescimento, é preciso abandonar o fetiche pelo crescimento econômico e adotar um sistema de crescimento absoluto zero.

Porém, para que esse sistema seja justo, algum crescimento deve ser permitido àqueles cujas necessidades materiais ainda não foram atendidas. Segundo a EV crítica ao crescimento econômico, isso deve ser feito por meio da redistribuição do consumo: os países desenvolvidos – e as elites dos países em desenvolvimento – devem reduzir o seu consumo excessivo, supérfluo e desnecessário, para que os países e grupos mais pobres possam consumir mais, sem que isso resulte no aumento da extração de recursos naturais e da produção de resíduos. Para os autores proponentes da concepção crítica ao crescimento, cabe à EV a tarefa de incentivar essa mudança cultural e prover os meios para a construção de um modelo econômico socialmente justo e de não-crescimento.

De todo o *corpus* básico, o texto de Pretty (2013) é o mais representativo da concepção da EV crítica ao crescimento. O autor reúne dados de 189 países para mostrar que o crescimento da renda *per capita* é diretamente relacionado ao crescimento *per capita* da emissão de CO₂ e do consumo de energia, carne e água potável, o que eleva a pressão sobre os ecossistemas. Por outro lado, Pretty mostra que o mesmo crescimento de renda *per capita*, quando supera certo patamar, não é acompanhado na mesma proporção pelo crescimento da expectativa de vida, do IDH e da satisfação de vida relativa. Em suas palavras:

The conclusions for many are counter-intuitive: people in the 1950s at a time when there was lower income and material consumption were on average as contented as they are today. Victor (2008) has observed that “Americans have been more successful at decoupling GDP from happiness than in decoupling it from material and energy” (PRETTY, 2013, p. 479).

Logo, o autor conclui que, a partir de certo ponto, a busca pelo crescimento do bem-estar por meio do consumo é ilusória e só resulta no aprofundamento da crise ambiental. A solução estaria no abandono do crescimento econômico enquanto política de desenvolvimento. Pretty descreve a EV como parte desse movimento:

In some sense, the hopes for a green economy echo the aspirations of many people in countries prior to their independence from colonial authorities in the mid-twentieth century. Today the equivalent escape from authority is from material consumption and conventional economic growth (PRETTY, 2013, p. 493).

Para Pretty, a EV, enquanto um modelo econômico, deve ser um sistema de estado estacionário no qual os indivíduos mais afluentes têm o seu consumo reduzido para que os menos favorecidos expandam o seu. As políticas de EV devem incentivar outras formas de consumo, compatíveis com um modelo econômico de não-crescimento, e devem ter papel ativo na transformação cultural necessária a essa transição:

The notion of a steady-state (Daly and Cobb 1989) implies a cultural understanding of how much is enough (Durning 1992; Diener 2000). Without this, material consumption will continue to grow. How, then, can a mode of consumption based on “enough not more” be created, so resulting in mass behaviours of “enoughness” (O’Neill et al. 2010a,b)? In the green economy, other forms of consumption will be valued, such as of story-telling, listening to birdsong and engaging with nature. (PRETTY, 2013, p. 494).

Ao se referir à EV nesse contexto revolucionário, o autor inclui a simplicidade voluntária, o contato com a natureza e a (re)descoberta espiritual como parte de sua estratégia:

It will offer four options to consumers and citizens: resist consumerism by opting out (e.g. downshifting, voluntary simplicity), retain possessions for longer (before replacement), make different choices (ethical or green consumerism) and substitute non-material consumption activities (e.g. nature consumption) (Wachtel 1983). It will encourage religious consolation as a substitute for materialism.” (PRETTY, 2013, p. 494).

Essa é uma concepção bastante diferente daquela comumente encontrada na literatura político-acadêmica sobre a EV. É curioso notar que esse artigo de Pretty foi escrito posteriormente à Rio+20, quando foi popularizada a EV, em sua concepção convencional, favorável ao crescimento e largamente fundamentada no GER. O autor faz diversas referências ao GER ao longo do texto. Ou seja, a concepção contrastante

apresentada por Pretty não deriva do desconhecimento sobre o tema. Ele reconhece brevemente a divergência do seu entendimento sobre a natureza da EV:

In this way, a green economy that dramatically changes aspirations and consumption patterns by increasing consumption of the currently poor and reducing that of the affluent, increases well-being and protects natural capital, is not likely to look much like the current economy (though it is worth noting the term green economy is often used to promote an old economic policy agenda without actually addressing the underlying logic). (PRETTY, 2013, p. 494).

Contudo, apesar da declaração acima, Pretty não dedica mais do que essas poucas linhas ao reconhecimento de sua interpretação discordante de EV e não se esforça para desqualificar a concepção convencional.

Kosoy et al. (2012) assumem uma postura diferente da de Pretty e dedicam o seu artigo à crítica da EV em sua concepção convencional. Os autores apontam diversas falhas da proposta da EV apresentada na Rio+20, desde métodos e abordagens inapropriados, como a utilização do PIB como indicador de bem-estar e a percepção da economia como um sistema formado por setores independentes, até princípios e fundamentos teóricos frágeis, como a crença na possibilidade de crescimento econômico ilimitado e a sua aceitação das premissas da teoria econômica neoclássica. Como contraponto os autores sugerem modificações profundas na proposta da EV e afirmam que

...rather than just perceiving the green economy as a green technological fix, it must be rethought and seen as the next major social transformation process following the industrial revolution. (KOSOY et al., 2013, p. 77).

Para esses autores, grande parte da crise socioambiental se deve ao crescimento econômico intenso e nocivo das últimas décadas, resultado do crescimento populacional e do consumismo insustentável. Eles são céticos em relação à capacidade de tecnologias mais eficientes solucionarem os problemas ambientais e, por isso, defendem o abandono do crescimento econômico como parte das políticas de EV – porém, sem dar detalhes sobre como isso deve ser feito. Sobre isso, argumentam que

...rather than jumping to quick fixes we ought to assess the conditions that are required to address the direct drivers such as excessive consumption and population growth which are causing the rapid deterioration of our socio-ecosystems that we have observed and participated in over the past 100 years. A green economy ought to tackle these direct drivers head on if it is to make a difference and to provide a way out of our present predicament (KOSOY et al., 2013, p. 77).

O IGER, por sua vez, é particularmente interessante por duas razões: primeiro, porque ele é um dos relatórios do UNEP dedicado exclusivamente à EV, sucedendo o famoso GER, de 2011. Segundo, porque ele apresenta a EV a partir de uma postura mais crítica ao crescimento econômico do que seu predecessor.

O IGER abre seu capítulo introdutório fazendo referência ao famoso artigo de Kenneth E. Boulding chamado “The Economics of the Coming Spaceship Earth” (1966). Boulding compara dois tipos de sistemas econômicos: um no qual as reservas de recursos são infinitas e o progresso é baseado no aumento progressivo do fluxo de matéria e energia pela economia (“*throughput*”); ele chamou esse sistema de “*cowboy economy*”. No outro sistema os recursos são limitados, o “*throughput*” é reduzido e o progresso é medido pela qualidade e complexidade do estoque de capitais disponível ao uso humano, “including the state of human bodies and minds” (UNEP, 2015, p. 9). Esse último modelo ele batizou de “*spaceship economy*”, comparável à economia de estado estacionário ou de não-crescimento.

Ao longo da introdução do IGER, os autores reconhecem os benefícios trazidos pelo crescimento econômico das últimas décadas, mas também apontam os males ambientais causados pela depleção de recursos naturais e pela poluição. Eles afirmam que a sustentabilidade ambiental nunca será uma realidade caso o consumismo excessivo se mantenha e o “*throughput*” continue a crescer. Segundo o IGER, a EV deve ser uma estratégia de transição da atual “*cowboy economy*” para uma futura “*spaceship economy*”. Dessa maneira, o relatório rejeita o modelo de desenvolvimento pautado no crescimento econômico e associa a EV explicitamente a um sistema de estado estacionário (UNEP, 2015, p. 11).

O IGER aponta também a redistribuição do consumo entre ricos e pobres como forma de promover a justiça social sem aumentar a pressão sobre os ecossistemas:

By embedding SCP (sustainable consumption and production) systems in national governance and sectoral policies, rethinking unbridled consumerism, and balancing over and under consumption can enable the unserved and underserved to access key supply constrained resources while maintaining a harmony with earth’s life support system. (UNEP, 2015, p. 22).

Contudo, apesar da sua defesa pela redução do consumismo, ele não sugere atividade substitutiva, como faz Pretty (2013), por exemplo. Ao invés disso, a redução do consumo absoluto parece ser atribuída ao aumento da eficiência das tecnologias

produtivas, que reduziriam a quantidade de recurso e energia utilizados por unidade de produto. Além disso, não há qualquer reconhecimento do efeito rebote – ou paradoxo de Jevons²⁸ – no relatório.

Outro ponto questionável do IGER é o posicionamento ambíguo em relação ao crescimento econômico. Apesar de dedicar toda a introdução à defesa do modelo econômico de estado estacionário, o IGER descreve, como um dos princípios da EV, “promoting **sustained**, inclusive and sustainable economic growth” (UNEP, 2015, p. 19, *negrito meu*). Isso é incompatível com um modelo de não crescimento, mesmo no caso dos países em desenvolvimento, que devem crescer apenas até o ponto no qual os ganhos econômicos igualam os custos ambientais e sociais. O relatório não comenta essa condição. Além disso, a página 23 do IGER exibe uma figura na qual o desacoplamento é apontado como uma forma de proteger o meio ambiente e reduzir a pobreza, ao mesmo tempo em que se mantém o crescimento econômico. É possível que os autores estejam se referindo ao crescimento do **valor** dos bens e serviços produzidos, e não do volume de produção, mas isso não fica claro no texto.

Por fim, os textos de Bina (2013) e Jackson e Victor (2011) propõem uma concepção de EV crítica ao crescimento, mas apenas de forma breve e superficial, sem se dedicar a descrevê-la, analisa-la ou julgá-la, como fazem os textos anteriores. No primeiro, a autora faz uma análise qualitativa sistemática de 24 textos que existem dedicados à solução da crise socioambiental e publicados no contexto pós-crise financeira de 2008. Ela encontra três categorias de discursos: **almost business-as-usual**, que, resumidamente, direciona todos os esforços à recuperação do crescimento econômico convencional; **greening**, que contém as propostas da EV e do CV e **all-change**, que apresenta um discurso mais revolucionário, vinculado a movimentos como o decrescimento e a autores como Polanyi. A autora descreve o discurso da categoria **greening** como “about efficient, technologically driven, sustained growth, and paradigm fixing, rather than shifting.” (BINA, 2013, p. 1.034), porém, reconhece que existem variações desse discurso que se aproximam da categoria **all-change**, aos quais chamou de **in between**:

²⁸ O paradoxo de Jevons, também chamado de efeito rebote ou efeito bumerangue, diz respeito à constatação de que o aumento da eficiência no uso de materiais e energia nos processos produtivos pode resultar no aumento final do consumo destes materiais e energia ao invés de poupá-los. Esse efeito é resultado do reinvestimento dos ganhos econômicos provenientes do aumento de eficiência de volta no processo produtivo, ampliando a produção, ou da reversão destes ganhos em consumo adicional.

this [greening] category includes many shades of green, and I have therefore included certain sources under the title *in between* to reflect the gradual transition (figure 1) away from mainstream and neoclassical economics towards Polanyian-inspired propositions (Polanyi, 2001 [1944]), as a step towards (or return to) a stronger link between the economic and political spheres, beyond the rediscovered role of the state, in an attempt to reembed economies in society and culture (see also Hann and Hart, 2011).” (BINA, 2013, p. 1029, *itálico da autora*).

Segundo Bina, os textos da subcategoria²⁹ **in between** reconhecem algumas vantagens do crescimento econômico, mas rejeitam a relação de equivalência entre consumo e bem-estar e defendem o combate ao consumismo como política de esverdeamento da economia. Com isso a autora reconhece existir uma disputa dentro da categoria **greening**:

...the contents analysis shows the greening category being pulled in opposite directions. Some elements, including the OECD’s (2011b) version of green growth and economy or the more technologically oriented interpretations of ecological modernisation, lean towards almost BAU [business-as-usual]; others, including elements of the UN reports for Latin America and Asia-Pacific and report on Africa (APP, 2010; ECLAC, 2010; UNESCAP, 2008), could lie across the boundary with all change (in between, table 1). (BINA, 2013, p. 1034).

O texto de Jackson e Victor (2011) é ainda mais indireto em sua descrição do posicionamento da EV em relação ao crescimento econômico. Os autores deixam implícita a concepção de uma EV de não-crescimento. Segundo eles, o artigo, cujo título é “Productivity and work in the ‘green economy’”, tem como objetivo “to explore the role of labour productivity in a **low or no-growth economy**” (JACKSON; VICTOR, 2011, p. 102, *negritos meus*). Os autores repetem essa informação outras duas vezes ao longo do texto: “This paper explores the concept of productivity in **post-growth economies**” (JACKSON; VICTOR, 2011, p. 101, *negrito meu*) e “In particular, a **low-growth or slow-growth economy** must reconcile labour productivity changes with the maintenance of full employment. This paper explores that challenge.” (JACKSON; VICTOR, 2011, p. 101, *negritos meus*). Mais adiante, ao comentar outros desafios de uma economia de não-crescimento, os autores novamente citam a EV ao dizer

In a green economy of this kind, some income equivalising mechanisms – including perhaps the idea of a basic citizen’s income – would be needed to prevent wage disparities from distorting social conditions. (JACKSON; VICTOR, 2011, p. 107).

²⁹ A autora não utiliza o termo subcategoria. Segundo ela, “I identify only three categories in my analysis; ‘in between’ is not a category in itself, but represents ‘shades of green’ that do not allow a clear-cut allocation to either ‘greening’ or ‘allchange’ categories” (BINA, 2013, p. 1026), ao que nós denominamos subcategoria.

Com isso, os autores exteriorizam o seu entendimento de que a EV se caracteriza por ser uma economia de crescimento baixo ou zero, divergindo da concepção convencional de EV – porém, não entram em detalhes sobre os seus objetivos e principais estratégias.

Contudo, Jackson e Victor relacionam a EV a um modelo de crescimento baixo ou zero em economias **desenvolvidas**, de modo que não é possível generalizar essa concepção de EV para o contexto das economias em desenvolvimento ou mesmo da economia global. Os autores não expressam a sua percepção quanto ao direito dos países e grupos mais pobres de crescer, nem o papel da EV nesses casos. Feita essa ressalva, trabalharemos somente com as informações retiradas do texto e consideraremos a concepção de EV de Jackson e Victor (2011) como crítica ao crescimento econômico, porém não avessa a ele, já que o admite em algum grau. Assim, podemos vincular essa concepção àquelas presentes no texto de Bina (2013) e no IGER, que ocupam uma posição intermediária entre o crescimento e o não-crescimento.

4.1.3 Concepções de EV na categoria de crescimento econômico

A análise do *corpus* básico revela que a concepção de que a EV é favorável ao crescimento é a mais comum e mais homogênea na literatura mais relevante. Esse resultado se alinha ao histórico desse conceito, que surgiu na economia ambiental, com o relatório BGE, e foi influenciada pelas ideias da modernização ecológica. Além disso, essa também é a concepção adotada pelos relatórios responsáveis pelo reavivamento da EV e a sua redefinição no contexto da crise financeira de 2008, como o *Global Green New Deal* e o GER, ambos do UNEP, assim como a influente atualização do relatório BGE, o livro NBGE.

De todos os textos do *corpus* básico, o artigo de Borel-Saladin e Turok (2013) é o que mais dá ênfase ao crescimento econômico como a estratégia primária da EV. Por meio dela os seus principais objetivos econômicos, sociais e ambientais podem ser alcançados, de modo que ele encerra em si todas as três dimensões da sustentabilidade. Essa perspectiva aproxima bastante a EV do conceito do CV e está alinhada à categoria de sustentabilidade muito-fraca e às categorias de EV **esverdeamento da economia existente, crescimento verde, EV fraca e EV estreita** (grupo 1 do Quadro 5 e da Figura 7). No entanto, ela é pouco presente na literatura mais relevante sobre a EV. Essa baixa frequência pode ser explicada pelo fato de que nesse trabalho adotamos somente textos explicitamente dedicados à EV, sem considerar aqueles que tratam do CV, como

os relatórios da OECD (2011) e do World Bank (2012), que, em geral, foram considerados como parte da literatura da EV pelos autores que construíram as suas tipologias.

Assim, com exceção da concepção de EV presente em Borel-Saladin e Turok (2013), todas as outras favoráveis ao crescimento admitem que, apesar da importância do crescimento econômico para o desenvolvimento socioeconômico, certos objetivos sociais e ambientais não podem ser alcançados somente por meio dele e da atuação eficiente do mercado. Por isso, o Estado deve atuar ativamente para promover esses fins por meio de reformas fiscais e institucionais.³⁰ Nesse sentido, tais concepções se alinham à perspectiva da sustentabilidade fraca e podem ser equiparadas às categorias de EV **transformação verde**, **desenvolvimento verde**, **EV transformacional** e **EV moderada**, compreendidas no grupo 2 do Quadro 5 e da Figura 7. Essa é a visão adotada pelos principais relatórios sobre a EV, como o BGE e o GER, e pela maioria dos textos do *corpus* básico.

O entendimento da EV como crítica ao crescimento e promotora de uma economia de estado estacionário geralmente é apresentado como contraponto à concepção favorável ao crescimento e aparece na literatura relevante com frequência considerável. Isso indica uma participação importante de proponentes da sustentabilidade forte na literatura de EV. Contudo, a nossa análise corrobora a conclusão de Bär et al. (2011) e Ferguson (2014) de que a EV de posicionamento crítico ao crescimento é a concepção menos frequente e menos desenvolvida na literatura sobre o tema.

Os textos de Pretty (2013) e Kosoy et al. (2013) apresentam uma concepção de EV baseada num sistema econômico de estado estacionário e contrária aos fundamentos que legitimam o consumismo excessivo e a meta do crescimento econômico irrestrito do atual sistema econômico. Essa concepção se alinha à sustentabilidade forte e à categoria de EV **EV forte** (grupo 3 do Quadro 5 e da Figura 7). Esses autores sugerem ainda que as políticas de EV devem promover e dar suporte a uma transformação cultural que leve à valorização de atividades desvinculadas do consumo e à adoção de

³⁰ Poder-se-ia argumentar que essa perspectiva também é, de certo modo, crítica ao crescimento econômico e, portanto, merecedora de ser incluída no outro grupo. Contudo, as suas críticas são mais leves e não desmerecem o crescimento, que continua entendido como positivo mesmo para as economias mais desenvolvidas. Por isso, essa concepção é mantida no grupo favorável ao crescimento econômico.

um estilo de vida mais simples por parte das classes mais altas da sociedade. Essa proposta se aproxima um pouco daquela da sustentabilidade muito-forte e das categorias de EV **revolução verde** e **EV densa** (grupo 4 do Quadro 5 e da Figura 7), apesar de nenhum dos autores defender a contração econômica nem vincular a EV a movimentos como o decrescimento e o eco-socialismo.

Já os textos de Jackson e Victor (2011), Bina (2013) e o IGER apresentam concepções intermediárias de EV em termos de crescimento econômico, por razões diferentes. O primeiro deixa implícito que a EV se caracteriza, enquanto modelo econômico, por ser uma economia de crescimento baixo ou zero, porém não comenta as condições desse modelo, em quais contextos socioeconômicos ele se aplica, nem como seria feita a transição da economia atual dependente do crescimento para o estado estacionário.

O IGER, por sua vez, apesar de criticar o crescimento econômico e defender o modelo de estado estacionário, não é tão claro nem tão coerente em seu posicionamento. Por isso a sua concepção de EV pode ser localizada numa posição intermediária entre as concepções favoráveis ao crescimento e aquelas mais críticas, como as apresentadas por Pretty (2013) e Kosoy et al. (2013). De maneira semelhante, as concepções identificadas por Bina (2013) na subcategoria **in between** podem ser posicionadas num espaço intermediário, por mesclarem elementos da sustentabilidade fraca e forte.

4.2 PROTEÇÃO AMBIENTAL

A proteção do meio ambiente e dos seus elementos é frequentemente mencionada dentro do contexto da EV. 37,8% das unidades de análise tratam dessa questão, percentagem igual àquela voltada ao crescimento econômico. As posturas atribuídas pelos textos que compõem o *corpus* básico à EV no que toca à proteção ambiental formam um grupo mais homogêneo do que aquele sobre o crescimento econômico. Nenhum dos doze textos tem como foco principal a questão da proteção ambiental, tampouco a apontam como o objetivo majoritário da EV. Ao invés disso, a maioria dos textos considera a proteção ambiental um importante **meio** de manter as condições planetárias propícias à vida e ao bem-estar humanos.

Outra semelhança entre os textos é que todos enxergam a crise ambiental da ótica econômica – com exceção de Jackson e Victor (2011), que não tratam do tema.

Usam termos como **capital natural** e **ativos ambientais** para se referir aos elementos ambientais, incluindo ecossistemas e serviços ecossistêmicos. Além disso, fontes importantes, como o GER e o NBGE, frequentemente reduzem a crise ambiental à escassez ecológica, entendida como “the loss of myriad benefits, or “services”, as these systems are exploited for human use and activity (Barbier, 1989)” (BARBIER, 2011, p. 233). A definição de EV mais utilizada – presente no UNEP (2010) e adotada pelo GER – também faz tal redução, ao se referir à EV como um modelo econômico que reduz riscos ambientais e escassez ecológica. Desse modo, esses textos levam em consideração, primeiramente, os reflexos econômicos da degradação ambiental. Bina (2013, p. 1.034) acompanha esse entendimento ao notar uma tendência economicista na literatura. Esse foco na dimensão econômica, contudo, talvez seja de se esperar, já que a EV nasceu na economia ambiental e na modernização ecológica, ambas voltadas às interações entre meio-ambiente e economia, além de ser debatida majoritariamente por economistas – profissão de 17 dos 27 autores dos textos aqui estudados. Por outro lado, esse economicismo não é alvo de críticas daqueles que enxergam a EV como concorrente ou substituta do DS (EHRESMAN; OKEREKE, 2014, p. 17) e daqueles que a entendem como um recorte do DS (AMAZONAS, 2012).

Em geral, os textos aqui estudados entendem que a degradação ambiental é um risco para o bem-estar humano e o crescimento econômico – esse último apenas por parte daqueles que igualam bem-estar e oportunidades econômicas. Ela é vista pelos autores desses textos também como uma séria ameaça aos grupos sociais mais pobres e marginalizados, uma vez que estes são os que sofrem mais e primeiro com a escassez de recursos e serviços ecossistêmicos. Nesse contexto, a proteção ambiental é defendida como forma de evitar que a pobreza e a crise ambiental se aprofundem, e de garantir às sociedades a contínua provisão de bens e serviços ambientais necessários à manutenção da economia, do bem-estar humano e do crescimento econômico.

A defesa dos elementos naturais não é feita com base nos direitos da natureza nem no dever dos humanos de respeitar as outras formas de vida com as quais compartilhamos o nosso planeta. A ética ambiental, própria da ecologia profunda, está quase ausente na literatura de EV aqui coberta: dos doze textos estudados, apenas dois mencionam os direitos intrínsecos da natureza e o respeito às outras espécies como considerações da EV – a saber, Kosoy et al. (2013) e UNEP (2015) –, mas de forma breve e retórica, sem incluí-los efetivamente no desenho das políticas propostas. Todos

os outros textos – com exceção de Jackson e Victor (2011) – veem a natureza de forma instrumental e a valorizam de acordo com sua utilidade para os humanos. O seguinte trecho do livro NBGE ilustra bem essa perspectiva:

...even if we believe that some natural ecosystems and unique environments might need to be kept “intact,” much more work still needs to be done in determining how essential is this natural wealth to the welfare of current and future generations and how costly it may be to protect and conserve this wealth. (BARBIER; MARKANDYA, 2012, posição 914)

Assim, percebemos que a EV é descrita pelos autores dos textos do *corpus* básico, em geral, a partir de uma perspectiva antropocêntrica e utilitarista da relação entre humanos e natureza: os problemas ambientais e as suas soluções são frequentemente reduzidos aos elementos da dimensão econômica e a proteção ambiental faz parte dos objetivos da EV, porém de forma secundária, servindo apenas como meio de manter as condições ambientais favoráveis à sobrevivência humana.

Dos doze textos estudados, nove afirmam que a abordagem da EV sobre a proteção ambiental é pautada no desenvolvimento de tecnologias produtivas mais eficientes e menos poluentes, na valoração do capital natural e no uso de instrumentos de mercado que incentivem a adoção de práticas mais sustentáveis por parte da oferta e da demanda. São eles Barbier (2011), GER, NBGE, Borel-Saladin e Turok (2013), Lorek e Spangenberg (2014), Kosoy et al. (2012), Bina (2013), Brand (2012) e Brockington (2012). Os quatro primeiros o fazem de maneira positiva e os quatro seguintes de maneira negativa; o último se mantém neutro, fazendo apenas uma exposição analítica.

Em contraponto, quatro dos doze textos apresentam uma concepção de EV cética quanto à capacidade do desenvolvimento tecnológico e do mercado de solucionar os problemas ambientais – são eles Pretty (2013), Kosoy et al. (2012), Bina (2013) e o IGER. Como alternativa, essa concepção sugere mudanças culturais como forma de combater a crise ambiental.

Bina (2013) e Kosoy et al. (2013) discutem os dois tipos de concepção. Jackson e Victor (2011) não comentam sobre a postura da EV em relação à proteção ambiental.

As constatações acima permitem concluir que o principal ponto de divergência entre as concepções de EV em relação à proteção ambiental não está no nível de prioridade atribuído a ela, enquanto objetivo, mas sim na escolha dos meios mais

apropriados para promovê-la. Essa escolha, em geral, reflete o entendimento da relação da EV com o crescimento econômico: aqueles que a descrevem como favorável ao crescimento fundamentam as suas estratégias de proteção ambiental no princípio de que o crescimento econômico e a proteção da natureza são compatíveis, enquanto os mais críticos acreditam que a EV deve promover a proteção ambiental por meio do abandono da meta do crescimento econômico e do incentivo a uma transformação cultural que leve à redução do “*throughput*” (fluxo de matéria e energia pelo sistema econômico).

Dos autores proponentes da EV favorável ao crescimento, Borel-Saladin e Turok são os que mais enfatizam o princípio da compatibilidade entre crescimento econômico e meio ambiente. Eles afirmam que a proteção da natureza e as melhorias ambientais são **inevitavelmente dependentes** do crescimento econômico e do desenvolvimento tecnológico (BOREL-SALADIN; TUROK, 2013, p. 211). O GER também refuta a incompatibilidade entre os dois ao afirmar que “the most prevalent **myth** is that there is an inescapable trade-off between environmental sustainability and economic progress” (UNEP, 2011, p. 16, negrito meu).

Os autores que conceituam a EV a partir dessa perspectiva acreditam que a internalização das externalidades ambientais seja uma das principais medidas de proteção da natureza. Eles geralmente descrevem a crise ambiental como consequência da geração excessiva de externalidades ambientais, que, por sua vez, resultam da insensibilidade do mercado aos reais valores econômicos dos elementos naturais. Muitos elementos, em especial os serviços ecossistêmicos, não são comercializados e por isso são vistos pelos agentes econômicos como abundantes e gratuitos. Essa visão limitada resulta na subvalorização dos custos ambientais, o que gera sobre-extração dos recursos naturais e sobrecarga da capacidade dos ecossistemas de assimilar dejetos e poluentes, levando ao crescente acúmulo de danos ambientais (BARBIER; MARKANDYA, 2012; UNEP, 2011; BARBIER, 2011; BOREL-SALADIN; TUROK, 2013). Assim se expressa Barbier (2011) ao se referir à origem da crise ambiental:

At the core is the vicious cycle of unsustainable growth, whereby the failure of environmental values to be reflected in markets and policy decisions leads to economic development with excessive environmental degradation (BARBIER, 2011, p. 236).

Logo, para esses autores a internalização das externalidades ambientais é imprescindível para a solução da crise ambiental. Seguindo essa linha de raciocínio, algumas das principais medidas de EV voltadas à proteção ambiental são o

desenvolvimento de ferramentas apropriadas para a valoração dos elementos ambientais e a inserção desses valores nos métodos de contabilidade nacional – incluindo o cálculo do PIB (BARBIER; MARKANDYA, 2012; UNEP, 2011; BARBIER, 2011; BOREL-SALADIN; TUROK, 2013).

Outra medida frequentemente atribuída à EV é a aplicação de políticas industriais que incentivem a captação e o uso de energia de fontes renováveis e o desenvolvimento de tecnologias produtivas mais eficientes no uso de materiais e energia, a fim de reduzir o consumo de recursos naturais e combustíveis fósseis por unidade de produto (UNEP, 2011; BARBIER, 2011; BRAND, 2012; BINA, 2013; UNEP, 2015). Para os mais otimistas, essa medida pode levar ao desacoplamento absoluto entre crescimento econômico e degradação ambiental (UNEP, 2015).

Por fim, esses autores que descrevem a EV como favorável ao crescimento afirmam que as suas políticas ambientais devem dar preferência ao uso de instrumentos de mercado que fomentem comportamentos mais sustentáveis nos agentes econômicos, como, por exemplo, incentivos fiscais para o manejo eficiente de recursos naturais, a criação de mercados de serviços ecossistêmicos e o uso de rótulos ecológicos (UNEP, 2011; BARBIER; MARKANDYA, 2012; BINA, 2013; UNEP, 2015). Nesse contexto, o governo assumiria papel central como promotor dessas estratégias, cabendo a ele realizar investimentos em infraestrutura e reformas fiscais e institucionais que deem suporte à iniciativa privada e criem condições favoráveis à transição para a EV (BARBIER; MARKANDYA, 2012; UNEP, 2011; BARBIER, 2011; BOREL-SALADIN; TUROK, 2013).

Alguns autores, como Lorek e Spangenberg (2014), Brand (2012), Bina (2013) e Kosoy et al. (2012), adotam a concepção de EV favorável ao crescimento, porém de forma crítica. Eles não acreditam que medidas tecnocêntricas e voltadas para o mercado sejam suficientes para resolver os problemas ambientais. Para eles, o desenvolvimento tecnológico não é capaz de reduzir o consumo de recursos naturais caso a economia continue a crescer mais do que a taxa de aumento da eficiência. Além disso, parte dos ganhos econômicos advindos dos ganhos em eficiência costuma ser reinvestida na produção e no consumo, levando ao aumento do consumo absoluto de recursos – o chamado efeito rebote, largamente ignorado por aqueles que defendem a concepção da EV tecnocêntrica e voltada ao mercado (BINA, 2013; LOREK; SPANGENBERG,

2014). Kosoy et al. (2012) também questionam o argumento de que a correta valoração do meio ambiente seja capaz de reduzir o consumo de recursos naturais. Para eles, esse resultado pode ser verdadeiro no curto prazo, mas o desenvolvimento tecnológico de longo prazo deve reduzir os custos e elevar o consumo novamente (KOSOY et al., 2012, p. 76).

Para esses autores, as medidas propostas não passam de reformismo. São incapazes de solucionar a crise ambiental por não questionarem o crescimento econômico nem o consumismo, fontes primárias da exploração insustentável do meio ambiente. Lorek e Spangenberg (2014) acreditam que medidas reformistas podem atenuar os impactos negativos no curto prazo, porém cedo ou tarde esbarrarão nos inescapáveis limites ecológicos:

...considering the ecological challenges we face, slight adjustments within the system relying mainly on technological improvements while promoting environmental modernisation and green growth runs the risk of sooner or later encountering long expected disasters from a peak in oil supply to climate change and ecosystem collapse due to biodiversity loss (Hooper et al., 2012). Such a weak sustainable consumption approach may hold the potential to postpone disasters (Garner, 2000), but it will not avoid them in the long run. (LOREK; SPANGENBERG, 2014, p. 36).

Lorek e Spangenberg (2014) utilizam a equação $I=PAT$ para mostrar que a evolução da eficiência tecnológica (T) deverá ser vertiginosa, de forma nunca vista antes, para compensar, sozinha, o impacto ambiental adicional causado pelo crescimento populacional (P) e pelo contínuo aumento da afluência (A) nas próximas décadas:

Jackson calculates the need for a 130fold improvement of efficiency from 2007 to 2050 if population grows to 9 billion, the global economy still intends to grow with 2%/a and the global general income is in the level of EU (Jackson, 2009). (LOREK; SPANGENBERG, 2014, p. 35).

Por essas razões, os autores que criticam a EV favorável ao crescimento defendem que as políticas de internalização dos custos ambientais e de incentivo ao desenvolvimento tecnológico devem ser implantadas em paralelo à redução do consumo e do “*throughput*” para que o meio ambiente seja efetivamente protegido. Para eles, a saída da crise ambiental estaria na reformulação da relação entre as pessoas e o meio ambiente. A EV de caráter tecnocêntrico, voltada ao mercado, é falha nesse aspecto (BINA, 2013, p. 1034).

Contudo, de todos os autores críticos às medidas reformistas (Kosoy et al. (2012), Brand (2012), Bina (2013) e Lorek e Spangenberg (2014)), apenas Kosoy et al. (2012) sugerem que as estratégias de proteção ambiental da EV sejam reformuladas para incluir a redução do consumo e do “*throughput*”. Já Bina (2013) afirma que a categoria **in-between** estaria no meio do caminho entre o tecnocentrismo da economia neoclássica e o ecocentrismo da economia ecológica, mas não entra em detalhes sobre as medidas de proteção ambiental adotadas por ela. Brand (2012) e Lorek e Spangenberg (2014) rejeitam a ideia da EV, pois a consideram insuficiente para solucionar a crise ambiental.

O IGER, por sua vez, assume uma posição intermediária e, às vezes, ambígua em relação aos meios de proteção ambiental. De um lado, ele critica a crença de que o mercado é capaz de lidar com a questão da degradação ambiental e recomenda que esse assunto seja alvo da deliberação popular por meio da arena política (UNEP, 2015, p. 28). Critica também o consumismo e afirma que o abandono do crescimento econômico é a única forma de respeitar a capacidade de carga do nosso planeta, além de ser um dos únicos textos a defender a proteção ambiental em nome dos direitos da natureza (p. 24 e 28). Por outro lado, o relatório defende a valoração do capital natural, a internalização das externalidades ambientais e o desenvolvimento de tecnologias eco-eficientes como as principais medidas de viabilização da proteção ambiental, além de listar uma série de medidas puramente reformistas como meios para promover a sustentabilidade ambiental (p. 26 e 27). Apesar do discurso introdutório sobre os males do superconsumo e sobre a importância de construir uma “*spaceship economy*”, o relatório dá mais ênfase às medidas de aumento de eficiência do que às de redução do consumo.

Por fim, Pretty (2013) é o único a não expor a concepção de EV pautada em medidas tecnocêntricas e reformistas. Para ele, a redução do consumo é necessária para proteção ambiental e a EV tem como objetivo principal a promoção de uma transformação cultural que leve ao abandono do consumismo e à busca por outras fontes de bem-estar menos nocivas ao meio ambiente:

Now a priority is to redefine prosperity (McKibben 2007, Jackson 2009), and by substituting activities that improve social cohesion, happiness, mental and physical well-being, and memory creation for material consumption, the impact on natural capital and ecosystem services will be reduced whilst improving well-being. (PRETTY, 2013, p. 493).

Contudo, ele não descarta a importância do desenvolvimento de tecnologias produtivas que conservem e recuperem o capital natural, nem de reformas fiscais ou do uso de instrumentos de mercado que reduzam o investimento em atividades nocivas ao meio ambiente (PRETTY, 2013, p. 495).

Por fim, é interessante notar que a substituíbilidade do capital natural não é alvo de debates nos textos do *corpus* básico. Uma possível explicação para isso está no consenso, por parte dos proponentes da EV, de que parte do meio ambiente deve ser protegida – daí a necessidade de esverdear a economia. Não há, entre os textos estudados, quem questione tal proteção ou que descreva a EV como alheia a ela. Não há, também, o outro extremo, de insubstituíbilidade total, indicando que, apesar de alguns autores identificarem discursos de EV próximos aos da sustentabilidade muito-fracas e muito-forte, eles não estão presentes nos textos mais relevantes sobre o tema.

4.2.1 Concepções de EV na categoria de proteção ambiental

O estudo das unidades de análise revela que a forma com que a crise ambiental é descrita dá centralidade aos riscos que ela impõe ao futuro da civilização como a conhecemos. A maior parte dos textos que compõem o *corpus* básico atribui grande importância à proteção ambiental, porém menos como um fim em si mesmo e mais como um meio de manter as condições ambientais propícias ao bem-estar humano e ao crescimento econômico. Quase não se fala sobre os direitos da natureza e das outras espécies com as quais compartilhamos o nosso planeta. Com isso concluímos que a literatura mais relevante sobre a EV expõe uma perspectiva majoritariamente antropocêntrica, instrumentalista e reducionista da relação humanos-natureza ao discutir a crise ambiental e ao propor estratégias de proteção do meio ambiente como parte da EV. Essa postura a aproxima das categorias de sustentabilidade fracas e muito-fracas. O ecocentrismo da categoria muito-forte não está presente na literatura mais relevante sobre a EV.

O principal ponto de divergência entre os textos do *corpus* básico, no aspecto proteção ambiental, está na seleção dos meios pelos quais a EV busca promover esse objetivo. Tal seleção reflete a postura atribuída a ela em relação ao princípio da compatibilidade entre crescimento econômico e proteção ambiental: os autores que a entendem como simpática a esse princípio descrevem as suas estratégias como pautadas no desenvolvimento tecnológico, nos mecanismos de mercado e no crescimento

econômico **ambientalmente sustentável**. Essas políticas de proteção ambiental, fundamentalmente tecnocêntricas e mercantis, aproximam essa concepção de EV da sustentabilidade fraca e das categorias de EV **esverdeamento da economia existente, crescimento verde, EV fraca e EV estreita** (grupo 2 do Quadro 5 e da Figura 7).

Por outro lado, aqueles que descrevem a EV como crítica a esse princípio sugerem que as suas estratégias incluam o abandono da meta do crescimento econômico, a redução do consumo agregado e uma transformação cultural que valorize mais a relação entre humanos e natureza, medidas que a aproximam da sustentabilidade forte e da categoria de EV **EV forte** (grupo 3 do Quadro 5 e da Figura 7).

4.3 JUSTIÇA SOCIAL

Antes de prosseguir com a apresentação dos resultados para a categoria analítica ‘justiça social’, é preciso esclarecer que este também é um conceito político complexo e, portanto, portador de significados diversos. Logo, para evitar confusões e manter a clareza das discussões, deixaremos explícito o significado adotado para a expressão justiça social ao longo deste trabalho.

4.3.1 O significado de justiça social

A noção básica de justiça social está atrelada à antiga ideia de justiça distributiva, que diz respeito à lógica de distribuição de recursos escassos entre indivíduos com necessidades e demandas concorrentes numa mesma sociedade. Essa ideia surgiu na filosofia grega e seguia apenas dois princípios: o de que o indivíduo deve receber aquilo que lhe é merecido de acordo com seus atos, seja recompensa ou punição, e o de que qualquer julgamento deve ser imparcial (RAPHAEL, 2001). Nessa época, e por muitos séculos a seguir, a pobreza foi vista com normalidade e o seu alívio foi relegado à caridade e às instituições religiosas. Somente a partir do século XIX, com o valor da igualdade introduzido pelo Iluminismo, lidar com a pobreza passou a ser uma obrigação social assumida pelo Estado: atender as necessidades materiais básicas dos cidadãos tornou-se uma questão de justiça (FLEISCHACKER, 2004). Para Raphael (2001), essa institucionalização da distribuição de recursos é que diferencia justiça social de justiça distributiva.

Em uma revisão sobre o tema, Matwick e Woodgate (2017) encontraram três diferentes interpretações de justiça social na literatura sobre filosofia política e social.

Elas divergem entre si, basicamente, em relação ao que deve ser redistribuído pelo Estado: recursos, poder e oportunidades. A primeira interpretação coloca que o Estado deve corrigir a desigual distribuição de recursos feita pelo mercado, de forma a garantir o acesso de todos os cidadãos aos bens materiais aos quais eles têm direito. A segunda entende que a distribuição material obedece aos interesses dos indivíduos e grupos mais poderosos, de maneira que o combate à pobreza e à desigualdade não deve ser feito por meio da redistribuição material, mas da redistribuição de poder. A última, por sua vez, preza pela igualdade de oportunidades e defende que o Estado deve remover qualquer obstáculo que impeça os indivíduos de exercerem o seu potencial com liberdade. Isso exige atenção para as discriminações por gênero e por etnia e pode envolver algum nível de redistribuição de recursos e poder. É certo que esses três aspectos (recursos, poder e oportunidades) estão entrelaçados, mas essa distinção é útil para fins analíticos.

Dada a diversidade de significados, julgamos apropriado incluir na categoria analítica **justiça social** considerações sobre todos os seus aspectos, para não correremos o risco de cometer falhas por divergência de interpretações. Logo, todos os trechos dos textos do *corpus* básico que discutem a desigualdade – e a redistribuição – de acesso a recursos, renda, riqueza, poder e oportunidades, no contexto da EV, foram selecionados como unidades de análise.

4.3.2 Resultados e discussão da categoria ‘justiça social’

A categoria analítica **justiça social** é a que tem a menor quantidade de unidades de análise identificadas (apenas 24,7%). Esse resultado acompanha o fato de o termo “*social justice*” ser pouco frequente nos textos do *corpus* básico. Contudo, questões sobre pobreza e desigualdades são recorrentes em vários deles.

Alguns textos, como Borel-Saladin e Turok (2013), NBGE, Kosoy et al. (2012), Pretty (2013), GER e IGER, se esforçam por moldar uma proposta de “esverdeamento” da economia que seja socialmente justa e inclusiva, no sentido de priorizar as necessidades dos grupos de pessoas mais pobres e marginalizadas. Por outro lado, a redução da pobreza e da desigualdade, no contexto da EV, é pouco discutida por Brand (2012), Brockington (2012), Bina (2013), Lorek e Spangenberg (2014) e Jackson e Victor (2011), que apenas a citam como objetivo da EV ou a comentam brevemente. Somente Barbier (2011) não menciona o tema.

A redução da desigualdade social é apontada como um dos principais objetivos da EV por sete dos doze textos do *corpus* básico (GER, Kosoy et al. (2012), Borel-Saladin e Turok (2013), Pretty (2013), NBGE, Bina (2013) e Brockington (2012)), enquanto a redução da pobreza é citada por seis deles (Brand (2012), Lorek e Spangenberg (2014), Borel-Saladin e Turok (2013), NBGE, Bina (2013) e IGER) – note-se que alguns textos atribuem os dois objetivos à EV. Contudo, a diferenciação entre pobreza e desigualdade não está clara em todos os textos, o que dificulta a análise. Em alguns deles os autores até mesmo utilizam esses dois termos de forma intercambiável (como em Borel-Saladin e Turok (2013), NBGE e, com menor frequência, GER). Essa equivalência entre os termos reduz desigualdade social à pobreza material e transmite a ideia de que a igualdade pode ser alcançada por meio da provisão de renda e bens materiais aos pobres. Esse entendimento ignora importantes questões que também contribuem para o quadro da desigualdade social, como a assimetria de poder e a discriminação por gênero e etnia (UNRISD, 2012). Apenas o GER e o IGER ressaltam a importância de dar especial atenção às mulheres e às etnias excluídas ao planejar as políticas da EV.

Semelhantemente ao aspecto da proteção ambiental, o principal ponto de divergência entre os textos não está na relevância atribuída ao objetivo de reduzir a pobreza e a desigualdade, mas sim nos meios pelos quais eles entendem que a EV busca – ou deveria buscar – alcançar essa meta: por meio do crescimento econômico ou da redistribuição de riqueza e renda.

De maneira análoga ao ocorrido na categoria **proteção ambiental**, essa disputa acompanha a postura que cada texto atribui à EV em relação ao crescimento econômico: seis textos do *corpus* básico o consideram como a principal estratégia para combater a pobreza e a desigualdade (Lorek e Spangenberg (2014), Bina (2013), Borel-Saladin e Turok (2013), NBGE, GER e IGER), dos quais dois o fazem de maneira crítica (Lorek e Spangenberg (2014) e Bina (2013)). Por outro lado, cinco textos entendem que medidas de redistribuição de renda e riqueza fazem parte das estratégias de EV para alcançar a redução da pobreza e da desigualdade (Jackson e Victor (2011), Pretty (2013), Kosoy et al. (2012), GER e IGER). Os relatórios do UNEP estão presentes nos dois grupos por razões que serão exploradas a seguir.

As políticas atribuídas à EV pelos autores dos textos do primeiro grupo são, novamente, mais homogêneas do que as do segundo grupo. Para eles, a EV e o CV estão intimamente ligados, de maneira que a geração de emprego e a promoção do CV são vistos como os meios mais eficientes de reduzir a pobreza e dar acesso à sociedade de mercado às pessoas marginalizadas – Lorek e Spangenberg (2014) e Bina (2013) assim descrevem a EV, porém de forma crítica.

Os textos que exibem essa perspectiva, geralmente, são aqueles que mais frequentemente reduzem a questão da desigualdade social à pobreza material e que defendem a criação de riqueza nova como forma de diminuir a desigualdade social. Essa redução é perceptível no seguinte trecho, presente no GER, no qual o UNEP apresenta o seu entendimento de que a promoção da igualdade resulta da redução da pobreza via crescimento econômico:

A green economy focuses on improving human wellbeing and reducing social inequity over the long term, while not exposing future generations to significant environmental risks and ecological scarcities. It seeks to do this in two ways. First, by increasing investment in the sustainability of ecosystem services upon which much of the world's poor depend, it ensures that the environment can continue to be used for the benefit of current and future generations. Second, by basing strategies for economic growth on the sustainable use of natural resources and the environment, a green economy generates the long-term jobs and wealth that are needed to help eradicate poverty. (UNEP, 2011, p. 552).

Autores que exprimem essa visão tendem a deixar de lado os problemas causados pela desigualdade de poder e pela discriminação por gênero e por etnia. Além disso, ignoram o fato de que redução de pobreza nem sempre é acompanhada pela redução da desigualdade. Osmani (2008) mostra que o progressivo crescimento do PIB *per capita* em Bangladesh, Sri Lanka, Índia e Paquistão, entre as décadas de 1980 e 2000, foi acompanhado de expressiva redução da pobreza, porém com estagnação dos níveis de desigualdade de renda na Índia e no Paquistão e **crescimento** deles em Sri Lanka e Bangladesh.

Entretanto, alguns desses textos expressam a compreensão de que o crescimento econômico livre nem sempre alcança os extratos mais baixos da sociedade e que por isso não promove, automaticamente, a redução da pobreza (BROCKINGTON, 2012, p. 414). Esse fato torna necessário direcionar os ganhos obtidos pela criação de nova riqueza primeiramente às pessoas mais pobres. Essa estratégia de geração de renda e

oportunidades com ênfase nos desapropriados é chamada de crescimento inclusivo³¹ (ALI; SON, 2007; OSMANI, 2008; ZHUANG; ALI, 2011). Ela deve ser promovida por meio da intervenção do Estado e da inserção de um viés “pró-pobres” em todas as políticas econômicas e ambientais promovidas pela EV, conforme expõe o GER no trecho a seguir:

However, it must be emphasised that moving towards a green economy will not automatically address all poverty issues. A pro-poor orientation must be superimposed on any green economy initiative. Investments in renewable energy, for example, will have to pay special attention to the issue of access to clean and affordable energy. Payments for ecosystem services, such as carbon sequestration in forests, will need to focus more on poor forest communities as the primary beneficiaries. (UNEP, 2011, p. 20).

Essa proposta é ecoada por Barbier e Markandya (2012), que argumentam que os programas de pagamento por serviços ecossistêmicos devem ser, sempre que possível, desenhados para favorecer as pessoas mais pobres e reduzir os impactos negativos sobre elas. Borel-Saladin e Turok (2013) também expõem esse entendimento ao comentarem os relatórios sobre EV e CV:

Consequently, the main focus of the green economy is the relationship between the environment and the economy, but the social dimension is not ignored. All three reports [UNEP (2011), OECD (2011) e World Bank (2012)] emphasize that any attempts to green the economy must take a pro-poor approach. [...] To address issues around inequality, a specifically pro-poor approach must be taken when designing green growth strategies. (BOREL-SALADIN; TUROK, 2013, p. 211).

Logo, de acordo com esse grupo de textos, as políticas de EV devem aliar a criação de empregos e oportunidades – por meio do crescimento econômico – com o direcionamento de parte dos ganhos provindos da criação de nova riqueza aos indivíduos mais pobres e marginalizados.

Essas medidas exigem, porém, o enfrentamento de poderosos interesses que visam a manutenção do *status quo*. A maioria dos textos aqui analisados, apesar de defender a igualdade social, não aponta à assimetria de poder do presente sistema político e econômico como parte do problema, tampouco inclui a redistribuição de poder como uma das formas de promover a igualdade. Algumas exceções são Barbier e Markandya (2012, posição 1087), que afirmam que “Powerful vested interests in

³¹ Crescimento inclusivo (*inclusive growth*) é definido como “growth coupled with equality of opportunity. [...] Inclusive growth focuses on both creating economic opportunity and making opportunity accessible to all. Growth is inclusive when it allows all members of society to participate in, contribute to, and benefit from growth on an equal basis, regardless of individual circumstances” (ZHUANG; ALI, 2011, p. 9).

particular seem to perpetuate policy outcomes that are not only inefficient and environmentally unsustainable but also inequitable”, e Borel-Saladin e Turok, que argumentam que

...unless the underlying inequality of the current economic growth model and power structures is addressed, the greater equality and benefits to the poor envisaged in the green economy are unlikely to be realized (United Nations Institute for Social Development (UNRISD), 2012). (BOREL-SALADIN; TUROK, 2013, p.?)

Os relatórios GER e IGER também apontam o fortalecimento da democracia como fundamental ao sucesso da EV (UNEP, 2011, p. 478-479; UNEP, 2015, p. 34). Contudo, nenhum dos textos acima propõe políticas direcionadas especificamente a esse fim.

Do outro lado, temos um grupo de textos mais heterogêneo quanto à conceituação da EV no contexto da justiça social. Esse grupo é formado, majoritariamente, por textos críticos ao crescimento econômico enquanto meta do desenvolvimento, como Pretty (2013), Kosoy et al. (2012) e Jackson e Victor (2011). A sua concepção de EV se aproxima mais do modelo de estado estacionário. Esses autores dão preferência às medidas de redistribuição de renda e riqueza como meio de promover a igualdade social, especialmente quando inseridas num contexto de não-crescimento. Contudo, integram também o grupo alguns textos favoráveis ao crescimento econômico, como o GER e o IGER,³² mas que entendem que ele, sozinho, é incapaz de promover a igualdade, de modo que algumas medidas de redistribuição devem ser adotadas para complementá-lo.

Os relatórios GER e IGER, ao falarem sobre as estratégias de alívio da pobreza e redução das desigualdades, não utilizam os termos distribuição e redistribuição, mas sugerem algumas medidas que podem ser interpretadas como tais. Por exemplo, ambos os relatórios recomendam que os governos aumentem os investimentos em serviços públicos, como transporte, saúde e educação (UNEP, 2011, p. 563; UNEP, 2015, p. 19 e 26). O GER vai além e sugere medidas de transferência de renda para aliviar o peso dos custos da transição à EV sobre os mais pobres:

The uneven distribution of the benefits and costs of subsidy reform explains why there is usually strong political opposition. Complementary measures need to be designed to offset some of these concerns, such as short-term

³² O IGER, na realidade, apresenta uma postura ambígua em relação ao crescimento econômico (ver seção 3.1.6).

restructuring aid for industries, support and retraining for workers and welfare transfers for the poor... [...] The IMF recommends a gradual reform strategy and suggests a number of potential short-term support measures, including the maintenance of subsidies that are most important to the budgets of the poor – mainly by replacing subsidies to producers with targeted consumption subsidies to poor households, and the redirection of funds into high priority areas for public spending, such as healthcare or education (UNEP, 2011, p. 563).

Nessa mesma página (563), o GER cita alguns exemplos de programas voltados aos mais pobres, como transferência de renda, microcrédito e investimento em serviços públicos, aplicados em resposta à retirada de subsídios sobre energia elétrica e combustíveis fósseis na Indonésia, Gabão e Gana, respectivamente. Caso a maior parte do dinheiro desses investimentos venha das camadas mais altas da sociedade, essas medidas podem ser entendidas como redistribuição de renda e riqueza – mas os textos não entram em detalhes sobre isso.

Jackson e Victor (2011) e Pretty (2013), por outro lado, incluem, explicitamente, medidas de redistribuição de renda nas estratégias da EV. Ambos partem do princípio de que uma economia ambientalmente sustentável é incompatível com o crescimento econômico ilimitado. Assim, numa condição de estado estacionário, são necessários mecanismos de redistribuição para evitar crescentes disparidades sociais. Jackson e Victor (2011, p. 107) sugerem isso ao comentar uma EV de não-crescimento: “In a green economy of this kind, some income equalising mechanisms – including perhaps the idea of a basic citizen’s income – would be needed to prevent wage disparities from distorting social conditions.” Pretty (2013) vai além e sugere que mudanças culturais que levem à redução do consumo, por parte dos mais afluentes, e que fortaleçam os laços sociais e a cooperação podem, em si mesmas, funcionar como medidas de redução das desigualdades (Pretty, 2013, p. 494).

Já Kosoy et al. (2012) entendem que políticas de redistribuição de renda e riqueza não são apenas uma imposição da transição a um modelo econômico de não-crescimento, mas, também, o meio mais eficiente de combater os males da desigualdade social – grandes obstáculos à construção da sustentabilidade. Em suas palavras:

There are several underlying reasons why sustainability cannot be achieved without ensuring poverty reduction **and** much more equitable distributions of income and wealth. Inequality itself drives both excess consumption and population growth [...] promotes conflict both within and between societies [...] blocks progress toward cooperative solutions and sustainability [...] makes people more self-serving and individualistic. That is why it is divisive and socially corrosive. (KOSOY et al., 2012, p. 76, negritos dos autores).

Para esses autores, a EV, em sua concepção convencional, deve ser reformulada para incluir medidas de redução do consumo e redistribuição a fim suscitar uma sociedade verdadeiramente sustentável.

Fora da polarização “crescimento inclusivo vs. redistribuição de renda”, outros temas ligados à justiça social são discutidos pelos textos do *corpus* básico, como a justiça intergeracional e a desigual distribuição dos impactos ambientais na sociedade. O GER afirma que “a green economy cannot be focused exclusively on eliminating environmental problems and scarcity. It must also address the concerns of sustainable development with intergenerational equity and eradicating poverty” (UNEP, 2011, p. 19), colocando, dessa forma, a justiça intergeracional na pauta da EV. Contudo, esse aspecto, tão caro ao DS, é pouco ou nada abordado pelos outros textos, que tendem a dar mais atenção às demandas por justiça intrageracional. Uma explicação para essa característica da EV pode estar em seu caráter mais imediatista, já que ela foi revivida, em 2008, num contexto de crise financeira, e lançada pelo UNEP como uma estratégia de recuperação econômica.³³ Logo, o seu foco original estava nos resultados de curto prazo, não no bem-estar das gerações futuras. Essa característica parece ter se mantido mesmo após o seu protagonismo na Rio+20.

Por fim, os autores de alguns textos entendem que a desigual distribuição dos impactos ambientais entre os membros da sociedade caracteriza uma situação de injustiça social (BARBIER; MARKANDYA, 2012; UNEP, 2011; UNEP, 2015). Os grupos mais pobres e marginalizados são os que sofrem mais e primeiro com os danos ambientais por estarem mais vulneráveis a eles e por dependerem mais dos bens e serviços ecossistêmicos como fonte de renda. Dessa maneira, a proteção do meio ambiente e a correta valoração do capital natural seriam formas de dar mais segurança a essas pessoas, aumentar a sua renda e aliviar a sua situação de pobreza (UNEP, 2011; BARBIER; MARKANDYA, 2012; BOREL-SALADIN; TUROK, 2013). Alguns autores entendem também que a pobreza é uma das fontes de degradação ambiental, de forma que a sua redução seria um meio de contribuir para a proteção a natureza (BOREL-SALADIN; TUROK, 2013; UNEP, 2015). Assim, as políticas de EV podem ser entendidas como instrumentos de articulação da proteção ambiental com a redução da pobreza, levando a um ciclo virtuoso.

³³ Ver seção 3.1.3.

4.3.3 Concepções de EV na categoria da justiça social

A análise da literatura mais relevante sobre a EV revela que, apesar das críticas, ela não ignora a dimensão social. Alguns autores dos textos do *corpus* básico se esforçam para mostrar que o “esverdeamento” da economia pode – e deve – ser socialmente justo, mas isso geralmente depende da adoção de um viés “pró-pobres” na formulação das políticas da EV.

O principal ponto de divergência entre os textos do *corpus* básico, na categoria justiça social, é a escolha da estratégia de combate à desigualdade e à pobreza mais apropriada à EV: alguns autores apontam o crescimento econômico inclusivo, enquanto outros sugerem a redistribuição de riqueza e renda. O primeiro grupo se aproxima das categorias de sustentabilidade muito-fraca e fraca, que entendem que a redistribuição de recursos não é necessária à justiça social; o segundo grupo se alinha às categorias forte e muito-forte, que entendem essas medidas como imprescindíveis, especialmente num modelo econômico de não-crescimento.

Apesar de compartilhar alguns elementos com a sustentabilidade muito-fraca, no aspecto da justiça social, nenhum dos textos do *corpus* básico sugere que o livre mercado determine a distribuição dos recursos, numa dinâmica que Ehresman e Okereke (2014) chamam de “*market-justice*”. Mesmo os textos que consideram o crescimento econômico e a criação de empregos como os principais meios de reduzir a desigualdade defendem a intervenção dos governos na aplicação de um viés “pró-pobres” nas políticas de EV.

4.4 DISCUSSÃO FINAL

Os textos do *corpus* básico apresentam uma diversidade de concepções de EV, ressaltadas, aqui, em referência aos aspectos do crescimento econômico, da proteção ambiental e da justiça social. A Figura 8 ilustra a distribuição dessas concepções no mapa do campo da sustentabilidade.

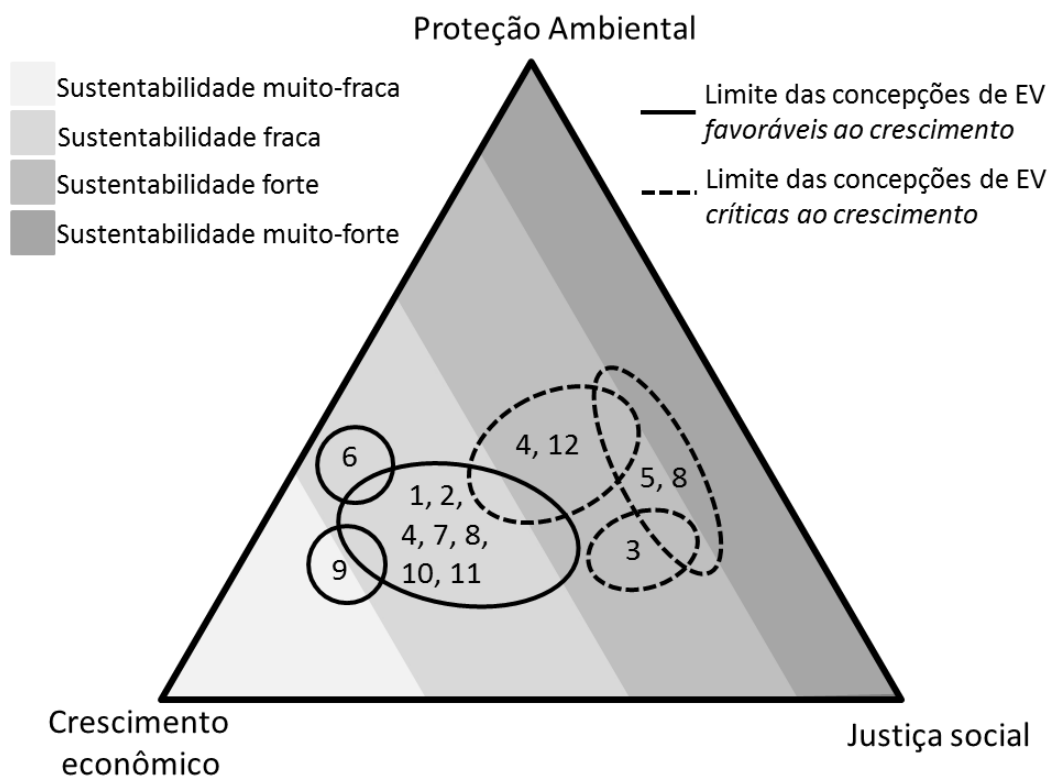


Figura 8: Posicionamento das concepções de EV identificadas nos textos do *corpus* básico no mapa do campo da sustentabilidade. Elaboração do autor. *

(*) Os números correspondem àqueles atribuídos a cada texto dos Quadros 1 e 5. As linhas cheias delimitam o espaço ocupado pelas concepções de EV **favoráveis ao crescimento**, enquanto as linhas pontilhadas ressaltam as concepções de EV **críticas ao crescimento**.

O estudo das unidades de análise das três categorias analíticas mostra que o crescimento econômico é o principal tema de divergência entre as diversas concepções de EV aqui identificadas, inclusive do ponto de vista ambiental e social. A maioria dos textos estudados concorda com a relevância dada pela literatura à proteção ambiental, à redução das desigualdades e à promoção do bem-estar humano enquanto objetivos da EV, de modo que a diferença entre eles reside na definição dos meios pelos quais ela deve perseguir essas metas. Assim, apesar da aparente diversidade de concepções presentes no *corpus* básico, podemos classificá-las em dois conjuntos distintos: **favoráveis ao crescimento** e **críticas ao crescimento** (Quadro 6).

Quadro 6: Classificação dos textos do *corpus* básico e das suas respectivas concepções de EV entre favoráveis e críticas ao crescimento.*.

Concepções de EV favoráveis ao crescimento		Concepções de EV críticas ao crescimento	
Nº	Texto	Nº	Texto
1	Brand (2012)	3	Jackson e Victor (2011) [†]
2	Lorek e Spangenberg (2014)	4	Bina (2013) [†]
4	Bina (2013)	5	Pretty (2013)
6	Barbier (2011)	8	Kosoy et al. (2012)
7	Brockington (2012)	12	IGER - UNEP (2015) [†]
8	Kosoy et al. (2012)		
9	Borel-Saladin e Turok (2013)		
10	NBGE - Barbier e Markandya (2012)		
11	GER - UNEP (2011)		

(*)A numeração dos textos corresponde àquelas do quadro 1 e da figura 8. [†] concepções críticas ao crescimento, porém intermediárias.

O conjunto de concepções de EV **favoráveis ao crescimento** aceita a crença de que o bem-estar humano deriva, majoritariamente, das oportunidades econômicas, de modo que o crescimento econômico é visto como o principal meio de manter o progresso dos padrões de vida e do bem-estar. Nesse sentido, o crescimento econômico é tomado como um objetivo importante não somente para os países e grupos sociais mais pobres, mas também para os mais ricos.

As concepções **favoráveis ao crescimento** também se apoiam na crença de que o crescimento econômico pode ser benéfico ao meio ambiente caso leve ao – e resulte do – desenvolvimento de tecnologias limpas e eco-eficientes, além de ser o principal fator de combate à desigualdade, por meio da redução da pobreza. Assim, os textos que apresentam concepções de EV **favoráveis ao crescimento** descrevem o crescimento econômico – aliado ao desenvolvimento tecnológico e aos incentivos de mercado – como o principal meio pelo qual a EV busca os atingir seus objetivos econômicos, ambientais e sociais. É certo que essas concepções incluem medidas paralelas que dão suporte e direção ao crescimento, como a realização de reformas fiscais e institucionais,

o uso de instrumentos de mercado e a aplicação de um viés “pró-pobres” nas políticas de EV, mas o crescimento continua sendo o ponto central delas.

Apesar de as concepções **favoráveis ao crescimento** compartilharem com a sustentabilidade muito-fraca a preferência pelo crescimento enquanto meio e fim de suas políticas e a redução do bem-estar às oportunidades econômicas, elas não aceitam a ampla substituíbilidade do capital natural. Defendem a proteção dos elementos naturais mais valiosos à economia, inclusive por meio de incentivos – ou desincentivos – fiscais. Além disso, elas dão mais atenção à questão da desigualdade social e sugerem que as políticas de EV deem preferência aos grupos mais pobres e marginalizados. Por essas razões, essas concepções estão mais alinhadas à sustentabilidade fraca e às categorias de EV **transformação verde, desenvolvimento verde, EV transformacional e EV moderada** (grupo 2 do Quadro 5 e da Figura 7), como mostra a figura 8.

Do outro lado está o conjunto de concepções **críticas ao crescimento** (textos de números 3, 4, 5, 8 e 12), menor e menos homogêneo, formado por concepções de EV pautadas no modelo econômico de estado estacionário e na redistribuição de recursos. Elas se baseiam no princípio de que a meta do crescimento contínuo é incompatível com um planeta cujos recursos naturais são finitos, de modo que se colocam como contraponto às concepções do primeiro grupo. Para elas, o crescimento econômico é útil somente até certo ponto, a partir do qual qualquer aumento dos níveis de produção e consumo não reflete no aumento do bem estar, mas somente gera mais degradação ambiental e aprofunda as desigualdades. Elas não se posicionam necessariamente contra o desenvolvimento de tecnologias eco-eficientes nem ao uso de mecanismos de mercado, mas entendem que tais medidas são insuficientes para engendrar uma economia justa e sustentável. Em consequência desse raciocínio, as concepções de EV **críticas ao crescimento** têm como meta a construção de um sistema econômico de estado estacionário.

Nesse contexto de não-crescimento, tanto a proteção do meio ambiente quanto a promoção da justiça social seriam alcançados, majoritariamente, por meio da redistribuição de recursos e de uma transformação cultural, que reduziriam a desigualdade social. Essa estratégia envolveria políticas de Estado, como investimentos em bens e serviços públicos, reformas de subsídios e medidas de transferência de renda, além de incentivos a uma transformação cultural que levasse os indivíduos mais

afluentes a optarem por um estilo de vida mais simples, menos consumista, mais centrado nas relações sociais e mais integrado à natureza.

O posicionamento das concepções **críticas ao crescimento** no mapa do campo da sustentabilidade mostra a maior heterogeneidade desse grupo. Duas delas se posicionam mais próximas do lado oposto à ponta do crescimento econômico, por defenderem, explicitamente, um modelo de estado estacionário; outras três concepções assumem posições intermediárias por não refutarem totalmente o crescimento ou por apresentarem posturas ambíguas. Destas, a concepção de Jackson e Victor (2011) se afasta mais da proteção ambiental por não tratar diretamente do tema. A Figura 8 ilustra a forma com que as concepções de Bina (2013) e do IGER compartilham de elementos tanto do grupo favorável quanto do grupo crítico ao crescimento.

As concepções **críticas ao crescimento** ocupam, em sua maioria, a área correspondente à sustentabilidade forte por questionarem a capacidade da valoração dos elementos ambientais e do desenvolvimento tecnológico de promover a proteção do meio ambiente. Além disso, propõem a redistribuição de renda e riquezas como uma medida importante para a sustentabilidade. Elas se afastam um pouco da sustentabilidade muito-forte por não proporem a contração econômica nem a proteção integral dos elementos da natureza como medidas da EV. Apenas as concepções de Pretty (2013) e Kosoy et al. (2012) se aproximam da área da sustentabilidade muito-forte, por adotar dois de seus elementos: i) a defesa pelos direitos intrínsecos da natureza, que torna a concepção de EV sugerida por Kosoy et al. (2012) menos antropocêntrica – e consequentemente mais ecocêntrica; e ii) a ênfase de Pretty (2013) na transformação cultural como o meio principal de construção da EV. Essa constatação mostra que a perspectiva da sustentabilidade forte e a categoria de EV **EV forte** (grupo 3 do Quadro 5 e da Figura 7) têm presença mais marcante e substancial na literatura mais relevante sobre a EV do que a perspectiva da sustentabilidade muito-forte e as categorias de EV **revolução verde** e **EV densa** (grupo 4 do Quadro 5 e da Figura 7), cuja presença se dá por meio de apenas dois elementos desvinculados e dispersos.

Assim, se as concepções mais comuns de EV estão alinhadas às ideias e perspectivas das sustentabilidades fraca e forte, e se o DS também é reconhecido e discutido dentro dos limites dessas duas categorias (Figura 3), logo, EV e DS podem ser considerados conceitos próximos, disputados dentro dos mesmos limites das

sustentabilidades fraca e forte. Essa constatação permite concluir que, apesar de o “esverdeamento” da economia ser apontado como uma forma inovadora de promover a sustentabilidade frente à inércia do DS, as estratégias e objetivos da EV não são fundamentalmente diferentes daquelas discutidas pelos proponentes do DS e das categorias de sustentabilidade fraca e forte. Temas como crescimento econômico, estado estacionário, desenvolvimento tecnológico, instrumentos de mercado, valoração de elementos ambientais, redução da escala de produção e consumo e mecanismos de redistribuição de renda e riqueza são recorrentes nas literaturas de ambos os conceitos e, a depender dos valores e do entendimento de cada autor(a), EV e DS podem até mesmo ser igualados, como faz Brand (2012).

Contudo, se o conteúdo das disputas pelos dois conceitos é essencialmente o mesmo, a forma com que elas se estruturam é diferente. O que ocorre é, antes de tudo, um reenquadramento do centro das discussões: enquanto o foco da disputa pelo DS está na substituíbilidade dos elementos naturais e na distinção entre posturas antropocêntricas e ecocêntricas, a literatura mais relevante sobre a EV parte de uma postura antropocêntrica e do pressuposto da substituíbilidade limitada, e se divide, basicamente, entre a aceitação ou não do crescimento econômico como um dos fundamentos das suas estratégias. Logo, a EV não é uma nova proposta de solução ao campo da sustentabilidade, mas sim um reenquadramento da disputa existente pelo conceito do DS.

Por fim, dada a centralidade do tema crescimento econômico para a EV, a proposta de Ferguson (2014) de desvincular o crescimento econômico da EV se torna desafiadora, especialmente porque a concepção mais frequente na literatura pertinente sobre o tema é de uma EV favorável ao crescimento. Contudo, os críticos do crescimento se fazem presentes em peso considerável, e o próprio UNEP, embaixador assumido da EV, começa a mostrar um reposicionamento em relação ao crescimento econômico, com a publicação do IGER. Logo, apesar do desafio, há espaço para que a EV possa servir como meio de levar o questionamento da meta insustentável do crescimento irrestrito ao centro das discussões sobre sustentabilidade e DS.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A persistência das degradações ambientais, o aprofundamento das desigualdades sociais e o deflagrar da crise financeira de 2008 fizeram com que o United Nations Environment Programme (UNEP) revivesse a proposta de “esverdear” a economia, cuja promessa é a combinação da retomada do crescimento econômico com a diminuição dos impactos ambientais. No encalço da ineficácia do Desenvolvimento Sustentável (DS), a Economia Verde (EV) passou a ser descrita como uma estratégia inovadora que o viabilizaria – ou até mesmo que o sucederia.

Contudo, a suposta inovação trazida pela EV é questionada, uma vez que suas políticas se baseiam nas teorias e propostas da Economia Ambiental e da Modernização Ecológica, ambas antigas e influentes dentro do próprio DS. Ou seja, a EV seria apenas uma reformulação das propostas do DS.

Para compreender a relação entre EV e DS é preciso superar análises comuns e partir do entendimento de que ambos os conceitos possuem significados múltiplos e concorrentes na literatura acadêmica. Esse trabalho se propôs a analisar as diversas concepções de EV encontradas na literatura pertinente sobre o tema e compará-las às do DS.

As diferentes concepções do DS foram retiradas de tipologias de sustentabilidade propostas na literatura acadêmica. Tais tipologias consistem em um eixo com polos fraco e forte, sobre o qual as diversas perspectivas do campo da sustentabilidade são distribuídas. Em geral, as tipologias de sustentabilidade identificam quatro categorias: sustentabilidade muito-fraca, fraca, forte e muito-forte. O DS pode ser entendido como o conjunto das categorias fraca e forte, e é entre essas duas perspectivas que se dá a sua disputa. O polo fraco é tipicamente relacionado a valores antropocêntricos, à aceitação da substituíbilidade do capital natural, à defesa pelo crescimento econômico e à rejeição da redistribuição de renda e riqueza, dentre outros, enquanto o polo forte se coloca como sua antítese e se caracteriza por adotar valores ecocêntricos, rejeitar a substituíbilidade do capital natural, criticar o crescimento econômico e defender medidas de redistribuição, dentre outros. O mapa do campo da sustentabilidade foi utilizado para ilustrar a diversidade de propostas e posturas presentes no campo.

A literatura acadêmica também apresenta algumas tipologias de discurso de EV, a partir das quais é possível identificar diferentes concepções do conceito. De maneira geral, as diferentes categorias de EV podem ser vinculadas a cada uma das quatro categorias de sustentabilidade em relação aos seus valores e crenças.

Para a realização deste trabalho, foram selecionados doze textos, cujo assunto principal fosse a EV, com base nos critérios de quantidade de citações; quantidade de indicações por especialistas; período de publicação (de 2008 a 2017); idioma (inglês, português e espanhol) e relevância ao presente estudo. Destes textos foram selecionados trechos e frases (unidades de análise) que descrevessem a postura da EV em relação a três aspectos (categorias analíticas): crescimento econômico, proteção ambiental e justiça social. A análise dessas descrições nos permitiu identificar as diferentes formas pelas quais a EV é concebida e relacionada às categorias analíticas pela literatura mais pertinente sobre ela. Como ferramenta auxiliar, utilizamos o mapa do campo da sustentabilidade para ilustrar graficamente a forma com que as diferentes concepções de EV se relacionam entre si e como elas se comparam às categorias de sustentabilidade.

Nossa análise mostrou que a literatura mais pertinente sobre a EV apresenta uma diversidade de interpretações sobre o conceito, o que abre espaço para a formação de uma disputa, ainda incipiente, pelo seu “verdadeiro” significado. Tal disputa pode ser simplificada pela identificação de dois grupos de concepções concorrentes: **favoráveis ao crescimento econômico e críticas ao crescimento econômico**. O primeiro grupo, alinhado à categoria da sustentabilidade fraca, assume o crescimento econômico, o desenvolvimento tecnológico e o uso de instrumentos de mercado como principais meio de promover ganhos econômicos, sociais e ambientais simultaneamente. Já o grupo crítico defende a estagnação do consumo agregado, a redistribuição de renda e riqueza e a promoção do modelo de estado estacionário como principais meios de promover bem-estar econômico, proteção ambiental e justiça social, se alinhando, assim, à categoria da sustentabilidade forte. A literatura pertinente sobre a EV não a interpreta a partir das perspectivas da sustentabilidade muito-fraca e muito-forte.

Tal disputa pela EV se assemelha àquela travada pelo conceito de DS, que também se dá dentro dos limites das categorias de sustentabilidade fraca e forte, de modo que o contexto teórico-conceitual no qual ambos se constroem é o mesmo. Contudo, a forma com que cada disputa se constrói dentro desse contexto é diferente,

com ênfase dada a diferentes temas: enquanto a disputa pelo DS gira, principalmente, em torno da substituíbilidade do capital natural e da rivalidade entre o antropocentrismo e o ecocentrismo, a disputa pela EV já parte do princípio da substituíbilidade restrita e de uma postura antropocêntrica, e se distribui ao redor da aceitação ou não de políticas de crescimento econômico como estratégia máxima para alcançar os objetivos econômicos, ambientais e sociais da EV.

Logo, conclui-se que os conceitos de EV e DS, em suas vertentes fracas e fortes, são essencialmente semelhantes, quando considerados no contexto teórico-conceitual no qual se inserem, mas os temas centrais de suas disputas são diferentes.

É certo que este trabalho não esgota os esforços de compreensão da relação entre os dois conceitos aqui estudados. Uma análise mais ampla da literatura sobre a EV pode vir a revelar nuances que não foram capturadas pela metodologia aqui empregada. Da mesma forma, o uso de categorias analíticas diferentes pode contribuir para a compreensão de como outros aspectos dos dois conceitos se relacionam, como, por exemplo, a participação política de atores sociais no segundo setor, no Estado e na sociedade civil.

REFERÊNCIAS

- ALI, I.; SON, H. H. Measuring Inclusive Growth. *Asian Development Review*, v. 24, n. 1, p. 11-31, 2007.
- AMAZONAS, M. Economia verde e rio+20: recortando o desenvolvimento sustentável. *Núcleo de Estudos de Economia Catarinense*, v. 2, p. 26-41, 2012.
- BABIĆ, J. Pacifism and Moral Integrity. *Philosophia*, v. 41, n. 4, p. 1007-1016, 2013.
- BAKER, S.; KOUSIS, M.; RICHARDSON, D.; YOUNG, S. Introduction: the theory and practice of sustainable development in EU perspective. In: BAKER, S.; KOUSIS, M.; RICHARDSON, D.; YOUNG, S. (Eds.). *The Politics of Sustainable Development: Theory, Policy, and Practice within the EU*. Londres: Routledge, 1997.
- BÄR, H.; JACOB, K.; WERLAND, S. *Green economy discourses in the run-up to Rio 2012*. Berlin: Freie Universität Berlin, Environmental Policy Research Centre, 2011.
- BARBIER, E. B. *Rethinking the Economic Recovery: A Global Green New Deal*. United Nations Environment Programme, 2009.
- BARBIER, E. B. The policy challenges for green economy and sustainable economic development. *Natural Resources Forum*, v. 35, p. 233-245, 2011.
- BARBIER, E. B. The Green Economy Post Rio+20. *Science*, v. 338, p. 887-888, 2012.
- BARBIER, E. B.; MARKANDYA, A. *A New Blueprint for a Green Economy*. Routledge, não paginado, 2012.
- BARDIN, L. *Análise de Conteúdo*. São Paulo: Edições 70, 2011. 279.
- BINA, O. The Green Economy and Sustainable Development: An Uneasy Balance? *Environment and Planning C: Government and Policy*, v. 31, n. 6, p. 1023-1047, 2013.
- BOREL-SALADIN, J. M.; TUROK, I. N. The Green Economy: Incremental Change or Transformation? *Environmental Policy and Governance*, v. 23, n. 4, p. 209-220, 2013.
- BOULDING, K. E. The Economics of the Coming Spaceship Earth, In: Jarrett, H. (ed.), *Environmental Quality in a Growing Economy*, Baltimore: Johns Hopkins University Press, p. 3-14, 1966.
- BRAND, U. Green Economy – the Next Oxymoron? No Lessons Learned from Failures of Implementing Sustainable Development. *GAIA - Ecological Perspectives for Science and Society*, v. 21, n. 1, p. 28-32, 2012.
- BROCKINGTON, D. A Radically Conservative Vision? The Challenge of UNEP's Towards a Green Economy. *Development and Change*, v. 43, n. 1, p. 409-422, 2012.
- CAMPBELL, S. Green Cities, Growing Cities, Just Cities? Urban Planning and the Contradictions of Sustainable Development. *Journal of the American Planning Association*, v. 62, n. 3, p. 296-312, 1996.
- CHRISTOFF, P. Ecological modernisation, ecological modernities. *Environmental Politics*, v. 5, n. 3, p. 476-500, 1996.

- CONNELLY, S. Mapping Sustainable Development as a Contested Concept. *Local Environment*, v. 12, n. 3, p. 259-278, 2007.
- DALY, H. *Beyond Growth: The Economics of Sustainable Development*. Boston: Beacon Press, 1996.
- DALY, H. On Wilfred Beckerman's Critique of Sustainable Development. *Environmental Values*, v. 4, n. 1, p. 49-55, 1995.
- DASGUPTA, P. Nature in Economics. *Environmental and Resource Economics*, v. 39, n. 1, p. 1-7, 2008.
- DAVIES, A. R.; MULLIN, S. J. Greening the economy: interrogating sustainability innovations beyond the mainstream. *Journal of Economic Geography*, v. 11, n. 5, p. 793-816, 2010.
- DEATH, C. The Green Economy in South Africa: Global Discourses and Local Politics. *Politikon*, v. 41, n. 1, p. 1-22, 2014.
- DOBSON, A. Environment sustainabilities: An analysis and a typology. *Environmental Politics*, v. 5, n. 3, p. 401-428, 1996.
- EHRESMAN, T. G.; OKEREKE, C. Environmental justice and conceptions of the green economy. *International Environmental Agreements: Politics, Law and Economics*, v. 15, n. 1, p. 13-27, 2014.
- EKINS, P.; SIMON, S.; DEUTSCH, L.; FOLKE, C.; DE GROOT, R. A framework for the practical application of the concepts of critical natural capital and strong sustainability. *Ecological Economics*, v. 44, n. 2-3, p. 165-185, 2003.
- ELO, S.; KYNGAS, H. The qualitative content analysis process. *Journal of Advanced Nursing*, v. 62, n. 1, p. 107-15, 2008.
- FERGUSON, P. The green economy agenda: business as usual or transformational discourse? *Environmental Politics*, v. 24, n. 1, p. 17-37, 2014.
- FISHER, D. R.; FREUDENBURG, W. R. Ecological Modernization and Its Critics: Assessing the Past and Looking Toward the Future. *Society & Natural Resources*, v. 14, n. 8, p. 701-709, 2010.
- FLEISCHACKER, S. *A Short History of Distributive Justice*. Cambridge MA: Harvard University Press, 2004.
- FRANKENA, W. K. Value and Valuation. In: EDWARDS, P. (Ed.). *The Encyclopedia of Philosophy*. New York: Macmillan, v.8, 1967. p. 229-232.
- GEORGESCU-ROEGEN, N. *The Entropy Law and the Economic Process*. Cambridge: Harvard University Press, 1971.
- GEORGESON, L.; MASLIN, M.; POESSINOUW, M. The global green economy: a review of concepts, definitions, measurement methodologies and their interactions. *Geo: Geography and Environment*, v. 4, n. 1, p. 01-23, 2017.

GIBBS, D.; LONGHURST, J.; BRAITHWAITE, C. Struggling with Sustainability - Weak and Strong Interpretations of SD within Local Authority Policy. *Environment and Planning A*, v. 30, p. 1351 -1365, 1998.

HAJER, M. A. *The Politics of Environmental Discourse: Ecological Modernisation and the Policy Process*, Oxford: Oxford University Press, 1995.

HAMDOUCH, A.; DEPRET, M.-H. Policy integration strategy and the development of the 'green economy': foundations and implementation patterns. *Journal of Environmental Planning and Management*, v. 53, n. 4, p. 473-490, 2010.

HARDIN, G. The Tragedy of the Commons. *Science*, v. 162, n. 3859, p. pp. 1243-1248, 1968.

HARRISON, N. E. *Constructing Sustainable Development*. Albany: State University of New York Press, 2000. 177 p.

HOLLAND, A. Substitutability: or, why strong sustainability is weak and absurdly strong sustainability is not absurd. In: FOSTER, J. (Ed.). *Valuing Nature? Economics, Ethics and Environment*. New York: Routledge, 1997, p. 119 - 134.

HOPWOOD, B.; MELLOR, M.; O'BRIEN, G. Sustainable development: mapping different approaches. *Sustainable Development*, v. 13, n. 1, p. 38-52, 2005.

HSIEH, H. F.; SHANNON, S. E. Three approaches to qualitative content analysis. *Qualitative Health Research*, v. 15, n. 9, p. 1277-88, 2005.

JACKSON, T.; VICTOR, P. Productivity and work in the 'green economy': Some theoretical reflections and empirical tests. *Environmental Innovation and Societal Transitions*, v. 1, p. 101-108, 2011.

JACOBS, M. Sustainable Development as a Contested Concept. In: DOBSON, A. (Ed.). *Fairness and Futurity: Essays on Environmental Sustainability and Social Justice*. Oxford: Oxford University Press, 1999.

JACOBS, M. Green Growth. In: FALKNER, R. (ed), *Handbook of Global Climate and Environmental Policy*, Oxford: Wiley Blackwell, 2013, p. 197-214.

KALLIS, G. In defence of degrowth. *Ecological Economics*, v. 70, n. 5, p. 873-880, 2011.

KASZTELAN, A. Green Growth, Green Economy and Sustainable Development: Terminological and Relational Discourse. *Prague Economic Papers*, v. 26, n. 4, p. 487-499, 2017.

KERSCHNER, C. Economic de-growth vs. steady-state economy. *Journal of Cleaner Production*, v. 18, n. 6, p. 544-551, 2010.

KIRSCHENMANN, P. P. Intrinsically” or just “Instrumentally” Valuable? On Structural Types of Values of Scientific Knowledge. *Journal for General Philosophy of Science*, v. 32, p. 237–256, 2001.

KOSOY, N.; BROWN, P. G.; BOSSELMANN, K.; DURAIAPPAH, A.; MACKEY, B.; MARTINEZ-ALIER, J.; ROGERS, D.; THOMSON, R. Pillars for a flourishing

Earth: Planetary boundaries, economic growth delusion and green economy. *Current Opinion in Environmental Sustainability*, v. 4, p. 74-79, 2012.

LAFFERTY, W. M. The implementation of sustainable development in the European Union. In: LOVENDUSKI, J. e STANYER, J. (Ed.). *Contemporary Political Studies: Proceedings of the Political Studies Association*. Belfast: Political Studies Association, v.1, 1995.

LANGHELLE, O. Why ecological modernization and sustainable development should not be conflated. *Journal of Environmental Policy & Planning*, v. 2, p. 303 – 322, 2000.

LATOUCHE, S. *Pequeno Tratado do Decrescimento Sereno*. São Paulo: Martins Fontes, 2009.

LÉLÉ, S. Sustainable Development: A Critical Review. *World Development*, v. 19, n. 6, p. 607-621, 1991.

LOISEAU, E.; SAIKKU, L.; ANTIKAINEN, R.; DROSTE, N.; HANSJÜRGENS, B.; PITKÄNEN, K.; LESKINEN, P.; KUIKMAN, P.; THOMSEN, M. Green economy and related concepts: An overview. *Journal of Cleaner Production*, v. 139, p. 361-371, 2016.

LOREK, S.; SPANGENBERG, J. H. Sustainable consumption within a sustainable economy – beyond green growth and green economies. *Journal of Cleaner Production*, v. 63, p. 33-44, 2014.

MATWICK, A. L.; WOODGATE, R. L. Social Justice: A Concept Analysis. *Public Health Nursing*, v. 34, n. 2, p. 176–184, 2017.

MOL, A. P. J. *The refinement of production: Ecological modernization theory and the chemical industry*. Utrecht: Van Arkel, 1995.

MYERSON, G.; RYDIN, Y. *The Language of Environment: A New Rhetoric*. London: UCL Press, 1996. 264 p.

NAESS, A. *Ecology Community and Life Style*. Cambridge: Cambridge University Press, 1989.

NASCIMENTO, E. P. Sustentabilidade: o campo de disputa de nosso futuro civilizacional. In: LÉNA, P.; NASCIMENTO, E. P. do. (Eds). *Enfrentando os limites do crescimento: sustentabilidade, decrescimento e prosperidade*. Rio de Janeiro: Garamond, 2012.

NEUMAYER, E. *Weak Versus Strong Sustainability: Exploring the Limits of Two Opposing Paradigms*. Cheltenham, UK: Edward Elgar, 2013. 275.

NØRGÅRD, J. S. Happy degrowth through more amateur economy. *Journal of Cleaner Production*, v. 38, p. 61-70, 2013.

O'RIORDAN, T. The challenge for environmentalism. In: PEET, R.; THRIFT, N. (Ed.). *New models in geography: The political-economy perspective*. Londres: Routledge, 1989.

OECD Organisation for Economic Co-operation and Development. *Towards Green Growth*. Paris: Organisation for Economic Co-operation and Development, 2011. Disponível em: <<http://www.oecd.org/greengrowth/48224539.pdf>> Acesso em: 17 fev. 2018.

ORTEN, D. Ecofascism: What is It? A Left Biocentric Analysis. *Green Web Bulletin*, v. 68, 2000. Disponível em: <<http://home.ca.inter.net/greenweb/Ecofascism.html/>>. Acesso em: 20 jul. 2018.

OSMANI, S. R. The Demands of Inclusive Growth: Lessons from South Asia. *The Pakistan Development Review*, v. 47, p. 381–402, 2008.

OWENS, S.; COWELL, R. *Land and Limits: Interpreting Sustainability in the Planning Process*. London: Routledge, 2002. 264 p.

PEARCE, D. *Blueprint 3: Measuring Sustainable Development*. London: Earthscan, 1993. 224 p.

PEARCE, D. W.; MARKANDYA, A.; BARBIER, E. *Blueprint for a Green Economy*. Londres: Earthscan Publications, 1989.

PRETTY, J. The Consumption of a Finite Planet: Well-Being, Convergence, Divergence and the Nascent Green Economy. *Environmental and Resource Economics*, v. 55, n. 4, p. 475-499, 2013.

RAPHAEL, D. D. *Concepts of Justice*. Oxford: Oxford University Press, 2001.

RIPPLE, W. J.; WOLF, C.; NEWSOME, T. M.; GALETTI, M.; ALAMGIR, M.; CRIST, E.; MAHMOUD, M. I.; LAURANCE, W. F. World Scientists' Warning to Humanity: A Second Notice. *BioScience*, v. 67, n. 12, p. 1026–1028, 2017.

ROCKSTRÖM, J.; STEFFEN, W. L.; NOONE, K.; PERSSON, A.; CHAPIN III, F. S.; LAMBIN, E.; LENTON, T. M.; SCHEFFER, M.; FOLKE, C.; SCHELLNHUBER, H. J.; NYKVIST, B.; DE WIT, C. A.; HUGHES, T.; VAN DER LEEUW, S.; RODHE, H.; SÖRLIN, S.; SNYDER, P. K.; COSTANZA, R.; SVEDIN, U.; FALKENMARK, M.; KARLBERG, L.; CORELL, R. W.; FABRY, V. J.; HANSEN, J.; WALKER, B.; LIVERMAN, D.; RICHARDSON, K.; CRUTZEN, P.; FOLEY, J. Planetary Boundaries: Exploring the Safe Operating Space for Humanity. *Ecology and Society*, v. 14, n. 2, 2009.

SACHS, I. *Ecodesenvolvimento: crescer sem destruir*. São Paulo: Vértice, 1986.

SCHNEIDER, F.; KALLIS, G.; MARTINEZ-ALIER, J. Crisis or opportunity? Economic degrowth for social equity and ecological sustainability. Introduction to this special issue. *Journal of Cleaner Production*, v. 18, n. 6, p. 511-518, 2010.

SOLOW, R. *Sustainability: An Economist's perspective*. The eighteenth J. Seward Johnson lecture. Woods Hole, MA: Woods Hole Oceanographic Institution, 1991.

STERN, N. *The Economics of Climate Change: The Stern Review*. Cambridge, UK: Cambridge University Press, 2007.

TURNER R. K., Sustainability: principles and practice. In: TURNER R. K. (Ed.) *Sustainable Environmental Economics and Management: Principles and Practice*. Londres, Belhaven Press, 1993.

UNDESA. *A Guidebook to the Green Economy. Issue 1: Green Economy, Green Growth, and Low-Carbon Development: History, Definitions and a Guide to Recent Publications*. United Nations Division for Sustainable Development, 2012a.

UNDESA. *A Guidebook to the Green Economy. Issue 2: exploring green economy principles*. United Nations Division for Sustainable Development, 2012b.

UNEMG. *Working towards a Balanced and Inclusive Green Economy: A United Nations System-wide Perspective*. United Nations Environment Management Group, 2011.

UNEP, *Green Economy: Driving a Green Economy Through Public Finance and Fiscal Policy Reform*. Geneva: United Nations Environment Programme, 2010.

UNEP, *Uncovering Pathways Towards An Inclusive Green Economy: A Summary For Leaders*, 2015.

UNEP. *Global Green New Deal: policy brief*. United Nations Environment Programme, 2009.

UNEP. *Towards a Green Economy: Pathways to Sustainable Development and Poverty Eradication*. United Nations Environment Programme, 2011.

UNEP. *Towards a Green Economy: Pathways to Sustainable Development and Poverty Eradication*. 2011.

UNRISD United Nations Institute for Social Development. *Dimensions of Green Economy*. Research and Policy Brief, v. 12, 2012.

VOLKERY, A.; ROUABHI, S. Green economy and sustainable development: an historical account of the discourse around sustainable development and green economy. KNOSSOS Policy Briefings: Green Economy, Discussion Paper, UNEP, IEEP, GLOBE-EU, 2015.

WCED. *Our Common Future*. Oxford; Nova York: Oxford University Press, 1987, 400p.

WILDAVSKY, A. On the social construction of distinctions: risk, rape, public goods and altruism. In: HECHTER, M.; NADEL, L. e MICHOD, R. (Ed.). *Origin of Values*. New York: Aldine de Gruyter, 1993.

WORLD BANK. *Inclusive Green Growth: The Pathway to Sustainable Development*. Washington: World Bank, 2012.

World Bank. *Inclusive Green Growth: the Pathway to Sustainable Development*. Washington DC: World Bank, 2012. Disponível em: <http://siteresources.worldbank.org/EXTSDNET/Resources/Inclusive_Green_Growth_May_2012.pdf> Acesso em: 15 fev. 2018

ZHUANG, J.; ALI, I. Poverty, Inequality, and Inclusive Growth in Asia. In: ZHUANG, J. (Ed.). *Poverty, Inequality, and Inclusive Growth in Asia: Measurement, Policy Issues and Country Studies*. Asian Development Bank e Anthem Press, 2011. 467 p.